

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E LINGUÍSTICA

**O ACESSO DOS EXCLUÍDOS AO ESPAÇO DISCURSIVO DO JORNAL**

Karina Falcone de Azevedo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Linguística.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Antônio Marcuschi  
Co-orientadora: Profa. Dra. Isaltina Maria de Azevedo Mello Gomes

Recife, abril de 2003

*AO DEUS KOM UNIK ASSÃO*

*Eis-me prostrado a vossos peses  
que sendo tantos todo plural é pouco.  
Deglutindo gratamente vossas fezes  
vai-se tornando são quem era louco.  
Nem precisa cabeça pois a boca  
nasce diretamente do pescoço  
e em vosso esplendor de auriquilate  
faz sol o que era osso*

*Genucircunflexado vos adouro  
vos amouro, a vós sonouro  
deus da buzina & da morfina  
que me esvaziais enchendo-me de flato  
e flauta e fanopéia e fone e feno.  
Vossa pá lavra o chão da minha carne  
e planta beterrabos balouçantes  
de intenso carneiral belibalentes  
em que disperso espremo e desexprimo  
o que em mim aspirava ser eumano.*

*(...)*

*O meio é a mensagem  
O meio é a massagem  
O meio é a mixagem  
O meio é a micagem  
A mensagem é o meio  
De chegar ao Meio.  
O Meio é o ser  
em lugar dos seres,  
isento de lugar,  
dispensando meios  
de fluorescer”*

*(...)*

*Carlos Drummond de Andrade*

*Em memória de meu pai, Kléber Amorim  
de Azevedo. Sua bondade, seu amor e seu  
senso de justiça estarão sempre presentes  
na minha memória.*

## AGREDECIMENTOS

Não se trata exatamente de agradecimento o que faço aqui. Mas um (re) conhecimento. Reconhecer que o todo de um é resultado de um pouco de todos. Assim, me reconheço em partes de todos que fazem a minha história. E os reconheço, também, na realização deste trabalho. Por isso, são co-autores do que escrevo:

Luiz Antônio Marcuschi. Não só pela orientação e pelas alterações que fez no texto, mas pelas modificações que fez em mim, na trajetória da minha vida.

Isaltina Mello, por me mostrar que Lingüística e Jornalismo não são incompatíveis, muito pelo contrário.

Teun van Dijk. Este trabalho é um entrelace em sua obra, resultado dela. E cada palavra carrega traços do seu entusiasmo e compromisso.

Minhas professoras do Mestrado: Ângela Paiva Dionísio, Dóris de Arruda Cunha, Judith Hoffnagel, Nelly Carvalho e Virgínia Leal. Com o desejo de que elas se reconheçam na autoria da autora.

Meus pais, Kleber e Magaly, meus irmãos Bruno e Alfredo, meus tios, avós, primos, sobrinhos e minha afilhada. Pela pessoa que me ajudam a ser.

Meus amigos, que têm assumido como irmãos a responsabilidade de me acolher: Ana Lúcia Andrade, Adriana Letícia, Áudria Leal, Demian Benevides, Fábio Lucas, Fabíola Mendonça, Janaína Maia, João Melo, Mariana Mendes, Leonardo Cavalcanti, Luiz Cláudio, Philio Terzakis, Raquel Soares e Roberta Aureliano.

A Pastoral Universitária (PU), moto-contínuo da minha fé na igualdade social.

## RESUMO

O objetivo central deste estudo é analisar o acesso dos excluídos aos espaços discursivos dos jornais. Isso significa, primeiramente, questionar as relações ideológicas que envolvem o domínio das elites e a predominância de suas representações discursivas nos meios de comunicação de massa. Para essa análise, seguimos as teorias desenvolvidas por T. A. Van Dijk e N. Fairclough, principais referências aqui adotadas. Neste trabalho, a investigação do acesso se restringiu ao domínio jornalístico, tendo como objeto de estudo textos publicados sobre o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), no período de 11 de Novembro de 1999 a 29 de Fevereiro de 2000, no **Jornal do Commercio (JC)**. A delimitação em apenas um veículo de comunicação foi uma necessidade metodológica, no sentido de eliminar variáveis intervenientes que poderiam surgir devido às diferentes orientações ideológicas dos jornais, o que não deveria ser foco do nosso estudo. Outro aspecto aqui observado foi a qualidade da participação dos excluídos na construção do discurso jornalístico. A partir de duas categorias básicas de análise (acesso institucional e acesso episódico), investigamos como os integrantes do MTST participaram da construção do discurso jornalístico. A análise nos levou à confirmação da hipótese inicial: o acesso dos excluídos se dá, preferencialmente, em situações de conflitos. Os efeitos sócio-cognitivos desse fenômeno é uma das principais causas do preconceito e dos estereótipos construídos na sociedade contra os grupos em situação de exclusão.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
1.1 O discurso jornalístico e suas relações com o poder .....	1
1.2 Problema e Justificativa do Estudo.....	6
1.3 Aspectos Metodológicos .....	10
<b>2. ACESSO E GÊNERO TEXTUAL: POR ONDE PASSA O CONTROLE</b>	
<b>DISCURSIVO? .....</b>	<b>15</b>
2.1 A Origem do Conceito de Acesso: uma perspectiva crítico-discursiva.....	15
2.2 Desenvolvendo a noção de acesso .....	17
2.3 O Dialogismo no Acesso .....	31
2.4 Sobre Ideologia e Poder .....	38
2.5 Acesso e Gêneros Discursivos .....	45
<b>3. OS ASPECTOS SÓCIO-COGNITIVOS DO TEXTO JORNALÍSTICO .....</b>	<b>53</b>
3.1 Sobre a Noção de Texto.....	53
3.2 Considerações sobre o Sócio-Cognitivismo .....	55
3.3 O Processo Cognitivo em Três Dimensões: Texto, Prática Social e Prática Discursiva .....	61
3.4 O Processamento Cognitivo do Texto Jornalístico .....	72
<b>4. ‘A VOZ DO DONO E O DONO DA VOZ’: ANALISANDO O ACESSO</b>	
<b>DISCURSIVO .....</b>	<b>81</b>
4.1 Sobre o <i>corpus</i> e outros elementos para a análise .....	81
4.2 Categorias de Análise: como se dá o acesso ao discurso jornalístico .....	82
4.3 Aos ‘Fatos’ .....	87
4.3.1 Acesso Episódico.....	87
4.3.2 Análise de Notícias .....	87
4.3.3 Análise de Nota de Opinião.....	101
4.3.4 Acesso Institucional.....	103
4.3.5 Análise de Notícia .....	105
4.3.6 Análise de Nota de Opinião.....	110
4.3.7 Análise de Entrevista <i>Ping-Pong</i> .....	111
<b>5. CONCLUSÃO.....</b>	<b>118</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS: .....</b>	<b>123</b>
<b>ANEXO .....</b>	<b>126</b>

# 1. INTRODUÇÃO

## 1.1 O discurso jornalístico e suas relações com o poder

Dominam a sociedade aqueles que têm acesso garantido aos espaços discursivos da mídia. O que é dito e o que é escrito reproduz crenças, constrói e legitima ideologias. Grupos e instituições bastante definidos na nossa sociedade têm dominado essa função, ao longo dos anos, controlando esse poder social. Assim, a dominação que se implementa através dos discursos decorre de um acesso preferencial a determinados gêneros jornalísticos (*reportagem, notícia, entrevista*, entre outros mais lidos pelo público). Os estudos sobre as relações entre *discurso, poder, ideologia e cognição* realizados por Fairclough (2001, 1989) e Van Dijk (1997, 1992, 1991, 1986) são as principais referências deste trabalho e fundamentam a nossa idéia de que os discursos dos veículos de comunicação sustentam as instituições dominantes.

Atividades discursivas e relações de poder são entendidas aqui como práticas de grupos sociais e institucionais, realizadas de forma sistemática, a partir de processos de negociação. Dentro dessa teia organizacional, o discurso jornalístico é um dos que mais ecoa na sociedade. Sustentado pelo mito da imparcialidade, o jornalismo desenvolveu um modelo moderno de manipulação e coerção social. Suas estratégias sutis de persuasão e argumentação estão presentes tanto nos elementos lingüísticos e discursivos, quanto no aspecto cognitivo, na composição organizacional dos seus textos (*título, lead, sublead* etc.). Esquemáticamente construída para influenciar a compreensão e formar a opinião dos leitores (Van Dijk, 1992), a organização convencional do texto jornalístico é

resultante de fatores sociais e históricos, daí a tomarmos como elemento de uma prática discursiva. Prática esta que persegue fins ideológicos definidos: manter o poder entre as instituições dominantes, legitimando-as socialmente a partir de complexas estratégias de manipulação.

O estudo das práticas discursivas do jornalismo, sua inserção no âmbito sócio-cognitivo, assim como suas atividades retóricas, servirão de suporte teórico para o nosso principal objetivo: investigar o acesso que os grupos sociais à margem das posições de poder têm ao espaço discursivo da imprensa. Para isso, serão usados os modelos propostos por Van Dijk (1991) em seu estudo sobre “*Discurso, Poder e Acesso*”. Esses grupos sociais são denominados como ‘grupos de excluídos’, organizações que não têm participação sistemática e significativa nas definições das políticas em sociedade. Excluídos são indivíduos desprivilegiados sob o aspecto sócio-econômico, aqueles que dificilmente serão integrados no mercado de trabalho. São politicamente marginalizados, e vivem em situação de ‘invisibilidade social’. A organização dos excluídos em grupos é uma das suas formas de luta contra a condição de marginalidade.

Defendemos que a prática do jornalismo é orientada ideologicamente pelas instituições dominantes, influenciando a construção da opinião pública, a partir de ações discursivas. E são esses aspectos que tratamos nos quatro capítulos deste trabalho<sup>1</sup>. O primeiro é destinado à introdução da teoria e do problema de estudo, além de especificar os procedimentos metodológicos adotados. No segundo capítulo, discutimos os modelos de acesso e suas implicações ideológicas e discursivas, assim como apresentamos as categorias de estudo para este fenômeno. O terceiro capítulo trata dos aspectos sócio-

---

<sup>1</sup> Não adotamos um capítulo específico para a fundamentação teórica, sendo a teoria desenvolvida a partir das especificidades de cada capítulo. Também optamos por uma apresentação não cronológica desses capítulos, mas seguindo a sequência da discussão desenvolvida nesta introdução.

cognitivos do texto jornalístico e a relação dessa prática discursiva com a formação dos conceitos em sociedade. O quarto capítulo é destinado à descrição do *corpus* e à análise dos elementos discursivos.

Este estudo está fundamentado na Análise Crítica do Discurso (ACD)<sup>2</sup>, perspectiva teórica que, ao nosso entender, abrange com maior complexidade as relações sociais, ideológicas e cognitivas das práticas discursivas. Isso significa não apenas descrever as estruturas lingüísticas usadas no texto jornalístico, mas analisar como essas estruturas resultam de escolhas contextualizadas, de caráter social, político, cultural e ideológico, e explicitam quer as representações ideacionais dos produtores textuais, quer as relações e as identidades de produtores e consumidores textuais (Pedro, 1997).

E são essas relações sociais que definem o acesso ao discurso da imprensa, determinando quem são as pessoas entrevistadas, citadas e descritas pelos jornalistas nas reportagens. Para os que estão fora dessa relação resta apenas, quando muito, a seção de cartas do leitor, que se caracteriza, conforme discutimos nos segundo e quarto capítulos, como um acesso estritamente controlado pelos veículos de comunicação (Melo, 1999).

De acordo com Van Dijk (1991), para se investigar acesso é preciso explorar questões complexas, tais como “quem fala ou escreve para quem, sobre o quê, quando e em que contexto, ou quem participa dos eventos comunicativos nos diferentes papéis” (1991: 86).

A importância do estudo sobre o acesso dos excluídos ao discurso dos veículos de comunicação já foi ressaltada por alguns autores (Fairclough 2001; Van Dijk 1988 e 1991; Van Leeuwen 1997). Nessas pesquisas, são considerados excluídos todos os grupos

---

<sup>2</sup> Análise Crítica do Discurso (ACD) é a tradução de autores portugueses (Pedro, 1997) para Critical Discourse Analysis (CDA). ACD é a nomenclatura mais utilizada no Brasil, a qual também adotamos. Entretanto, alguns autores traduzem como Análise do Discurso Crítica.

que não fazem parte das instituições e organizações sociais controladoras do poder, como ensino, mídias, governo, instituições legislativas e grupos artísticos, sendo esse também o critério adotado na nossa análise. Para esses autores, o acesso ao discurso da imprensa se dá de forma negociada entre a mídia e os representantes das demais instituições da elite, cabendo à primeira intermediar o processo de manutenção de poder e (trans) formação ideológica em uma sociedade.

“Notícia na grande imprensa é um tipo de discurso público que está primeiramente focado nas decisões, ações e propriedades políticas, econômicas, financeiras e culturais da elite. A base desta forma (indireta) de poder não vem apenas dos vários recursos desta elite, mas também do seu preferencial acesso à mídia e, conseqüentemente, à opinião pública (Van Dijk 1988:7)”.

Dentro das relações discursivas que envolvem o acesso, também analisamos sua relação com os gêneros textuais. Investigamos em quais gêneros, dentro do suporte jornal, ocorrem as participações discursivas dos excluídos. Para essa análise, fundamentamo-nos, basicamente, na Escola Norte-Americana dos gêneros, na linha de C. Miller e A. Freedman, que estudam o gênero a partir de uma perspectiva sócio-histórica e cultural. Essas autoras estão interessadas em investigar os atos retóricos produzidos nas organizações sociais e as relações de poder que os gêneros por elas produzidos encapsulam. No presente estudo, tentamos aliar essa perspectiva à da Análise Crítica do Discurso, especificamente ao conceito desenvolvido por Fairclough (2001) de “discurso como prática social”. Consideramos o gênero como uma maneira socialmente legitimada de usar a língua em um tipo particular de atividade social. Assim, podemos afirmar que os discursos se organizam em atos comunicativos tipificados, como lembra Miller (1984), e que estes são legitimados em sociedade a partir das relações sociais dos seus usuários. Sendo assim, os gêneros se constituem, mas também são constituídos pelas sociedades

nas quais são produzidos: são eventos sócio-históricos, tal como os concebe Bakhtin (2000[1979]).

Ao aliar essas duas perspectivas teóricas, buscamos superar algumas lacunas metodológicas identificadas nos dois grupos. A Escola Americana apresenta uma contribuição fundamental ao estudo do gênero quando o conceitua a partir de uma perspectiva sócio-antropológica, como uma necessidade social e parte dessa estrutura social. Segundo Freedman (1994), os gêneros são respostas tipificadas aos contextos sociais. Nas palavras da autora: “os estudos dos gêneros são uma forma particularmente promissora de iluminar os processos sociais em suas operações detalhadas e, além disso, uma oportunidade irrecusável de examinar o que significa ser parte de um processo institucional” (1994:14).

Entretanto, seguindo as reflexões de Marcuschi (2002b), percebemos que falta na teoria da Escola Americana uma perspectiva crítica sobre gêneros e relações de poder, pois os gêneros permanecem como ‘artefatos culturais’, isolados desses embates sócio-ideológicos. Para o nosso trabalho, o estudo da dominação social através das práticas discursivas não é só um referencial teórico, mas uma opção política, uma forma de se solidarizar com os grupos em situação de exclusão. Isso nos alia ao atual posicionamento acadêmico pela não neutralidade científica, entendendo o conhecimento como engajamento, não como uma ‘alienação’ ou ‘abstração’ da realidade. Esta, inclusive, é a diferença básica da visão formal e da discursiva.

Ressaltamos, em tempo, que não se trata de um engajamento simplesmente, mas de um posicionamento diante de enquadres políticos que operam na manutenção e transmissão da desigualdade social, através do uso sistemático de formas discursivas de

alto poder ideológico. Daí a necessidade e o desafio de apresentarmos subsídios, ainda que iniciais, devido à limitação deste trabalho, para inclusão dos aspectos ideológicos, históricos e sociais na teoria dos gêneros. Uma análise fundamentada na perspectiva crítica, considerando as atividades de linguagem como elementos de (trans) formação social. É exatamente neste ponto que recorreremos aos teóricos da ACD para construir nosso suporte teórico também no estudo dos gêneros.

“O discurso como prática política é não apenas um local de luta de poder, mas também um marco delimitador na luta de poder: a prática discursiva recorre a convenções que naturalizam relações de poder e ideologias particulares e as próprias convenções, e os modos em que se articulam são um foco de luta” (Fairclough, 2001:94).

Ressaltamos, ainda, a deficiência de teorias mais sistemáticas sobre gêneros nessa corrente, que não despertou para a necessidade de estudar discurso a partir das suas realizações particulares. O fato de autores como Fairclough e Van Dijk, por exemplo, em trabalhos já citados, desenvolverem suas análises a partir de gêneros (notícia, consulta médica, etc.) não resultou em abordagens sistemáticas sobre esse assunto. Por fim, como base em toda a nossa discussão sobre gênero, temos a teoria desenvolvida por Bakhtin (2000[1979]), sendo este autor, também, a principal referência teórica dos autores aqui citados. Sua teoria dos gêneros do discurso é ponto referencial para boa parte dos estudos realizados atualmente nessa área.

## **1.2 Problema e Justificativa do Estudo**

Trabalhos investigando o acesso ao discurso dos veículos de comunicação já vêm sendo realizados há alguns anos na Europa. No Brasil, entretanto, este tipo de estudo

deixa a desejar. O discurso da imprensa tem sido analisado a partir de uma perspectiva sociológica, geralmente interessada nos contextos institucionais, profissionais e culturais da produção da notícia. No campo da Lingüística, apenas recentemente trabalhos abordando o discurso jornalístico vão além do caráter descritivo, não tratando apenas de escolhas lexicais, composições de estilo e estrutura ou organização tópica. Em outras palavras, faz-se necessário ampliar a análise das propriedades específicas do enunciado noticioso como resultantes dos elementos sociais e culturais nas quais as instituições de comunicação estão inseridas. Mesmo sabendo não ser possível preencher todas as lacunas ainda existentes, o nosso objetivo principal neste trabalho é apresentar elementos e suportes teóricos para o aprofundamento de um estudo neste caminho.

Acreditamos, seguindo os postulados de Van Dijk (1991, 1988), que a organização do texto jornalístico é resultante de estratégias para persuadir e influenciar a opinião pública, e orientam os processos cognitivos que envolvem a produção e a recepção desse texto. Essa organização, de um modo geral, dá-se a partir de seqüências definidas e convencionais. Um exemplo é a utilização do título com forma e posição fixas em textos noticiosos. Os repórteres são orientados, tanto em sua formação acadêmica quanto profissional, a seguir esses modelos definidos de organização textual, tais como *lead* e *sublead* (os dois primeiros parágrafos).

Sendo assim, não é irrelevante para uma análise discursiva, por exemplo, o lugar do texto em que os diferentes entrevistados são citados. Pelo contrário, esse seria um fator decisivo para a definição da natureza do acesso que diferentes atores sociais têm aos espaços discursivos dos jornais. Isso porque a notícia é construída a partir do critério de 'relevância' (conforme discutimos no terceiro capítulo), dando destaque a atores e grupos

sociais poderosos, que geralmente têm acesso discursivo desde os primeiros parágrafos do texto. Já os discursos dos excluídos, quando estão presentes, aparecem basicamente nos últimos parágrafos, sendo estes, de acordo com o conceito jornalístico, destinados a questões menos importantes do assunto abordado. Daí, serem muito mais freqüentes os discursos dos representantes das elites (políticos, advogados, desembargadores, empresários, religiosos, acadêmicos, artistas, etc) no *lead* e no *sublead* da matéria, que os dos representantes dos grupos de excluídos.

É importante discutir esse fenômeno devido à sua estratégia de orientação de leitura e, conseqüentemente, compreensão do assunto. Título, *lead* e *sublead*, geralmente, são as partes mais lidas dos textos, já que a sociedade contemporânea é regida pela norma da dinamicidade. Daí a orientação para que os repórteres repassem de forma ‘ágil’ as informações mais ‘relevantes’ para os seus leitores no início do texto, ou de acordo com o conceito jornalístico, em uma linguagem ‘objetiva’ e ‘direta’.

Mostramos nos terceiro e quarto capítulos, a partir de uma perspectiva sócio-cognitiva de recepção dos discursos (Van Dijk, 1994, 1986; Koch 2002), que esse vem a ser um fator decisivo na formação da memória social, dos conceitos coletivos formados historicamente. A memória social é uma resultante da relação entre a sócio-cognição e as práticas discursivas. Como fundamentação para esse debate, defendemos a importância de analisar os fatores sociais, culturais e cognitivos que influenciam a formação do esquema convencional de texto jornalístico, ou esquema de notícia, e com que objetivos eles são construídos dessa forma. Isso porque entendemos que a formação desse esquema não é aleatória, mas sim fruto de um ambiente social e persegue fins ideológicos específicos, ou seja, serve ao controle do poder.

Considerando também que os modelos que geram acesso ao discurso da imprensa são estruturas fechadas e controladas rigidamente pelas instituições de poder, conforme discutimos no segundo capítulo, levantamos a hipótese de que o acesso dos grupos de excluídos se dá, basicamente, a partir de situações de conflito, da contravenção da ordem social. Essa poderia ser caracterizada como a natureza fundamental do acesso dos excluídos, a sua força propulsora. Os grupos marginalizados têm que romper com a ordem social estabelecida, promovendo ocupações a prédios desocupados, saques ou passeatas. É assim que eles obtêm conquistas sociais, a atenção da sociedade, subvertem a ordem dos modelos de acesso e dividem espaço nos jornais com as instituições de poder. É assim que eles rompem com a invisibilidade.

É com esses fundamentos teóricos que analisamos o discurso jornalístico, a partir das suas várias formas de articulação com os processos sociais e cognitivos de construção de ideologias, crenças e opiniões. E, dentro dessa análise, identificamos a ocorrência e a natureza do acesso que os grupos fora das relações de poder na sociedade têm a esse discurso.

É urgente a necessidade de tal estudo dentro do nosso contexto social. A realidade brasileira, no que diz respeito à exclusão social, é mais drástica do que a européia. Isso, provavelmente, torna a desigualdade de acesso ao discurso jornalístico ainda mais grave do que a que já foi identificada nas pesquisas em países europeus. Discutir essas questões é responsabilidade dos analistas críticos do discurso, já que fazer ACD é, antes de tudo, um posicionamento político contrário às diferentes formas de discriminação. Nas palavras de Van Dijk (1987:8): “é condição essencial para a realização de um trabalho crítico o posicionamento contrário, por parte do analista, a todo tipo de dominação social,

seja por grupos ou instituições, e o seu comprometimento e solidariedade com os grupos sociais marginalizados”. Este estudo pode servir também como subsídio para discussões na área de Comunicação Social, onde o debate sobre a responsabilidade ética do jornalismo deve ser prioridade e preocupação constantes.

### **1.3 Aspectos Metodológicos**

A análise do acesso dos excluídos aos espaços discursivos dos jornais foi delimitada às ocorrências relacionadas ao **Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)**. A escolha de matérias sobre esse grupo se justifica, primeiramente, pelo ineditismo do movimento, sendo este um dos primeiros grupos urbanos na Região Metropolitana do Recife a se organizar institucionalmente sob a condição da exclusão social, com repercussão na mídia.

Em segundo lugar, ainda devido ao surgimento recente do MTST, a possibilidade de analisar o primeiro fato noticiado sobre esse movimento na imprensa pernambucana, e assim observar o acesso desse grupo ao espaço discursivo do jornal desde os primórdios da sua organização, mostrou-se um fato interessante para o nosso estudo. Seguindo as hipóteses de que o acesso ao discurso jornalístico é negociado entre as instituições de poder, e não se dá de forma igualitária para todos os grupos sociais, pareceu-nos relevante analisar a abordagem da imprensa acerca de um novo grupo de excluídos e como os integrantes deste grupo passaram a participar discursivamente na mídia.

É importante ressaltar que a primeira ocupação realizada pelos integrantes do movimento sem teto, no dia 11 de novembro de 1999, caracteriza também o surgimento

da entidade, então denominada de **Movimento Unificado dos Trabalhadores Sem Teto (Must)**. Durante uma passeata organizada pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), os integrantes dos sem teto ocuparam um prédio abandonado no centro do Recife, que durante anos serviu de sede para o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS). Foram aproximadamente três meses de ocupação e uma mobilização que teve o apoio de vários setores da sociedade.

O caso teve ampla cobertura dos três principais jornais da Região Metropolitana do Recife (**Jornal do Commercio, Diário de Pernambuco e Folha de Pernambuco**). Durante esse processo, os militantes do Must tiveram divergências sobre os rumos da mobilização, levando a um racha no movimento. Daí surge o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). Atualmente, os dois grupos estão atuando em Pernambuco, porém com orientações políticas distintas. Para nós, o interesse nessa trajetória político-ideológica serve muito mais como referencial histórico do que como objeto de estudo, já que não é nosso objetivo observar a organização política ou social dos sem teto, mas sim as suas participações discursivas na mídia.

O *corpus* do trabalho é formado por matérias publicadas no período de 11 de novembro de 1999 a 29 de fevereiro de 2000, os dois primeiros meses da ocupação ao prédio do INSS, quando o grupo ainda estava coeso em torno da sigla Must. Os textos analisados foram retirados de apenas um jornal, o **Jornal do Commercio (JC)**. Essa delimitação foi necessária para eliminarmos variáveis intervenientes que poderiam surgir devido às diferentes orientações ideológicas dos jornais, o que não deveria ser o foco do nosso estudo. Caso mais de um jornal fosse analisado, teríamos que nos preocupar com a investigação do acesso dos excluídos a partir de perspectivas discursivas específicas, o

que exigiria um trabalho de outra natureza, multiplicando a nossa tarefa. O caráter exploratório deste trabalho também justifica a delimitação da análise em apenas um jornal. Partimos da teoria de Van Dijk (1991) com o objetivo de desenvolver um aparato teórico para a análise de acesso e lançar as categorias de estudo deste problema. Assim, estão abertas possibilidades para outros estudos, inclusive com natureza distinta ao que aqui iniciamos.

A análise foi desenvolvida a partir da perspectiva qualitativa, ficando o aspecto quantitativo apenas como referencial, sendo a natureza da ocorrência deste fenômeno a nossa prioridade de análise. A noção de *acesso* será uma espécie de *unidade categorial* de estudo das estratégias retóricas usadas para por em ação o discurso da imprensa, particularmente nos gêneros: *notícia*, *notas de opinião*<sup>3</sup> e *entrevista ping-pong*.

Conforme justificamos mais detalhadamente no quarto capítulo, a delimitação da análise a esses três gêneros se dá em consonância com o conceito de acesso que desenvolvemos neste trabalho. Não tomamos acesso apenas como uma ocorrência temática, ou seja, quando se trata da simples presença da questão dos sem teto no jornal. Acesso é aqui discutido como a possibilidade de interferência discursiva das instituições no jornal. Ou ainda, como (e quais) as instituições que constroem as várias teias discursivas compõem o discurso jornalístico.

As demais ocorrências encontradas sobre a questão dos sem teto foram nos gêneros *carta do leitor* e *artigo de opinião*. Não tomamos essas ocorrências como acesso

---

<sup>3</sup> Denominamos *nota de opinião* os textos produzidos pelos colunistas dos jornais, em seções fixas (colunas). Esses textos têm a característica de serem opinativos, pois possibilitam o posicionamento explícito dos colunistas. É estabelecido institucionalmente que as *notas de opinião* não são redigidas apenas a partir de informações apuradas (como a notícia), mas trazem as opiniões, interpretações e especulações dos colunistas sobre os assuntos abordados. As colunas não são necessariamente assinadas, mesmo tendo um colunista fixo responsável por ela. Podem ser temáticas (esportes, política, economia), ou tratar de assuntos gerais, como as colunas sociais ou do caderno de cidades. No caso do **JC**, o **Repórter JC** é um exemplo de coluna que trata de assuntos gerais.

discursivo, pois entendemos que a constituição desses gêneros não possibilita a participação efetiva dos grupos sociais, mas sim de indivíduos (os autores dos textos). Mesmo que esses indivíduos sejam participantes de grupos, e isso esteja presente na composição dos seus discursos, não é o que caracteriza a sua participação nessa atividade comunicativa. A única instituição diretamente participante na *carta do leitor* e no *artigo de opinião* é o jornal, pois detém o poder de controle das suas publicações (Melo, 1999). Um importante fator de diferenciação desses gêneros, por exemplo, é que na *carta do leitor* e no *artigo de opinião* não se faz necessário consultar (ou apurar, na linguagem jornalística) diferentes setores da sociedade sobre o assunto em pauta, ao contrário da *notícia*, *reportagem* e *nota de opinião*. No caso da *entrevista ping-pong*, definimos como o gênero que apresenta maior possibilidade de interferência discursiva (acesso), pois estabelece um diálogo explícito entre pelo menos duas instituições: o jornal e a instituição que o entrevistado representa.

Por razões metodológicas, os textos analisados estão divididos em *corpus* ampliado (que representa o total das ocorrências) e *corpus* restrito, sendo este composto por seis textos selecionados para exemplificar as categorias de acesso. Entretanto, a fundamentação do nosso estudo, assim como as categorizações do acesso, resultam de análises aprofundadas de todos os textos do *corpus* ampliado. No quarto capítulo, explicamos detalhadamente essa divisão, assim como justificamos a necessidade de tal procedimento. Os textos que compõem o *corpus* ampliado estão nos anexos deste trabalho.

A partir da identificação das categorias de acesso, é possível observar mais sistematicamente a natureza da interferência das instituições na construção do discurso

jornalístico, assim como a participação privilegiada de algumas dessas instituições nesse espaço discursivo. O resultado dessa desigualdade discursiva, conforme podemos constatar, consolida e legitima desigualdades sociais, mantendo na condição de marginalidade os grupos que não têm acesso garantido ao discurso da imprensa. Romper com o sistema estabelecido requer ações contundentes, um longo processo de luta. A desigualdade de participação na construção discursiva dos gêneros jornalísticos está evidente nas análises das notícias, entrevistas e notas de opinião. Ainda mais grave é a natureza dessa desigualdade. Conforme observamos, além de terem menos acesso ao discurso jornalístico, os excluídos têm participações desqualificadas na construção desse discurso. Com a qualidade do acesso comprometido, já que não participam ativamente desse processo, são excluídos não apenas indivíduos, mas possibilidades de sociedades igualitárias e democráticas.

## **2. ACESSO E GÊNERO TEXTUAL: POR ONDE PASSA O CONTROLE DISCURSIVO?**

Este capítulo dedica-se à identificação do problema do acesso de modo sistemático, a partir da discussão teórica deste fenômeno, assim como das implicações envolvidas para a sua conceitualização. Também é destinado à definição das categorias de *acesso* e dos fundamentos que norteiam a nossa análise discursiva.

### **2.1 A Origem do Conceito de Acesso: uma perspectiva crítico-discursiva**

Antes de passarmos para o desenvolvimento do conceito de acesso, é importante situar o quadro teórico que fundamenta essa noção, e assim melhor compreender o propósito dessa discussão. A Análise Crítica do Discurso (ACD) é a denominação genérica que se aplica a um planejamento especial, dedicado a estudar a fala e a escrita, e emerge da lingüística crítica, da crítica semiótica e, em geral, de um modo sócio-político consciente e oposicionista de investigar a linguagem, o discurso e a comunicação. Seguindo as considerações de Van Dijk (1987, 1990), podemos afirmar que qualquer planejamento teórico é adequado sempre e quando permita estudar eficazmente os problemas sociais relevantes, tais quais gêneros (feminino/masculino), racismo, colonialismo, ou outras formas desigualdade social. A ACD não comporta uma escola, nem um campo, nem uma disciplina de análise do discurso, pois se trata de um posicionamento, de uma postura explicitamente crítica para estudar a fala e a escrita em seus contextos específicos de funcionamento.

Com o propósito de estudar eficazmente os problemas sociais ou os temas relevantes, o trabalho da ACD pode ser inter ou multidisciplinar, e se fixa particularmente na relação existente entre discurso e sociedade (com a inclusão de conhecimento social, político e cultural). Quando estuda o papel do discurso na sociedade, a ACD se centra particularmente nas relações (de grupo) de *poder, dominação e desigualdade*, assim como na maneira em que os integrantes de um grupo social (atores sociais) os reproduzem ou os opõem resistência através dos discursos.

Os objetivos descritivos, explicativos e práticos dos estudiosos da ACD centralizam um esforço para descobrir, revelar e divulgar aquilo que é implícito, que está escondido, ou que por algum motivo não é imediatamente óbvio nas relações de dominação discursiva, ou de suas ideologias subjacentes. A ACD se centra especificamente nas estratégias de *manipulação, legitimação, criação de consenso* e outros mecanismos discursivos que influenciam o pensamento (e indiretamente as ações) em benefício dos mais poderosos.

Sendo a ACD um projeto multidisciplinar, agrega diferentes perspectivas de abordagens. Entretanto, os analistas críticos do discurso comungam em aspectos fundamentais, o que permite falar em um ‘projeto comum’. Segundo Fairclough (1989:1), esse projeto comum seria a necessidade de “corrigir uma subavaliação muito divulgada da importância da linguagem na produção, manutenção, e mudança das relações sociais de poder” e de “aumentar a consciência de como a linguagem contribui para a dominação de algumas pessoas por outras, já que essa consciência é o primeiro passo para a emancipação”. É neste sentido que para Fairclough (2001, 1989) discurso é “mudança social”.

Esse pensamento é reforçado por Kress (apud Pedro, 1997:22), sugerindo que “ao desnaturalizar as práticas discursivas como um conjunto de práticas de uma sociedade, entendida como um conjunto de comunidades ligadas discursivamente, e ao tornar visível e manifesto aquilo que antes pode ter sido invisível e aparentemente natural, os analistas críticos do discurso pretendem mostrar o modo como as práticas linguístico-discursivas estão imbricadas com as estruturas sociopolíticas mais abrangentes de poder e dominação”.

## **2.2 Desenvolvendo a noção de acesso**

A idéia de acesso dentro da perspectiva da Análise Crítica do Discurso (ACD) é ainda relativamente vaga, necessitando de uma especificação mais sistemática. Está claro, entretanto, que toda e qualquer investigação sobre acesso tem que levar em conta as classes sociais, os papéis das instituições envolvidas, as relações de poder existentes nesta sociedade e as organizações discursivas dentro deste contexto. Alguns estudos já foram realizados no sentido de estabelecer noções mais claras sobre acesso, dada a relevância do tema. É Van Dijk (1994,1991) um dos autores que mais se preocupa em definir esse conceito e elaborar modelos teóricos. Seus estudos englobam a análise do acesso discursivo nas principais instituições representativas do poder em sociedade, tais como jurídica, acadêmica, empresarial, política e jornalística. No nosso trabalho, apenas o domínio jornalístico está sendo investigado.

Na discussão levantada por Van Dijk (1991) sobre a manutenção do poder através do controle discursivo, o acesso aos espaços discursivos é um ponto crucial no que diz

respeito ao processo de manipulação dos modelos mentais<sup>4</sup>. Esse controle leva ao que ele denominou como “formação de modelos preferidos” (1991:85) sobre determinados eventos sociais. E é a partir desse processo, diz o autor, que são construídos os estereótipos, conhecimentos, ideologias e atitudes em sociedade. No que diz respeito aos grupos que não têm acesso garantido no processo de construção discursiva dos domínios já citados, esse efeito cognitivo se dá de forma negativa e preconceituosa, o que gera um tipo de ‘desigualdade social’, sendo este ainda mais sutil e dissimulado que os já historicamente instituídos. Por isso, segundo Van Dijk (1991), as participações discursivas devem ser consideradas como similares aos recursos sociais (educação, emprego, moradia, assistência médica), pois, tais quais esses recursos, não são democraticamente distribuídas em sociedade, gerando grupos discursivamente excluídos.

Analisar o acesso de um determinado grupo social (no caso deste trabalho, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto) ao discurso de uma instituição (a mídia impressa), é um problema bastante complexo. Isso porque a fundamentação teórica deve dar conta de muitas variáveis. Para que o conceito de acesso seja usado de forma sistemática, é preciso delimitar modelos teóricos que definam a natureza da participação dos excluídos na construção do texto jornalístico. Alguns modelos de acesso às instituições de poder (Política, Mídia, Educação e Negócios) foram traçados por Van Dijk (1991) e dão pistas de como pode ser desenvolvida a natureza deste processo. Assim, esse estudo é a nossa principal referência na tentativa de categorizar as formas de acesso nos espaços discursivos dos jornais.

---

<sup>4</sup> O conceito de modelo mental e a discussão sobre os efeitos cognitivos do controle discursivo nos jornais estão desenvolvidos no terceiro capítulo.

A importância de delinear os modelos de acesso, assim como a sua natureza, está no fato de que o controle organizado pelas instituições de domínios sociais é muito bem estabelecido e regido por esquemas rígidos que dificultam a inserção de quem não faz parte destes grupos sociais. “Quanto mais acesso se tem ao discurso, mais acesso se tem ao poder social. Em outras palavras, os modelos para se investigar o acesso discursivo podem ser indicadores fidedignos do poder social de grupos e seus membros” (Van Dijk 1991:130).

Em linhas gerais, os modelos de acesso traçados por Van Dijk estão divididos quatro níveis:

*a)planejamento* - implica decisões sobre lugar, horários e uma agenda, assim como os participantes para serem convidados a comparecer. No caso dos jornais, esse aspecto poderia ser caracterizado como reuniões de pauta;<sup>5</sup>

*b)cenário* – a quem é permitido ou quem é obrigado a participar, e em que papel será decidido pelo coordenador ou por pessoas que estejam controlando a interação em um cenário específico;

*c)controle dos eventos comunicativos* – a forma crucial de acesso consiste em poder controlar várias dimensões do discurso e da fala em si: que tipo de comunicação pode/deve ser usado e por quem (linguagem comum ou dominante, etc.), que gêneros do discurso são permitidos, que tipos de atos discursivos, entre outros; e, por fim,

---

<sup>5</sup> Nos jornais, existem basicamente duas concepções sobre pauta. Uma é a denominação genérica para os eventos sociais ou temas que potencialmente podem ser noticiados, daí a reunião de pauta, quando editores, repórteres e redatores definem os assuntos que serão trabalhados no dia e durante a semana. E, de forma mais específica, pauta também é entendida como as orientações ou informações que os repórteres recebem dos editores sobre um assunto ou evento a ser apurado. Do resultado da apuração, editores e repórteres decidem se o material apurado será publicado e em que gênero textual: notícia, reportagem ou nota de opinião.

*d) controle de área e de audiência* – acesso total a um grande jornal também implica um acesso a uma audiência maior: obviamente, o acesso à **Folha de S. Paulo**, por exemplo, assinala maior poder do que a um jornal local. Assim, o controle das pessoas que acessam esses grandes veículos de comunicação é ainda mais rígido.

Como já foi dito antes, também estamos analisando neste trabalho a qualidade do acesso dos excluídos ao discurso jornalístico a partir da especificação da natureza destes eventos. Seguindo um estudo crítico discursivo (o que significa uma análise da estrutura textual, dos recursos de topicalização e relevância na organização da notícia, e dos modelos cognitivos de leituras forjados pela mídia), procuramos identificar se o acesso destes grupos é fundamentalmente ativo, de forma crítica, ou passivo (intermediado por jornalistas). Em outras palavras, se os participantes do MTST são sujeitos no processo de construção dos discursos, ou se lemos apenas “reproduções discursivas” (Van Dijk, 1991) realizadas por repórteres. É importante ressaltar que a nossa análise do acesso discursivo envolve o estudo da atuação de instituições sociais, e não a atuação de indivíduos, já que estamos preocupados com o funcionamento social das relações discursivas. Por isso, a participação dos jornalistas ou dos integrantes do MTST nesse processo não será analisada na perspectiva individual, mas como ‘atores sociais’, ou seja, integrantes de grupos organizados e institucionalizados, que seguem as rotinas estabelecidas por esses grupos.

Para Van Dijk (1991), a forma crucial de acesso está relacionada ao poder de controlar as diversas dimensões da escrita e da fala. Por isso, sua definição envolve vários níveis de análise lingüística. Para ele:

“Acesso envolve a forma como as pessoas participam dos eventos comunicativos, as modalidades das suas participações, as formas como elas controlam as outras

propriedades do discurso, tais como tomada de turno, seqüência, topicalização, ou até mesmo as formas como essas pessoas estão sendo representadas, se como referentes ou tópicos do discurso”. (Van Dijk, 1991:87).

No nosso entender, essa definição ainda não é suficiente para criar uma categoria operacional de análise, pois engloba diversos elementos, situados em diferentes níveis lingüísticos. Vejamos esses elementos mais detalhadamente. Na definição citada, acesso envolve:

- (1) **Aspecto Geral:** o papel social dos atores participantes dos eventos comunicativos;
- (2) **Aspecto Tipológico:** “as modalidades das suas participações”;
- (3) **Ação ou Estratégia:** “as formas como elas controlam as outras propriedades do discurso, tais como tomadas de turno, seqüência, topicalização”;
- (4) **Aspecto Cognitivo:** “as formas como essas pessoas são representadas, se como referentes ou tópicos discursivos”.

Entendemos que isso deve ser tomado distintamente na investigação do acesso discursivo, o que nos propomos a realizar a partir da seguinte perspectiva: a divisão do estudo em macro e microcategorias de análise. Essa distinção permite perceber as estratégias discursivas que envolvem a ocorrência do acesso nos diferentes níveis lingüísticos, assim como também estabelecer critérios metodológicos e teóricos para a nossa análise. Seguindo os modelos propostos por Van Dijk (1991), e a partir de observações empíricas no *corpus* de pesquisa, podemos definir as macrocategorias de acesso ao discurso jornalístico sob os dois aspectos gerais:

**1- Acesso Institucional:** é onde está representado o discurso das instituições, podendo ser este do próprio jornal, das instituições que estão em relação de sustentação

de forças, ou daquelas em conflito com os grupos do poder econômico. Esse aspecto é relevante, tendo em vista que os movimentos sociais, de um modo geral, são todos institucionais. O que observamos empiricamente, e discutimos mais adiante, é que, apesar de a representação institucional ser uma categoria fixa no discurso jornalístico, as instituições ligadas ao poder são freqüentemente mais citadas. Isso porque as informações são fornecidas e repassadas para a mídia (e depois para o público) pelos grupos da elite, nos quais, obviamente, as classes excluídas não têm qualquer inserção. O que acontece, de fato, é que as instituições de poder se nutrem dos discursos uma das outras, mantendo assim o controle discursivo entre elas. Por exemplo, os jornalistas citam os juízes para qualificar como ‘ilegal’ uma ocupação dos sem teto. Os juízes, por sua vez, citam as matérias dos jornais que recriminam as ocupações para legitimar socialmente suas sentenças contrárias às ações dos sem teto. Por isso, essa categoria de acesso também está relacionada aos atores sociais escolhidos, e muitas vezes até privilegiados pela imprensa, para dar entrevistas. Isto gera uma espécie de ‘círculo vicioso’ difícil de ser rompido por quem não está em seu contexto. Geralmente, trata-se de lideranças políticas ou sociais, o que exclui ainda mais os grupos das minorias que não estejam organizados em entidades, ou que não disponham desses atores ‘eleitos’ pela mídia como representativos. Observemos alguns desses aspectos no trecho abaixo:

***Exemplo( 1):***

**Governo decide hoje destino dos sem-teto**

O Movimento Urbano dos Sem-Teto (Must) estará reunido a partir das 10h de hoje com o Governo do Estado para tentar solucionar o problema das cerca de 600 famílias que ocupam um terreno da Compesa em Maranguape II, em Paulista, há 21 dias. Estarão participando da conversa uma comissão de deputados e os secretários estaduais de Planejamento, José Arlindo Soares, e de Infra-Estrutura, Fernando Dueire. O encontro será na sede da Secretaria de Infra-Estrutura, localizada na Avenida Cruz Cabugá. (JC: 27/12/99)

Em uma observação superficial dessa notícia (tendo em vista que o quarto capítulo é destinado à análise discursiva), podemos identificar sem muito esforço que o fator decisivo para a sua publicação foi a ‘disponibilidade’ do Governo Estadual em marcar uma reunião com Must. Pelo título, está nítido que o jornal atribui ao governo pleno poder sobre o ‘destino’ dos sem teto, quase que em tom messiânico, sem questionar o papel dos integrantes do movimento nesse processo de negociação. São citadas na matéria como participantes da reunião apenas pessoas ligadas ao Executivo e Legislativo, instituições de poder, enquanto que os sem teto estão representados apenas pela sigla da entidade (Must).

**2 - Acesso Episódico:** diz respeito a episódios, eventos, fatos e às circunstâncias determinados pela mídia como relevantes para serem publicados nos veículos de comunicação. A investigação da natureza desses aspectos irá caracterizar também a natureza do acesso ao discurso jornalístico. Quais os critérios estabelecidos pela mídia para definir um evento social como importante, como notícia? Esses critérios são diferenciados, dependendo das instituições envolvidas? O que nos interessa investigar aqui é o privilégio, a garantia que determinados grupos sociais têm ao espaço discursivo do jornal. Enquanto políticos, juristas, acadêmicos e artistas são naturalmente procurados pelos jornalistas para dar entrevistas, sindicalistas, militantes dos movimentos sem teto, sem terra têm acesso aos jornais basicamente em situações de conflitos, tais quais greves, passeatas, ocupações.

Na nossa hipótese, consideramos que o acesso dos grupos de exclusão social se dá, preferencialmente, a partir da subversão da ordem, do conflito. A observação

empírica do nosso *corpus* nos mostra uma freqüente ocorrência desse aspecto. Dos 53 textos analisados, 26 se enquadram na categoria acesso episódico e de caráter eventual. No terceiro capítulo discutimos a relevância desse fator na formação dos modelos mentais e, conseqüentemente, na memória social. Seguindo as nossas referências teóricas, acreditamos que o controle discursivo da mídia é decisivo na construção de ideologias, na formação da opinião pública, gerando modelos estereotipados dos grupos que não têm seus discursos legitimamente reverberando na mídia. Observemos um pouco dessa relação discursiva no exemplo a seguir:

***Exemplo (2):***

**Sem-teto estão sem ter o que comer e ameaçam radicalizar**

Integrantes do Movimento Urbano dos Trabalhadores Sem-Teto (Must) foram ontem em caminhada até a Prefeitura do Recife pedir alimentos para a creche montada no prédio do Instituto Nacional do Seguro Social, invadido no centro da cidade. Voltaram decepcionados. O secretário de Políticas Sociais, Francisco de Assis, que os atendeu, explicou que nada poderia ser feito, em função da situação dos sem-teto, que invadiram um prédio público. “Não podemos fortalecer um ato ilegal que está sendo apreciado pela Justiça”, justificou. (JC: 28/01/00)

Essa notícia é episódica e apresenta alguns aspectos interessantes em relação ao acesso discursivo. Primeiramente, é interessante perceber no título como uma situação crítica vivida pelos sem-teto (não ter comida), no qual eles são as principais vítimas, acaba sendo relacionada simplesmente a uma ação política, com conotações de violência e agressão à ordem pública. Então, o espaço que deveria ser ocupado para noticiar a fome dos sem teto, acaba sendo usado para ressaltar uma manifestação política.

Logo no início do texto, percebemos que o ato de protesto realizado pelo Must (uma simples caminhada pelo centro da cidade) contrasta com o tom agressivo do título, onde os itens lexicais (*ameaçam, radicalizar*) compõem a descrição de uma ação agressiva. Além disso, apesar de terem sido os agentes da notícia, os militantes do Must

não foram citados no primeiro parágrafo, onde o espaço foi cedido a um representante do Governo, que por sua vez, reafirma o quadro negativo sobre a manifestação já traçado pelo repórter, aproveitando para qualificar a ação dos sem-teto como “ilegal”. Sendo assim, a fome dos sem-teto passou a ser o tema menos importante na matéria.

A falta de acesso aos jornalistas faz também com que os excluídos sejam menos citados que os falantes da elite. Como consequência disso, são bem mais frequentes no texto jornalístico citações vindas de políticos, empresários, representantes do governo, economistas, etc. Os excluídos, geralmente, têm as suas falas reproduzidas quando se trata de matérias relacionadas a protestos, tragédias ou infrações da lei, como no caso de matérias policiais. E, ainda assim, nos últimos parágrafos do texto, onde, segundo as regras jornalísticas devem ser colocados os elementos ‘menos relevantes’ da notícia.

O próximo capítulo trata mais detalhadamente sobre os efeitos cognitivos dessa relação discursiva. É importante analisar como a mídia, ao veicular informações sobre os membros dos grupos sociais minoritários apenas quando estes se envolvem em situações de conflito, ajuda a construir e consolidar na memória social imagens estereotipadas sobre os excluídos. Frequentemente, militantes em conflito com as instituições de poder são taxados pela opinião pública como “baderneiros” ou “desocupados”. Mesmo não sendo o nosso objetivo um estudo aprofundado sobre a recepção dos textos jornalísticos e a formação da memória social, fazemos algumas considerações sobre essa relação sócio-cognitiva. Pois, na medida que isso caracteriza abuso de poder dos veículos de comunicação, torna-se possível de ser aqui discutido.

Dentro das duas macrocategorias já apresentadas e discutidas (acesso institucional e acesso episódico), pretendemos observar os elementos que compõem outros níveis de

análise discursiva, pois entendemos que o acesso se dá a partir de estratégias diversas. Esses elementos foram selecionados para dar conta do fenômeno que pretendemos observar, sendo eles aqui tomados como os que melhor caracterizam a ocorrência do acesso.

Agrupamos os elementos de análise em três níveis distintos:

***1) Aspectos Sócio-Discursivos (Representação dos Atores Sociais):***

1.1 Acesso Direto

1.2 Acesso Mediado

***2) Aspectos da Composição Lingüístico-Cognitiva:***

2.1 Títulos

2.2 Organização Textual

***3) Aspectos Léxico-Discursivos:***

3.1 Nominalizações

3.2 Campos Lexicais

3.3 Verbos Introdutores de Opinião

Vejamos a relevância desses elementos, pontuando-os melhor:

***1) Aspectos Sócio-Discursivos***

***1.1) Acesso Direto:*** caracteriza-se pela representação discursiva direta dos entrevistados. Pode ocorrer em diversos gêneros, tais como reportagens, notas ou mesmo em artigos de opinião. Entretanto, é na entrevista *ping-pong* (perguntas e respostas) que

esse acesso se dá de forma mais efetiva. A idéia de acesso direto é uma delimitação metodológica deste trabalho, pois não ignoramos o fato de essas representações passarem por várias interferências dos mediadores (repórteres e editores), sofrendo alterações discursivas e lingüísticas.<sup>6</sup> No próximo tópico deste capítulo, discutiremos mais detalhadamente esses problemas. O parágrafo a seguir traz um exemplo do que consideramos como acesso direto, no fragmento por nós destacado em negrito.

***Exemplo (3):***

A ocupação do edifício ocorreu em seguida, quando o reverendo Marcos Cosmo, da Igreja Anglicana, discursava no carro de som estacionado. **“Os governos Federal e Estadual não têm uma política de habitação para a população”**. Por isso, o povo do Recife tem que ocupar prédios públicos e terrenos vazios”, dizia (JC: 11/11/99).

***1.2) – Acesso Mediado:*** está presente nas relações discursivas criadas pelos jornalistas dentro do texto jornalístico. São as várias formas de representação dos atores sociais envolvidos no evento comunicativo, sendo que a voz predominante do discurso é a do repórter. Compreende os diversos tipos de discursos relatados, conforme observamos no trecho a seguir:

***Exemplo( 4):***

A manifestação, organizada pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), reuniu cerca de oito mil pessoas, segundo a entidade, e quatro mil, de acordo com a Polícia Militar. A CUT previa dez mil participantes. (JC: 11/11/99)

***2) Aspectos da Composição Lingüístico-Cognitiva:***

---

<sup>6</sup> Estudos mais detalhados sobre essa questão foram realizados por Cunha (2001), Gomes (1995) e Maingueneau (2001) e mostram a complexidade das representações discursivas nos textos jornalísticos.

**2.1) Títulos:** é a primeira entrada lingüística/cognitiva do texto, sendo assim é também o seu primeiro elemento de coesão. Por ter um posicionamento privilegiado no texto, o título é um poderoso artifício de orientação de leitura. De acordo com Marcuschi (1986), o título integra o texto de uma forma especial, podendo organizar hierarquicamente as suas proposições. A partir do título, fazem-se inferências que ajudam na compreensão do que será abordado, ativando os elementos dos *frames* que surgirão na leitura do texto. É nesse sentido que, segundo Marcuschi (1986), o título pode ser considerado um organizador de textos, tanto do ponto de vista proposicional como cognitivo. Com essa compreensão, abordamos as implicações discursivas desse aspecto textual. Nos textos analisados, constatamos que dos 52 títulos registrados no *corpus* (uma das notas de opinião não foi titulada), 23 trazem lexemas que remetem à situação de violência, desvio da ordem pública. Essa alta incidência indica como a cobertura do jornal sobre as ações dos sem teto foi orientada no sentido de construir opiniões desfavoráveis ao movimento. Aprofundamos essa análise no quarto capítulo.

**2.2) Organização Textual:** também é importante para a investigação do acesso a relação entre a representação discursiva e em que lugar do texto jornalístico ela ocorre. Seguindo as considerações de Van Dijk, a organização dos textos nesse domínio discursivo tem uma forte conotação ideológica. A partir das reflexões do autor sobre processamento textual, entendemos que cada parte (*título, sumário, lead, sublead*) tem uma função cognitiva específica no processo de formação da opinião pública. Sendo o texto jornalístico construído a partir do critério do mais relevante no início do texto (*título, subtítulo, lead e sublead*) para o menos relevante (nos dois últimos parágrafos), a

seleção de fatos ou atores sociais que irão figurar as primeiras partes da notícia ou reportagem é uma ação ideologicamente orientada. Esse critério de relevância vem, de uma certa maneira, do hábito de leitura da notícia, pois as pessoas lêem mais o começo do texto (título, *lead* e *sublead*) do que o seu final. Daí, a relação entre essa organização textual e os problemas do acesso e do controle discursivo.

### **3) Aspectos Léxico-Discursivos:**

**3.1) Campos Lexicais:** dentro da perspectiva crítico-analítica do discurso (Van Dijk 1997; Fairclough 1989), o léxico é apontado como elemento fundamental da produção lingüística. Segundo os autores da ACD, a lexicalização é um forte aspecto para a identificação de tendências ideológicas presentes em um texto. A dimensão ideológica das escolhas lexicais também é ressaltada por Toolan (1989). Segundo este autor, aparenta haver uma linha lexical no vocabulário padrão dos veículos de comunicação para descrever eventos e participantes específicos. Em sua análise, o autor identificou que, mesmo quando alguns veículos de comunicação se colocam favoráveis a causas como igualdade de classes, paz e reconciliação, esses temas são tratados em textos caracterizados em “redes lexicais” fortemente marcadas por itens que remetem à violência e agressão. No quarto capítulo, detalhamos mais claramente esse aspecto, inclusive com a ilustração dos lexemas encontrados no *corpus* do trabalho.

**3.2) Nominalização:** é uma seleção de determinadas propriedades e valores que o autor reúne e julga sobre o referente textual. Leva o leitor a observar o referente da forma que o autor percebe, daí sua força persuasiva e ideológica. Essas nominalizações são em

geral formas anafóricas que produzem efeitos de sentido pela força ilocutória do rótulo escolhido. Observemos no exemplo a seguir destacado em negrito:

***Exemplo (5):***

As 250 famílias sem-teto que há dez dias ocupam um prédio do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), na Avenida Guararapes, conseguiram ontem mais uma vitória. **A resistência** delas impediu que fossem despejadas pela justiça Federal” (JC:20/11/99).

3.3) ***Verbos Introdutores de Opinião:*** seguindo as considerações de Marcuschi (1991), tomamos as seleções dos verbos como ações sobre os conteúdos que estão sendo tratados nas matérias, dando-lhes intencionalidades interpretativas, com características ideológicas. No capítulo destinado à análise, fazemos maiores considerações sobre esse fenômeno a partir da sua ocorrência nos textos observados. Destacamos, aqui, um exemplo para melhor ilustrar a sua ocorrência:

***Exemplo (6):***

“A proposta que nos fizeram foi que deixássemos o local imediatamente. Não concordamos porque não temos para onde levar as famílias”, **garantiu** Moisés Tenório Azevedo, representante dos sem-teto.

“Só podemos apresentar uma proposta se eles desocuparem o local pacificamente”, **explicitou** Marco Túlio Veras esclarecendo que precisaria fazer um cadastro das famílias para conhecer a situação econômica de cada uma, antes de elaborar qualquer projeto. O presidente **acenou** com a possibilidade de a Emhape adquirir a ilha energética, em parceria com as famílias. “Mas antes seria preciso verificar a fundo os laudos de construção e valor da área onde está localizada a ilha”, **ressaltou.** (JC:05/01/00)

É importante observar que essas categorias de acesso se dão de forma recorrente no discurso jornalístico, independentemente da origem social dos indivíduos ali representados. O que nos propomos investigar é a natureza do acesso dos excluídos, a partir da análise deste acesso em categorias. Isso é o que aprofundamos no quarto capítulo, destinado à análise do *corpus*.

A natureza do acesso dos excluídos aos veículos de comunicação é uma condição crucial para a definição da participação pública destes grupos. Se os excluídos não participam da composição do quadro discursivo da imprensa, restará à sociedade uma visão unilateral e, conseqüentemente, distorcida da participação desse grupo nos eventos sociais. Como já postulou Van Dijk (1988:92), “a falta de acesso das minorias ao discurso jornalístico é uma das mais fortes propriedades do poder simbólico das elites”.

A predileção da mídia pelos grupos de elite se dá desde o momento da seleção de assuntos e tópicos que serão tratados nos veículos de comunicação. Segundo Van Dijk (1988), fatos que tratam dos interesses das minorias, tais como racismo, discriminação, abuso de poder policial, condições miseráveis de trabalho, entre outros, têm menos espaço de cobertura, pelo menos ao que diz respeito à pauta diária dos grandes veículos de comunicação.

### **2.3 O Dialogismo no Acesso**

Mesmo levando em consideração a complexa relação de poder e ideologias que compõem o discurso da imprensa no sentido de favorecer as classes dominantes, e ainda que fazendo considerações sobre os elementos específicos do texto jornalístico, os estudiosos da ACD não têm se preocupado em desenvolver o conceito de acesso a partir de uma concepção dialógica de linguagem. Trazer a teoria de Bakhtin (2002), (2000[1979]), para a idéia de acesso desenvolvida por Van Dijk (1991), e analisá-la a partir dos conceitos de dialogismo e polifonia é, acima de tudo, ampliar a discussão sobre as relações ideológicas contidas nos gêneros jornalísticos, especificamente *notícia*,

*entrevista, notas de opinião*, como também explorar ainda mais as potencialidades de diálogo entre os diferentes atores sociais (repórteres, editores, entrevistados, instituições, etc.) que participam da composição desse discurso.

Os princípios teóricos que regem os modelos de acesso traçados por Van Dijk (1991), já apresentados no início deste capítulo, não contemplam o que Bakhtin (2002:86) considerou como um dos fundamentos para o estudo das relações discursivas: a “teia dialógica”.

“O enunciado existente, surgido de maneira significativa num determinado momento social e histórico, não pode deixar de tocar os milhares de fios dialógicos existentes, tecidos pela consciência ideológica em torno de um dado objeto de enunciação, não pode deixar de ser participante ativo do diálogo social”.

Conforme observamos anteriormente, os modelos dão conta das modalidades de acesso discursivo, das estratégias de participação dos atores sociais nos eventos comunicativos e dos aspectos cognitivos que envolvem essa participação. A natureza dialógica da própria linguagem e, conseqüentemente, das atividades lingüísticas (estando entre elas o caso do acesso discursivo) não foi tomada como referência teórica.

Seguindo o conceito dialógico, abrimos caminho para considerar como elemento de acesso, tanto dos grupos excluídos como dos dominantes, o que não está dito explicitamente no texto, mas que se apresenta dentro das tensões e lutas dos participantes do evento discursivo. Mesmo considerando as relações sociais como forças propulsoras da produção textual, Van Dijk analisa o acesso apenas dentro das participações diretas e mediadas no discurso, ou a partir das relações sociais envolvendo as instituições que produzem esse discurso. Em sua teoria, a representação do discurso de outrem não vai além dos critérios lingüísticos e cognitivos (participação nos eventos comunicativos,

tomada de turno, topicalização, etc).

Se tomarmos a idéia de Bakhtin (2002[1979]) e considerarmos que o discurso de outrem constitui mais do que o tema do discurso<sup>7</sup>, que as palavras de outrem podem entrar no discurso e na sua construção sintática como uma unidade integral de construção, podemos considerar que diferentes vozes habitam um espaço discursivo que parece individual, pertencente a um único agente social.

É importante ressaltar aqui uma observação feita pelo próprio Bakhtin (2000[1979]) ao conceituar dialogismo: é preciso se desvincular da “compreensão estreita de diálogo”. Nesta compreensão, o dialogismo é entendido apenas como discussão, polêmica, paródia. Estas, diz o autor, “são formas externas, visíveis, rudimentares do dialogismo” (2000[1979]:350).

A compreensão plena das relações dialógicas, defende Bakhtin (2000[1979]:345), não pode ser resumida a uma relação puramente lógica, factual. “A relação dialógica tem de específico o fato de não depender de um sistema relacional de ordem lógica (ainda que dialética) ou lingüística (sintático-composicional)”. Dialogismo consiste, basicamente, nas relações entre discursos anteriores e por vir. É a negação do discurso neutro, da idéia do “Adão bíblico”, exemplificada nas palavras de Bakhtin (2000[1979]:321): “Um locutor não é o Adão bíblico, perante objetos virgens, ainda não designados, os quais é o primeiro a nomear” (2000[1979]:319). Sendo assim, só a partir do estudo das diferentes vozes que compõem um enunciado poderemos desvendar as diversas representações sociais que formam essa teia, essa “corrente ininterrupta da comunicação verbal”.

---

<sup>7</sup> Sendo tema entendido aqui apenas como sobre do que se trata no discurso. Esse esclarecimento faz-se necessário devido às discussões desenvolvidas por Bakhtin (1988) sobre as relações entre ‘tema’ e ‘significação’, sendo que neste caso o conceito de tema é tratado diferentemente.

Com base nesse suporte teórico, assim como em outros pontos já apresentados neste trabalho, analisamos o acesso discursivo nos gêneros jornalísticos. É importante ressaltar, entretanto, que não é nosso objetivo criar um novo conceito de acesso, diferente do já elaborado por Van Dijk (1991). Mas, sim, ampliá-lo, buscá-lo além das fronteiras do *dialogismo mostrado* (Moirand *apud* Cunha:2002), ou seja, além das representações explícitas do discurso.

A importância do estudo dos gêneros da mídia, a partir de uma perspectiva crítica, no sentido de explorar o funcionamento dialógico dos discursos ali contidos, “do dizer sobre o dizer, imediato ou recente”, que constituem esses gêneros também foi ressaltada por Cunha (2002:166), em seu trabalho sobre notícias e artigos de opinião. Nos gêneros jornalísticos, conforme ressaltou a autora, essas relações apresentam-se bastante marcadas. A notícia tem revelado, cada vez mais, a característica de ser constituída por fragmentos de discurso, o que a autora analisou como uma estratégia de tornar presente a fala do outro, o que poderia “servir para marcar uma posição discursiva ou para tornar uma informação mais verdadeira” (2002:179).

A análise dialógica clarifica, traz a tona os diferentes discursos que constituem um texto, ajudando a perceber o confronto discursivo entre os diferentes sujeitos que participam de uma interlocução. Seguindo essa perspectiva no estudo dos gêneros jornalísticos, é possível desenvolver uma leitura crítica da imprensa. Pois, conforme as observações de Cunha (2002:166), “é por meio de formas marcadas e não marcadas de dialogismo que percebemos a posição e os pontos de vista do enunciador do discurso atual, o grau distância ou de adesão aos discursos dos enunciadores citados ou mencionados, e os lugares ocupados por eles”.

Se entendermos o “já-dito” da teoria bakhtiniana como um sistema de referência, conforme as observações de Voese (1996), podemos afirmar que os discursos anteriores representam possibilidades para novos discursos, “o que permite dizer que no dito sempre se inscreve um dito que é, de certa forma, uma origem” (1996:76). Assim, a produção discursiva é realizada a partir da orientação do já-dito, mas com a possibilidade de interferência de quem o produz. Daí a possibilidade de questionar, por exemplo, a responsabilidade da mídia na construção dos conceitos sociais sobre os grupos em situação de exclusão. Perceber as complexas relações dialógicas no discurso jornalístico é fundamental para o estudo do acesso, principalmente na investigação da natureza desse fenômeno, na compreensão das diferentes possibilidades de participação enunciativa dos interlocutores, ou até mesmo no desvendar das estratégias de manipulação de discursos.

O estudo do Discurso Reportado (DR), tomado a partir da perspectiva bakhtiniana de interação social, diferentemente das tradições formalistas gramaticais, é um dos que melhor da conta da questão dialógica da constituição da linguagem. Segundo Cunha (1997), Bakhtin foi, sem dúvida alguma, o autor que melhor percebeu a importância do estudo da palavra de outrem e propôs a abordagem mais produtiva do assunto. Seguindo as considerações do semiólogo russo, Cunha (2001, 1997) conceitua o DR como “um fenômeno bivocal por excelência e que não pode ser abordado fora da situação de interlocuções” (1997:309). Segundo a autora, o discurso reportado pode ser mais ou menos marcado por aquele que o retoma, como pode ser mais ou menos percebido por aquele a quem é dirigido.

Discurso Reportado é um termo genérico utilizado para se referir ao Discurso Direto (DD), Discurso Indireto (DI) e Discurso Indireto livre (DIL), sendo o seu estudo,

de acordo com os postulados de Cunha (2001) de extrema relevância para as Ciências Humanas em geral, “uma vez que revela a relação ao discurso do outro, e, por conseguinte, ao outro” (2001:102). Segundo a autora, as primeiras teorias sobre esse fenômeno eram limitadas, pois se detinham apenas aos aspectos formais do DD e DI, sendo o DD considerado a reprodução fiel das palavras do outro e o DI, sujeito a modificações devido ao processo de tradução, uma vez que o DI seria uma paráfrase do conteúdo semântico de outro discurso.

Com base em seus estudos de diálogos produzidos em situação de fala, Cunha mostra, em primeiro lugar, que o DR não é uma questão de forma, como descreve a tradição gramatical. Nos usos da língua, o falante apreende o discurso do outro numa situação de enunciação (S1) e o retoma numa outra (S2), dirigindo-se a uma terceira pessoa, com um propósito diferente daquele com que o discurso inicial foi proferido. Por isso, o interesse maior é observar a relação entre as palavras citadas e o contexto narrativo que as introduz, ou seja, o que o falante faz com o discurso do outro que é citado. Nessa perspectiva, defende a autora, não se pode correlacionar forma e fidelidade, pois o que é formalmente fiel pode não ser semanticamente. Isso porque o novo contexto pode dar outro sentido à citação (direta ou indireta), além da possibilidade de se manipular completamente as palavras e expressões de outrem.

A constituição polifônica do discurso da imprensa também foi analisada por Maingueneau (2001), nas citações através do Discurso Direto (DD) e Discurso Indireto (DI). Maingueneau observa que as citações inseridas nos textos jornalísticos propiciam o entrelaçamento de vozes discursivas. Nas citações, o leitor encontra ao mesmo tempo um enunciado jornalístico, o qual Maingueneau (2001:138) chamou “discurso citante”, e a

fala do entrevistado, ou o “discurso citado”. O que se forma a partir das citações é uma composição de cenas, onde o discurso relatado vai constituir “*uma enunciação sobre outra enunciação*” (2001:139).

De acordo com as observações de Maingueneau (2001), a polifonia compõe inclusive as citações em DD, pois as falas atribuídas aos entrevistados são apenas “encenações”, uma tentativa de criar um efeito de autenticidade no texto. Isso porque a situação de enunciação que o jornalista irá reportar é reconstruída por ele, propiciando a subjetividade, e até mesmo o direcionamento ideológico da narrativa. Ao analisar tais representações discursivas a partir da categoria que denominamos *Acesso Direto*, essa relação é facilmente percebida, o que nos possibilitou questionar, inclusive, a qualidade desse acesso ao discurso jornalístico.

Para Maingueneau (2001), diferentemente do que ocorre no discurso direto, no DI há apenas uma situação enunciativa. Isso significa que só ocorre o discurso citante, pois as pessoas e os dêiticos espaço-temporais são citados em relação à situação da enunciação reportante. Outra diferença é que no DI as possibilidades de ‘tradução’ da fala citada são infinitas, pois não cabe ao enunciador citante reportar as palavras dos entrevistados, mas o conteúdo do pensamento. Trazendo essa perspectiva para a análise do acesso, percebe-se que o controle no domínio jornalístico se dá de forma mais efetiva a partir do uso dessa estratégia de representação, o que denominamos de *Acesso Mediado*. Sendo assim, identificamos que as participações discursivas dos sem teto foram bem mais frequentes nessa categoria, pois o DI propicia ao jornalista maior centralização enunciativa.

## 2.4 Sobre Ideologia e Poder

Como já foi dito, acesso está ligado às atividades discursivas e estas estão diretamente relacionadas às organizações sociais. Sendo assim, teremos que definir alguns aspectos que determinam e orientam essas organizações, tais como ideologia e relações de poder. Além disso, estamos preocupados em como o acesso se manifesta dentro de uma instituição específica, que organiza as suas propriedades discursivas a partir de categorias textuais bastante definidas, e até já construíram alguns modelos de acesso dentro dessas estruturas, conforme abordamos no início deste capítulo, tendo como referência o trabalho de Van Dijk (1991).

Essas considerações servem para fundamentar o que pretendemos realizar neste trabalho: articular análises estruturais, discursivas e ideológicas para investigar a ocorrência e a qualidade do acesso dos excluídos ao discurso jornalístico, de acordo com o que já apresentamos no nosso texto introdutório. A intenção é fazer uma ponte entre os macro (tais quais discurso, ideologia e poder) e micro aspectos, estando estes últimos nos campos lingüísticos, interacionais e textuais.

Partilhamos aqui a idéia de Van Dijk (1997) sobre ideologia, considerando esta sob uma perspectiva multidisciplinar, sociocognitiva e discursiva, diferenciando-se assim das habituais abordagens filosóficas e sociológicas. Para o autor, as ideologias devem ser definidas “como sistemas básicos de cognições sociais fundamentais e como princípios organizadores das atitudes e das representações sociais comuns a membros de grupos particulares. Dessa forma, controlam indiretamente as representações mentais (modelos)

que formam a base interpretativa e a inserção contextual do discurso e respectivas estruturas (1997:105)”.

Fairclough (2001) também entende ideologia a partir de uma perspectiva sociocognitiva e discursiva, definindo esta como significações/construções da realidade. E aponta as práticas discursivas como responsáveis por produzir, reproduzir e transformar as relações de dominação em uma sociedade. Nota-se, pois, um grande distanciamento da visão marxista de ideologia como ‘mascaramento’ da realidade, como algo instituído pela elite para a manutenção do poder. De acordo com a concepção marxista, a força da prática discursiva não é considerada como propulsora da mudança social, o que leva a um conceito de sociedade hegemônica e de difícil mobilização<sup>8</sup>.

É com base na responsabilidade social das práticas discursivas que queremos abordar as relações de poder. Seguindo Van Dijk (1988), entendemos que discurso tem um papel central no exercício do poder e na reprodução de suas condições. Importante ressaltar que apenas o poder social está sendo levado em conta neste estudo, não interessando questões relativas a poder individual. Sendo assim, poder é aqui definido como “uma propriedade de relações entre grupos sociais, instituições ou organizações” (Van Dijk, 1988:85).

É importante ressaltar que esses conceitos de ideologia e poder norteiam a perspectiva teórica deste trabalho, sendo então discussões recorrentes em todos os pontos aqui levantados. O que pretendemos, agora, é apresentar essas idéias de uma forma mais sistematizada. Para uma melhor compreensão do nosso quadro teórico, é interessante, primeiramente, destacar a perspectiva dialética e dinâmica que a ACD atribui aos

---

<sup>8</sup> Um estudo bastante completo, apesar de introdutório, sobre as mudanças históricas do conceito de ideologia foi feito por Michel Lowy (2002), no livro **Ideologias e Ciência Social**.

conceitos de ideologia e poder. Esclarecer essa perspectiva resultará em um entendimento mais profundo da importância das relações discursivas em sociedade, ponto fundamental para a nossa crítica em relação ao controle do acesso aos discursos das instituições representativas do poder.

Seguindo os postulados da ACD, defendemos que os discursos moldam e são moldados pelas ideologias, pelos valores sociais. Nessa perspectiva, os teóricos da análise crítica se aliam à concepção bakhtiniana de signo e discurso, tomando esses como construções sócio-históricas. Partindo desses conceitos, podemos dizer que os discursos, em suas diferentes realizações (gêneros), colaboram fundamentalmente com a sustentação ou com a queda dos grupos ligados ao poder. Ter acesso aos espaços discursivos desses grupos, conseqüentemente, é uma forma de construir novas ideologias, garantir que diferentes segmentos da sociedade possam estar representados nas instituições dominantes. Melhor dizendo: controlar discursos é controlar ideologias e poder, ao passo que democratizar o acesso aos discursos, ao contrário, significa construir uma sociedade mais igualitária, com diversas participações sociais.

De acordo com Van Dijk (1994), o poder moderno nas democracias liberais é exercido de forma sutil e implícita, estabelecendo-se a partir do controle mental, “uma maneira indireta de controlar as ações dos outros” (1994:11). O poder de influenciar a sociedade a partir da persuasão e da argumentação é discutido desde a antiguidade grega, nos estudos retóricos de Aristóteles. Nas sociedades contemporâneas, postula Van Dijk, esse poder é exercido institucionalmente pela mídia, servindo a grupos políticos e econômicos bastante específicos. Os artifícios lingüísticos da argumentação e da persuasão, conseqüentemente, são potencialmente utilizados em sociedade pelos que

controlam os discursos públicos. Sendo assim, “discurso é poder e a persuasão é a maior controladora de atos lingüísticos na modernidade” (1994:12). Tais considerações nos levam à conclusão de que o controle mental é, fundamentalmente, um controle discursivo.

A perspectiva cognitiva é determinante na conceitualização de ideologia e poder, de acordo com os postulados da ACD. O que se propõe nessa teoria (ver Van Dijk, 1998) é que os elementos da estrutura social (tais quais grupos, instituições, poder e desigualdade), assim como as práticas sociais do discurso e das outras formas de interação entre as pessoas (como membros de grupos), são sistematicamente relacionadas às dimensões socialmente construídas das suas mentes. Para explicar melhor essa relação, citemos Van Dijk (1998:23):

“Apenas as teorias sociocognitivas são capazes de explicar em detalhe como as ideologias sociais ‘monitoram’ as práticas dos atores sociais, como os jornalistas; e, inversamente, como as ideologias são formadas e mudadas através da interação cotidiana e do discurso desses atores em contextos sociais de relações de grupos e instituições, tal qual a imprensa”.

Sobre essas considerações, é importante discutir a importância que o autor atribui ao sócio-cognitivismo como fenômeno clarificador das relações ideológicas que se estabelecem em sociedade. Se tomarmos como referência o próprio conceito de sócio-cognição desenvolvido por Van Dijk, podemos endossar a valorização desse aspecto ressaltando duas razões fundamentais: a) é na sócio-cognição onde está um dos aspectos centrais da natureza das atividades lingüísticas, que é o aspecto social, relacionado às estratégias de uso da linguagem. Essa perspectiva também é assumida por Fairclough (2001); b) para Van Dijk, cognição é um fenômeno típico do ser humano para proceder de forma crítica e construir o conhecimento coletivamente, daí ser tratada como cognição

*social*. Trata-se de uma abordagem diferenciada sobre cognição, na qual esta não está sendo tomada nem no sentido mentalista ou psicológico, nem no sentido subjetivo ou individualista. É, sim, o estudo do ser humano como ser social (daí a idéia de ‘ator social’, diferenciando-se do conceito de ‘indivíduo’), discursivo em sua essência, que produz o saber como um bem coletivo, sendo esse homem historicamente construído, e culturalmente contextualizado.

A perspectiva sócio-cognitivista de Van Dijk orienta a sua concepção de ideologia, ampliando as possibilidades de percepção desse fenômeno. Definir ideologia se apresenta como um trabalho complexo, tendo em vista as diferentes concepções desenvolvidas a respeito dessa noção nas Ciências Sociais, na Filosofia e em outras áreas de estudo. Não é nosso objetivo aqui discutir amplamente esse conceito, ou ao menos tentar resumir o longo debate teórico sobre o assunto. Pretendemos apenas situar a perspectiva por nós assumida, e a relevância de tal conceito para o nosso trabalho. Seguimos o que Van Dijk (1998:23) definiu como a “nova teoria sobre ideologia”. A distinção básica dessa nova teoria seria, a princípio, não mais singularizar o termo, mas tomá-lo como algo tão plural quanto as diversas formas de relações sociais. Nesses termos, ideologia confunde-se com o próprio conhecimento humano, com a própria cognição. Por isso, falaremos, por exemplo, das *ideologias* de um grupo, e não mais da sua *ideologia*. Resumidamente, a nova concepção de ideologia tem três componentes gerais:

A) *Funções Sociais*: de acordo com esse princípio, ideologia não é mais limitada ao papel de reprodução e legitimação da classe dominante, ao contrário do que pregam os conceitos clássicos. Isso significa que grupos dominados também têm ideologias, e que

estas servem, por exemplo, como base de resistência desses grupos. Assim, podemos dizer que ideologias não são, necessariamente, boas ou más, mas simplesmente promovem os interesses dos grupos sociais. Outra função social da ideologia seria a “coordenação das práticas sociais dos membros dos grupos para a efetiva realização das metas de um grupo social, e a proteção dos seus interesses” (Van Dijk, 1998:24).

*B) Estruturas Cognitivas:* ideologias são as bases axiomáticas das representações mentais compartilhadas por membros de um grupo social. Ou seja, elas representam os princípios básicos que governam os julgamentos sociais (o que os atores sociais pensam como verdadeiro ou falso, certo ou errado). Basicamente, de acordo com essa proposta teórica, as ideologias refletem a base central que constitui a identidade social e definem os interesses de um grupo. Sendo assim, ideologias e outras representações da mente são sociais porque elas são socialmente compartilhadas.

*C) Expressão e Reprodução Discursiva:* ideologias de grupos gerais e atitudes de grupos específicos podem ser organizadas e diretamente expressas nos discursos. A circulação massiva de alguns discursos, como no caso da mídia, faz com que as ideologias das instituições que os governam (os donos dos jornais), assim como as ideologias dos membros dos grupos que trabalham para essas instituições (os jornalistas), sejam mais facilmente assimiladas em sociedade e passem a compor preferencialmente os *modelos mentais* dos leitores desse jornal, por exemplo, que irão reproduzir essas ideologias nas suas interações cotidianas (seja na fala ou na escrita). É importante ressaltar que os *modelos mentais* são socialmente construídos, através dessa relação discursiva descrita.

Tudo isso foi exposto para chegarmos ao que Van Dijk (1998:27) chamou do “esquecido link vital entre ideologia e discurso”: as ideologias organizam as atitudes de grupos específicos, essas atitudes podem ser usadas na formação de opiniões pessoais, conforme discutimos sobre o processo de construção dos modelos mentais, e essas opiniões pessoais podem ser finalmente expressas na fala e na escrita. Essa seria, de acordo com o autor, a forma usual, indireta da expressão ideológica no discurso. Entretanto, como já vimos anteriormente, algumas formas de discurso, de ideologias, dependendo do poder dos membros dos grupos que os reproduzem, são preferencialmente assimilados na sociedade, tendo a mídia (e os jornalistas) como maior exemplo desse poder.

É também essa perspectiva dinâmica e dialética entre as relações sociais, ideológicas e a prática lingüística que norteia a teoria tridimensional do discurso, defendida por Fairclough (2001), que abordamos no próximo capítulo.

Após essa exposição, acreditamos ter exemplificado as referências teóricas que seguimos sobre os conceitos de ideologia e poder. Embora esses temas sejam tradicionalmente discutidos pelas Ciências Sociais, acreditamos que as referências das teorias lingüísticas e cognitivas são as que melhor respondem às necessidades da nossa análise discursiva. É importante ressaltar que, mesmo seguindo conceitos de ordem social, nossa abordagem não é sociológica, mas lingüística. Sendo assim, é nesse campo de estudo que centramos as referências teóricas.

## 2.5 Acesso e Gêneros Discursivos

De acordo com o conceito de acesso desenvolvido por Van Dijk (1991, 1994), pode-se afirmar que as relações discursivas de dominação estão preferencialmente atreladas ao gênero, e não ao tipo textual. “O poder é diretamente exercido e expressado através do acesso diferencial aos diversos gêneros e discurso. Aquele que tem o poder determina o gênero que se utilizará em um evento comunicativo (Van Dijk, 1994:15)”. Partiremos dessa perspectiva sobre as relações entre discurso e poder para desenvolver as nossas considerações a respeito de acesso e gênero. Fundamentam essa nossa discussão, basicamente, os autores da Escola Norte-Americana, principalmente na linha de C. Miller e C. Bazerman, que estudam gênero a partir uma perspectiva sócio-histórica e cultural. A outra referência aqui adotada é a teoria dos gêneros do discurso (GD), desenvolvida por Bakhtin (2000[1979]), que conceitua os gêneros como enunciados históricos, realizados em formas relativamente estáveis, moldando e sendo moldados pelas organizações sociais.

É importante ressaltar que não seguiremos a concepção de Van Dijk (1980) em relação ao estudo dos tipos de texto. Entendemos que essa perspectiva não é coerente com a proposta adotada neste trabalho, pois se limita a estudar o texto em suas relações intralingüísticas, sem considerar os fenômenos históricos e sociais das atividades de linguagem.

Além de contribuir para a discussão teórica a respeito de gêneros textuais e relações de poder, a relevância dessa discussão se mostrou pertinente em função de observações empíricas: dos 53 textos que compõem o *corpus* ampliado, 44 são do gênero

notícia, oito são notas de opinião e apenas uma é uma entrevista *ping-pong* (perguntas e respostas). Na nossa categorização de acesso, esse gênero de entrevista é tomado como acesso direto, pois nela ocorre o que mais se aproxima da representação direta da fala do entrevistado. Conforme ressaltamos anteriormente, essa idéia de representação direta é tomada terminologicamente, pois não ignoramos a impossibilidade de se reportar textos falados ou escritos sem alterações lingüísticas e ideológicas.

O que os dados revelam, daí a importância de ressaltar aqui as ocorrências dos gêneros textuais no nosso *corpus*, é exatamente o que queremos discutir neste ponto: sendo a entrevista *ping-pong* uma possibilidade de participação mais efetiva no espaço discursivo do jornal, a publicação de apenas um desse gênero no período selecionado para estudo indica como se dá o controle do acesso na imprensa. Assim como também ilustra o que queremos discutir teoricamente sobre o conceito de gênero: não apenas como uma entidade formal, mas como elemento pragmático. Gênero é o ponto de conexão entre intenção e efeito; é, fundamentalmente, uma forma de ação social.

Esse é o princípio que rege a teoria de Miller (1994) e que nos proporciona relacionar gêneros com as diversas relações sociais, entre elas as relações de poder. Nas palavras da autora: “o que eu quero propor é que se veja gênero como um constituinte específico e importante da sociedade, um aspecto maior da sua estrutura comunicativa, uma das estruturas de poder que as instituições controlam” (Miller, 1994:71).

De acordo com a perspectiva da Escola Norte-Americana, a inserção social das ações é legitimada a partir do gênero. Ou seja, as ações sociais são legitimadas e aceitas a partir do gênero no qual elas estão sendo inseridas, ou veiculadas. No caso dos gêneros que compõem o domínio jornalístico, a entrevista do gênero *ping-pong*, devido ao seu

papel discursivo, pode ser tomada como o que mais legitimidade atribui ao ator social ali representado.

Para melhor explicar, tomemos uma demonstração da seqüência organizacional da entrevista:

(1) *Título*: prevalece a voz discursiva do jornalista (da instituição);

(2) *Texto de Abertura*: esse texto serve como uma apresentação, ou um resumo do que foi tratado durante a entrevista. Nesse caso, pode-se falar de discurso híbrido, pois mesmo sendo o texto de ‘autoria’ do repórter, este necessariamente tem que remeter ao discurso do entrevistado, para que o leitor tenha uma visão geral do texto que virá a seguir;

(3) *Pergunta-Jornalista*: todas as perguntas são realizadas pelo repórter, o que garante que a instituição, mesmo que abrindo espaço para o entrevistado (geralmente essas entrevistas ocupam de meia página a uma página inteira) tenha o controle do tópico discursivo. Apesar de estarmos tomando esse gênero como um dos mais ‘abertos’ à representação discursiva, entre os do domínio jornalístico, não ignoramos que o controle do evento comunicativo continua sendo institucional. A questão é que esse controle é mais facilmente negociável entre os interlocutores, possibilitando a inversão dos papéis.

(4) *Resposta-Entrevistado*: as respostas dos entrevistados, usualmente, seguem as orientações tópico-discursivas dos repórteres. Entretanto, dependendo do papel social do entrevistado, da instituição que ele represente, e até mesmo da sua habilidade retórica, essa seqüência tópica pode ser alterada, e a entrevista reorientada pelo entrevistador (ver Marcuschi, 2002). Observamos esses aspectos na análise da entrevista *ping-pong*, no quarto capítulo. Geralmente, os jornalistas sugerem ao entrevistado dar respostas curtas

para eliminar possíveis ‘edições’ no texto. Isso porque a função da entrevista seria reportar para o público a resposta do entrevistado na íntegra. Não vamos nos deter aqui em uma crítica mais aprofundada sobre o ideal jornalístico de neutralidade lingüística e imparcialidade ideológica. Entretanto, seguindo as nossas já citadas referências teóricas, podemos afirmar que essa perspectiva é equivocada e isso poderá ser mais bem elucidado na nossa análise discursiva.

O mais importante a ser observado aqui é que a seqüência organizacional da entrevista *ping-pong* é mais livre do que a observada na *notícia* e na *nota de opinião*, ambos também analisados neste trabalho. Conforme já ressaltamos, a entrevista do tipo pergunta-resposta possibilita uma reorientação, ou melhor, uma negociação, da seqüência tópico-discursiva. Já na notícia, gênero de maior ocorrência no nosso *corpus* (44 casos), o controle discursivo é praticamente centralizado no repórter. Uma breve descrição da estrutura organizacional da notícia poderá ser mais esclarecedora sobre essa questão, que voltamos a abordar no terceiro capítulo deste trabalho. Vejamos no exemplo:

(1) *Título*: aciona as relações lingüísticas-cognitivas já discutidas anteriormente, e, assim como ocorre na entrevista, proporciona ao jornal manter o controle discursivo.

(2) *Sub-Título*: é uma categoria opcional no gênero, e tem uma função semelhante ao texto de abertura, só que com a forma mais resumida. No geral, serve para acrescentar informações além do título. Cognitivamente, também serve à orientação da leitura, assim como ao controle discursivo.

(3) *Lead (primeiro parágrafo)*: nessa parte do texto devem ser respondidas as seguintes perguntas: *o quê?*; *quem?*; *como?*; *onde?*. De acordo com os manuais de

redação jornalística, a resposta a essas perguntas garantiria um texto objetivo, e apresentaria ao leitor as informações mais importantes já no primeiro parágrafo do texto.

Conforme discutimos no terceiro capítulo, toda organização da notícia se dá com o intuito de direcionar a compreensão do fato reportado. No que diz respeito ao gênero e ao controle discursivo, podemos observar, por exemplo, que os entrevistados são preferencialmente citados (têm suas falas reportadas) a partir do segundo parágrafo (*sublead*) em diante. As exceções para essa regra jornalística são para as pessoas representantes de instituições de poder (no caso de estarem dando declarações decisivas), ou para notícias de grande repercussão em sociedade (geralmente ligadas à violência).

(4) *Sublead (segundo parágrafo)*: seria uma continuação do *lead*, no sentido de responder perguntas secundárias, ou menos relevantes nos conceitos jornalísticos, tais quais: *por quê?*; *para quê?* Já são mais recorrentes as citações de entrevistados, mas são nos próximos parágrafos onde mais ocorrem as representações das falas. Os demais parágrafos do texto não seguem essa estrutura mais ‘rígida’ de organização textual, podendo ocorrer de forma diferenciada, dependendo do espaço cedido ao fato reportado. Sendo isso determinado, obviamente, por critérios ideológicos-institucionais.

No terceiro capítulo, quando abordamos os aspectos sócio-cognitivos do texto jornalístico, fazemos uma discussão mais detalhada sobre a seqüência organizacional do gênero notícia e das categorias que o compõe. Para este momento, é importante discutir um pouco dessa organização textual, pois queremos com isso mostrar como se dá o controle discursivo nos gêneros que tomamos para análise: *notícia* e *entrevista pergunta-resposta*.

Por exemplo, a mudança do tópico discursivo por parte do entrevistado, que é possível ocorrer durante uma entrevista do gênero pergunta e resposta, dificilmente ocorre em entrevistas que serão reproduzidas em notícias ou reportagens, através das representações direta e indireta. Acontece que, mesmo quando o repórter muda o enfoque da matéria a partir da entrevista com a fonte (quando, por exemplo, recebe informações de que não dispunha previamente), a forma como esses dois gêneros são organizados não possibilita que a interferência do entrevistado seja explicitada nos textos.

Voltando à teoria de Miller (1994), podemos afirmar que os gêneros são formas recorrentes de legitimação de poder, ou seja, eles organizam o poder em sociedade. Isso porque, segundo a autora, os gêneros compõem as estruturas sociais, ajudando a manter relações estabelecidas, assim como a desenvolver novas relações, a partir dos processos dialéticos e dinâmicos que movem os discursos<sup>9</sup>. Nessa perspectiva, os gêneros são entendidos como uma *ponte* entre o micro-nível da experiência dos indivíduos e o macro-nível das relações sociais. Daí, a idéia de gênero como ações coletivas, resultante de estratégias comunicativas socialmente negociadas.

Miller, assim como os demais autores da Escola Norte-Americana, seguem a teoria de Bakhtin (2000[1979]) sobre os gêneros discursivos. Um dos principais pontos de referência da autora à teoria bakhtiniana está no que diz respeito à noção de recorrência do uso da língua (realizada nos gêneros) como forma de organização social. As considerações de Bakhtin sobre gênero partem da constatação de que todas as relações humanas se dão a partir das atividades lingüísticas, daí serem estas extremamente diversificadas.

---

<sup>9</sup> Sobre essa concepção de discurso, ver também Fairclough (2001).

Essas atividades lingüísticas, segundo o autor, organizam-se em *tipos relativamente estáveis* de enunciados (os gêneros do discurso), construídos socialmente nas diversas esferas de utilização da língua. Sendo assim, os gêneros não são realizações lingüísticas individuais, mas sociais. E, por isso, resultante dos processos históricos vividos pelos grupos que os constroem, daí sua característica de relativa estabilidade, pois é a maleabilidade das formas dos gêneros que lhes permitem serem constituídos de diferentes formas, com características diversificadas (assumindo inclusive características de outros gêneros). Essa relativa estabilidade também permite que os gêneros, ao se constituírem na dinâmica social, sejam os principais responsáveis pelas formas de organização da linguagem e, conseqüentemente, das ações sociais. Observemos a seguinte consideração do autor: “Se não existissem os gêneros do discurso e se não os dominássemos, se tivéssemos de construir cada um dos nossos enunciados, a comunicação verbal seria quase impossível” (Bakhtin, 2000[1979]:302).

Tratando-se os gêneros, então, como realizações sociais, esses também se organizam em diferentes níveis, sem que esta organização se dê de forma estanque, fechada. Essa é a idéia da divisão estabelecida por Bakhtin (2000[1979]) entre os *gêneros primários* e *gêneros secundários*. Segundo Marcuschi (2002), a divisão não trata de estabelecer uma hierarquização, tipologia ou mesmo tentativa de classificação dos gêneros. Assim como é também um equívoco a idéia de ligar os gêneros primários à oralidade e os secundários à escrita. Essa distinção proposta por Bakhtin, afirma Marcuschi, serve para ressaltar uma concepção de gênero voltada para atividades enunciativas em processos interativos. Sendo assim, os critérios para a distinção entre primários e secundários não são funcionais, mas sim de ordem sócio-histórica. Ou seja, a

distinção não está baseada nas funções desses gêneros, mas no processo histórico de sua constituição, assim como em sua inserção social.

Essas observações são pertinentes para a nossa análise dos gêneros do domínio jornalístico. Na distinção proposta por Bakhtin (2000[1979]), os *gêneros primários* (réplicas de diálogos, diários pessoais, relatos cotidianos) estão na esfera discursiva mais “simples”, imediata e direta. Já os *gêneros secundários* (o romance, o teatro, o discurso científico, acadêmico, político) aparecem em situações mais complexas, envolvendo circunstâncias culturais, científicas e sócio-políticas. A partir das suas características constitutivas, os gêneros do domínio jornalístico fazem parte desse segundo grupo.

Retomando as nossas considerações sobre *entrevista ping-pong* e *notícia*, poderíamos dizer que esses gêneros, resultantes de estratégias comunicativas ideologicamente orientadas pelo grupo social que os produzem, cumprem, cada um, papéis de legitimadores discursivos da instituição em que está situado o seu domínio. Sendo assim, os leitores dos jornais entendem que a pessoa citada em uma entrevista do gênero *ping-pong* tem maior poder social do que a citada em uma *notícia*. Isso justificaria, conforme a nossa compreensão, a baixa ocorrência do gênero *ping-pong* na cobertura jornalística sobre o MTST (apenas um caso). O contrário seria uma ação de legitimação dos sem teto em sociedade, fato que, conforme já discutimos, não interessa às instituições que controlam o acesso discursivo e colaboram com a manutenção do *statu quo*.

### **3. OS ASPECTOS SÓCIO-COGNITIVOS DO TEXTO JORNALÍSTICO**

Na perspectiva da ACD, os textos compõem a tríade do conceito de discurso como mudança social (Fairclough, 2001). Textos são resultantes de práticas sociais, ou ainda a realização dos gêneros do discurso. Sendo assim, seu estudo é fundamental para o embasamento de uma análise discursiva. O objetivo deste capítulo é aprofundar essa discussão sobre texto, especificamente os do domínio jornalístico, e discutir sua função nas atividades sócio-cognitivas de construção de conceitos.

#### **3.1 Sobre a Noção de Texto**

Textos são produções sociais caracterizáveis como eventos comunicativos resultantes de processos de semiotização das atividades humanas. Esse processo de semiotização, que passa por vários níveis de elaboração (Bronckart, 1999), é constituído progressivamente, até dar lugar ao nascimento de uma atividade, sendo esta a linguagem propriamente dita, que, de acordo com a concepção de Bronckart (1999), irá se organizar socialmente em discursos e textos. Entender essa perspectiva teórica é, fundamentalmente, perceber a linguagem como atividade do processo de semiotização das relações sociais.

Seguindo a concepção de Bronckart (1999), podemos dizer que o texto está articulado às necessidades, aos interesses e às condições de funcionamento das formações sociais no seio das quais são produzidos. Os diferentes contextos sociais e os processos evolutivos da história levam, conseqüentemente, a diferentes “modos de fazer textos”,

sendo estes modos conceituados por Bronckart como “espécies de texto” (1999:72). Essa noção, definiu o autor, “designa todo o conjunto de textos que apresentam características comuns” (idem). Para Bronckart, a emergência de uma espécie de texto pode estar relacionada ao surgimento de novas motivações sociais, pode ser consecutiva ao aparecimento de novas circunstâncias de comunicação ou ao aparecimento de novos gêneros de comunicação (artigos de jornais, entrevistas de rádio ou televisão).

Tomando as relações sociais como perspectiva de análise do processo de construção textual, propomo-nos abordar o texto jornalístico como resultante de um modelo organizacional definido, tendo como regra principal o controle discursivo e a manutenção das relações de poder.

Considerar o texto como elemento integrante das produções discursivas é um dos principais diferenciais da Análise Crítica do Discurso (ACD), em relação às demais perspectivas da Análise do Discurso. Esse aspecto será discutido mais detalhadamente no item 3.3 deste capítulo, quando abordaremos a perspectiva tridimensional do discurso, baseado na teoria de Fairclough (2001). Por enquanto, gostaríamos de ressaltar que o conceito da relevância textual nos processos de formação discursiva é essencial para o nosso trabalho, já que temos como principal objeto de análise o texto jornalístico. A importância da análise textual para o estudo discursivo também norteia os trabalhos de Van Dijk (1997, 1992, 1991, 1986) que estamos adotando como referências para o nosso estudo.

Respaldados pelas considerações de Fairclough (2001), entendemos que qualquer aspecto textual (para fins deste capítulo, a seqüência organizacional dos textos noticiosos) é potencialmente significativo em uma análise crítica do discurso. Segundo Fairclough

(2001), não se mostra como uma análise ‘sensata’ a que distingue texto de sentido. “Tal distinção é ilusória porque ao analisar textos sempre se examinam simultaneamente questões de forma e questões de significado” (2001:102).

A partir dessa perspectiva não dicotômica entre forma e significado, podemos tomar a estrutura textual, ou a “arquitetura do texto”, citando Fairclough (2001:106), como resultante das variedades das práticas discursivas, ou ainda, dos domínios discursivos onde estes textos são produzidos. “A prática discursiva envolve os processos de produção, distribuição e consumo textual. A natureza desses processos varia entre os diferentes tipos de discurso de acordo com os fatores sociais” (Fairclough, 2001:107).

Essa perspectiva é importante para as considerações do quarto ponto deste capítulo, onde tomamos como referência de análise a organização esquemática do texto jornalístico e a influência desta estrutura nos processos cognitivos de processamento textual. Antes, entretanto, faremos uma breve discussão sobre as teorias sócio-cognitivistas e como estas se apresentam dentro da Análise Crítica do Discurso, tomando como base os trabalhos de Van Dijk (1990, 1988) e Fairclough (1989, 2001).

### **3.2 Considerações sobre o Sócio-Cognitivismo**

A construção do conhecimento é, basicamente, uma produção discursiva. Os discursos carregam nas suas teias versões da realidade, estabelecem características dos atores e grupos sociais, assim como sustentam, reforçam e recriam ideologias e valores em sociedade. “O discurso é uma prática não apenas de representação do mundo, mas de

significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado”. (Fairclough, 2001:91).

Neste item não vamos fazer um apanhado do que já se sabe sobre as teorias sócio-cognitivas, e como esses aspectos se relacionam com o processamento do texto jornalístico, o que pode ser visto em Van Dijk (1992, 1998.) e Koch (2002). Vamos apenas oferecer o que é essencial para fundamentar as análises que temos em vista.

As ciências cognitivas oferecem várias possibilidades de estudo, sob diferentes abordagens teóricas. Neste trabalho, em coerência com a perspectiva de texto como produção social já citada anteriormente, adotaremos a linha sócio-cognitiva de estudo, tendo em Van Dijk (1997a, 1997b, 1994, 1992, 1988, 1986, 1985), Fairclough (2001) e Koch (2002) as principais referências.

Em linhas gerais, uma abordagem sócio-cognitiva significa defender que os usuários da língua constroem uma representação não só do texto, mas também do contexto social, e que ambas representações interagem. Segundo Van Dijk (1997a), a cognição social constrói o discurso, a comunicação e outras formas de ação e interação, bem como a nossa compreensão dos acontecimentos sociais, ou das instituições sociais, e das relações de poder. São também as cognições sociais, ressalta o autor, que servem de mediadoras entre os níveis macro e micro da sociedade, entre o discurso e a ação, entre o indivíduo e o grupo.

O sócio-cognitivismo, entretanto, não se compõe por uma corrente única, por apenas um referencial teórico. Tampouco há consenso sobre a classificação da linha teórica de muitos autores que trabalham com essa perspectiva de estudo. Reafirmando que não é nosso objetivo fazer um apanhado exaustivo das diversas fundamentações que

regem o sócio-cognitivismo<sup>10</sup>, achamos importante situar teoricamente os autores que tomamos como principais referências para o nosso trabalho.

Basicamente, o sócio-cognitivismo está dividido em duas abordagens principais: as mentalistas e as discursivas. Essas duas perspectivas têm uma série de ramificações que, muitas vezes, levam a estudos de naturezas totalmente distintas. Em linhas gerais, os mentalistas estão preocupados com os mecanismos psicológicos que possibilitam aos indivíduos perceberem a si próprios, e às demais pessoas, em formas particulares, e em situações particulares.

Por outro lado, alguns estudiosos utilizam o termo cognição social para fazer referência ao interesse que a natureza social desperta nos indivíduos e a construção social do nosso conhecimento de mundo. “Neste caso, o interesse se concentra no modo como as pessoas, enquanto membros de culturas ou grupos particulares, percebem e descrevem o mundo social” (Condor e Antaki, 2000: 454).

Uma categorização mais simplista da linha teórica seguida por Van Dijk o colocaria no grupo dos mentalistas, tendo em vista sua preocupação com os aspectos do processamento textual e a utilização de vários conceitos (*frames, scripts, classificação, modelos*) fundamentados nessa perspectiva. Entretanto, acreditamos que existem elementos, inclusive de ordem metodológica, que colocam a teoria de Van Dijk no limiar, na intersecção entre as perspectivas mentalistas e discursivas. Essa dupla classificação também é percebida por Condor e Antaki (2000), quando, em seu trabalho sobre as correntes teóricas da sócio-cognição, fazem referência a esse autor nessas duas principais vertentes. As considerações sobre a linha teórica seguida por Van Dijk também podem

---

<sup>10</sup> No artigo “Cognición Social y Discurso”, Condor e Antaki (2000) fazem um interessante trabalho de discussão sobre as perspectivas teóricas que norteiam o sócio-cognitivismo. Outra leitura importante sobre o tema é o livro de Koch (2002), “Desvendando os Segredos do Texto”.

ser relacionadas ao trabalho desenvolvido por Koch (2002), já que esta toma os estudos de Van Dijk como principais referências para a sua análise de processamento textual.

A proximidade de Van Dijk com os mentalistas está na sua concepção de organização esquemática da mente no processamento da informação. Para ele, esses processos mentais automáticos e universais beneficiam as reproduções discursivas. Entretanto, ele considera em sua análise que são os discursos das classes dominantes os que mais repercutem em sociedade, fazendo com que esses processamentos cognitivos sejam legitimadores do poder da elite. Sendo assim, como lembram Condor e Antaki (2000), Van Dijk não analisa esses processos mentais só na perspectiva individualista, mas como elementos que constroem a memória social (conceito que iremos desenvolver melhor no nosso próximo ponto), a partir das representações sociais. “Na sua noção de ‘representações sociais’, certamente se pode falar de uma concepção discursiva em Van Dijk” (Condor e Antaki, 2000:466).

Dois aspectos que consideramos fundamentais distinguem mais nitidamente Van Dijk dos demais mentalistas, aproximando-o de uma perspectiva discursiva de sócio-cognição: a) a coleta de dados; b) o conceito de discurso. Ainda fundamentados no trabalho de Condor e Antaki (2000), observamos que os mentalistas basicamente privilegiam os dados produzidos em laboratórios, tais quais questionários, testes, etc. Em contrapartida, Van Dijk analisa os discursos sociais, produções lingüísticas em seus respectivos domínios discursivos, tendo como principal enfoque os discursos das elites (jornalístico, jurídico, acadêmico, empresarial, etc.) e como esses servem à reprodução e legitimação do preconceito em sociedade (preconceitos étnico, racial e social).

Desse diferencial decorre outro, ainda mais elementar no que diz respeito às distinções de correntes teóricas, que é o conceito de discurso adotado pelos pesquisadores mentalistas e por Van Dijk. Para aqueles, discurso é algo que “está acima do nível da oração” (Condor e Antaki, 2000: 458), uma definição que poderíamos considerar meramente estruturalista, que não leva em conta fatores da ordem macrossocial. Já para Van Dijk, a produção discursiva é resultante das relações culturais, políticas e ideológicas que constituem uma sociedade. E esses discursos podem ser responsáveis pela mudança ou manutenção do poder social. Daí, sua preocupação em mostrar como os discursos da classe dominante legitimam, através de processos cognitivos, grupos sociais específicos.

Sobre essa discussão, o próprio Van Dijk (1994) recusa a classificação de mentalista a ele atribuída pelos demais analistas do discurso. “Diante disto, respondo que minha realidade é diferente. Para mim a cognição é também algo social, tanto como são as ações das pessoas e os pensamentos; os conhecimentos que as pessoas têm são esquemas sociais que resultam do que as pessoas compartilham umas com as outras” (Van Dijk, 1994:58).

A tese principal defendida por Van Dijk é que a relação estabelecida entre estrutura social e estrutura discursiva não é direta, mas sim se passa através de uma interface, a qual ele denomina cognição social. Este tipo de relação, defende o autor, é de grande importância, pois significa que a “cognição social não é de natureza mental, mas sim real” (Van Dijk, 1994:58).

Não é nosso interesse, aqui, chegar a uma classificação dos estudos de Van Dijk. Entretanto, queremos defender que essa delimitação não pode ser feita seguindo apenas uma interpretação teórica. As considerações sobre cognição social e discurso

desenvolvidas por Van Dijk estão na interface entre uma análise sistemática da cognição social e os estudos discursivos. Só assim, segundo o autor, é possível compreender o que acontece em sociedade. Essa perspectiva é muito mais complexa do que as classificações existentes, daí, talvez, a dificuldade de categorizá-la.

Por fim, gostaríamos de ressaltar o compromisso social dos trabalhos desenvolvidos por Van Dijk (tomando como referência os seus trabalhos a partir da década de 80). Está claro para nós que a preocupação deste autor é, fundamentalmente, analisar discursos e a relação destes com os processos de (trans) formações sociais, tendo como principal objetivo de pesquisa, dentro das análises discursivas, fazer dos seus estudos acadêmicos fontes de resistência e crítica às diferentes formas de legitimação do preconceito em relação aos grupos excluídos.

Fairclough (2001) também coloca seu referencial teórico de análise discursiva dentro da perspectiva sócio-cognitiva. Ele se aproxima de Van Dijk no que diz respeito ao estudo da recepção como resultante de processamentos textuais, mas sem adotar uma visão ‘universalista’ desta atividade. Daí não utilizar os conceitos de *superestrutura* e *macroestrutura* textuais.

Na perspectiva de Fairclough (2001), as dimensões sócio-cognitivas específicas de produção e interpretações textuais se centralizam na inter-relação dos recursos que os participantes do discurso têm interiorizado e trazem consigo para o processamento textual, e o próprio texto. Segundo o autor, ele segue como suporte teórico para esse posicionamento a concepção de Foucault, quando este afirma que a maneira como o contexto afeta a interpretação do texto varia de um tipo de discurso para o outro.

De acordo com os postulados de Fairclough, o texto é um conjunto de “traços” do processo de produção, ou um conjunto de “pistas” para o processo de interpretação. Tais processos geralmente procedem de maneira não consciente e automática, o que é um importante fator na determinação de sua eficácia ideológica, embora certos aspectos sejam mais facilmente trazidos à consciência do que outros.

Nessa perspectiva, os processos de produção e interpretação são socialmente restringidos num sentido duplo: 1) recursos disponíveis dos membros; 2) pela natureza específica da prática social da qual fazem parte. Segundo Fairclough (2001:109), “um aspecto fundamental do quadro tridimensional para a análise do discurso é a tentativa de exploração destas restrições, especialmente a segunda: fazer conexões explanatórias entre a natureza dos processos discursivos em instâncias particulares e a natureza das práticas sociais de que fazem parte”.

No próximo ponto iremos abordar com mais clareza o quadro tridimensional (*Texto, Prática Discursiva e Prática Social*) que propõe Fairclough (2001), a perspectiva cognitiva desta abordagem, assim como a colaboração de cada um desses elementos no processo de manutenção ou mudança social.

### **3.3 O Processo Cognitivo em Três Dimensões: Texto, Prática Social e Prática Discursiva**

Para que fique mais clara a relevância da discussão sobre a organização esquemática do texto jornalístico, é preciso considerar os aspectos cognitivos de seu

“processamento textual” (Van Dijk, 1990, 1988), ou as relações discursivas que se estabelecem até o “consumo textual” (Fairclough, 2001)<sup>11</sup>.

Seguindo os postulados básicos da ACD sobre a ação dos discursos na dinâmica da organização social (ver Fairclough 2001, 1989; Van Dijk, 1997b, 1992, 1988; Van Leeuwen, 1997), propomo-nos, neste ponto, discutir as relações cognitivas e discursivas do processamento textual e como, a partir desta relação, é construída a opinião pública, assim como as representações de atores e grupos sociais à margem das relações de poder.

A ação discursiva na construção dos significados do mundo, parafraseando Fairclough, dá-se a partir de uma relação dialética entre o social e o simbólico, entre os indivíduos organizados em grupos (as sociedades) e os símbolos organizados em significados ideológicos (as linguagens). De acordo com Fairclough (2001), essa relação se constitui e é constituída (como um caminho de via dupla) tridimensionalmente pelo *texto*, pela *prática discursiva* e pela *prática social* (ver figura 1). A perspectiva tridimensional apresenta, primeiramente, a necessidade de compreender o texto dentro da sua significação discursiva, como uma produção ‘ordenada’ ou ‘explicável’ de membros de grupos sociais. Segundo a teoria de Fairclough (2001), a compreensão desses significados, a partir da análise dos seus processos sócio-cognitivos, revela elementos da própria organização de uma sociedade.

---

<sup>11</sup> É importante ressaltar que não estamos tomando os termos “consumo textual” e “processamento textual” como sinônimos, já que existem diferenças conceituais que os distinguem. A idéia de “processamento textual” de Van Dijk está fundamentada na teoria sócio-cognitivista, enquanto Fairclough discute a perspectiva de “consumo textual” a partir das especificações dos gêneros, e a rotina das instituições às quais eles pertencem. Entretanto, está claro para nós que ambos estão preocupados com aspectos da recepção textual, que entendemos ser um ponto fundamental para o nosso trabalho. Daí, usarmos os dois conceitos, pois, apesar das distinções, os termos não são necessariamente antagônicos.

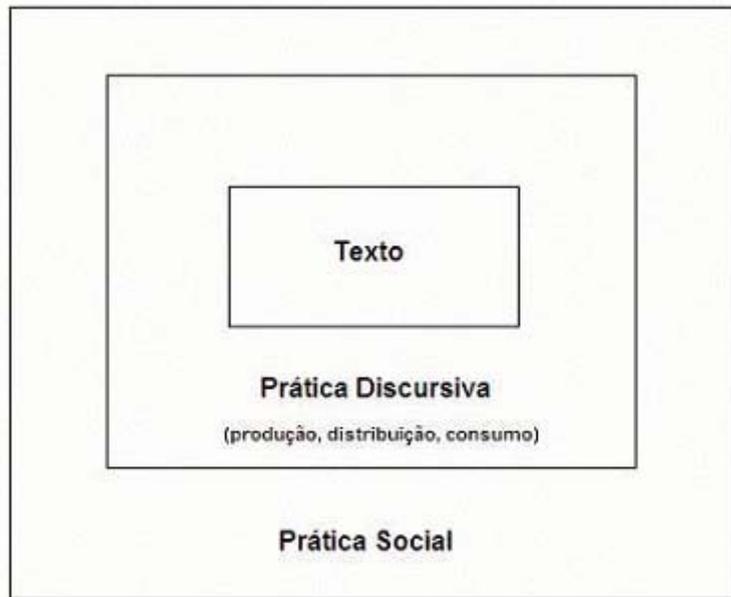


Figura 1 : Concepção tridimensional do discurso (Fairclough, 2001:101)

Seguindo o seu preceito dialético, a teoria tridimensional do discurso não postula uma ordem estática das relações sociais e discursivas. Se, por um lado, a produção desses ‘significados de mundo’ fazem com que as práticas dos grupos sociais sejam moldadas de “forma inconsciente por estruturas sociais, relações de poder e pela natureza da prática social em que estão envolvidos” (Fairclough, 2001:100), há também o efeito inverso, onde esses sujeitos (ou membros sociais), a partir das suas práticas discursivas, moldam as estruturas sociais, as relações sociais e as lutas sociais, em uma ação na qual, da mesma forma que a primeira, eles não têm consciência. Entretanto, assim como esses sujeitos, os seus procedimentos de constituição não são homogêneos, são contraditórios em sua realização, o que leva às contestações em “lutas discursivas” (Fairclough, 2001:101). Por isso, o discurso é o lugar do conflito e sua prática (realizada textualmente) é a possibilidade de (trans) formação social.

Fairclough (2001) defende que a Análise da Prática Discursiva (APD) deve envolver uma combinação do que denominou de: *a) microanálise*: a explicação do modo preciso de como os participantes produzem e interpretam textos, com base nos recursos disponíveis dos membros. Esses recursos, na concepção de Fairclough, são estruturas sociais efetivamente interiorizadas, normas e convenções, como também ordens de discursos e convenções para a produção, distribuição e o consumo de textos, que por sua vez são constituídos mediante a prática e a luta social e histórica. Simplificando a questão, o conceito de recursos disponíveis dos membros pode ser entendido como o aspecto sócio-cognitivo. Para o autor, o estudo dessas estruturas, normas e convenções, distante de uma perspectiva crítica, consiste, basicamente, no que vem sendo feito pela Análise da Conversação (A.C) e *b) macroanálise*: a microanálise deve ser complementada com a macroanálise para que se conheça a natureza dos recursos dos membros (como também das ordens do discurso) a que se recorre para produzir e interpretar os textos e se isso procede de maneira normativa ou criativa.

Na realização da APD, micro e macroanálises são requisitos mútuos. É por causa da sua inter-relação que a dimensão da prática discursiva na teoria tridimensional pode medir a relação entre as dimensões da prática social e do texto: “é a natureza da prática social que determina os macroprocessos da prática discursiva e são os microprocessos que moldam o texto” (Fairclough, 2001:115). Nessa perspectiva, podemos afirmar que as construções discursivas resultam em aspectos de ordem cognitiva, social e ideológica e têm, basicamente, três funções:

1) ***Função Identitária da Linguagem:*** o discurso contribui para a construção do que variavelmente é referido como ‘identidades sociais’ e ‘posições do sujeito’ para os ‘sujeitos’ sociais e os tipos de ‘eu’;

2) ***Função Relacional da Linguagem:*** o discurso contribui para construir relações sociais entre as pessoas;

3) ***Função Ideacional da Linguagem:*** o discurso contribui para a construção de sistemas de conhecimento e crença - que significa o modo como os textos significam o mundo e seus processos, entidades e relações. Em perspectiva semelhante, analisaremos mais adiante um quadro elaborado por Van Dijk (1986:64) para ilustrar a o processo cognitivo de formação da memória social e a sua relação com as práticas discursivas.

A partir dessas considerações, podemos identificar mais claramente o ponto central da teoria social do discurso defendida por de Fairclough (2001). É possível, por exemplo, afirmar que as práticas discursivas são constitutivas a partir de processos convencionais e criativos, ou seja, reforçam a formação da sociedade tal qual está estabelecida, como também contribui para transformá-la. Para o autor, perceber os discursos dentro de uma perspectiva dinâmica, estabelecidos a partir de relações dialéticas com as estruturas sociais, evita erros de abordagens equivocadas em ênfases sobre as relações discursivas: “de um lado, na determinação social do discurso e, de outro, na construção do social no discurso. No primeiro caso, o discurso é mero reflexo de uma realidade social mais profunda; no último, o discurso é representado idealizadamente como fonte do social” (Fairclough, 2001:93).

É com base no conceito de processamento estratégico dos textos, sendo estes falados ou escritos, que Van Dijk (1997b) aponta as possibilidades de formação de

consenso e hegemonia, através de atividades discursivas. Antes de desenvolver considerações mais detalhadas sobre essa teoria, gostaríamos de ressaltar que, na perspectiva da ACD, não se dá muita ênfase ao aspecto ‘estável’ da hegemonia, sendo esta possível de ser transformada nas práticas discursivas, que têm nas lutas ideológicas sua principal força propulsora.

É entendido na teoria de Van Dijk (1997b, 1994, 1992, 1986) que a compreensão de um texto consiste na construção de uma representação semântica dos conteúdos do texto em vários níveis e através da ação de vários processos. Isso quer dizer que, quando se constrói um texto (constituído em estruturas globais, semânticas e sintáticas), constrói-se também um sistema cognitivo. Segundo Van Dijk (1986), a proposta de uma concepção cognitiva para a análise do discurso não consiste apenas em análises interpretativas, mas em análises de como as pessoas processam e interagem a partir das reproduções discursivas.

A idéia de representação semântica da compreensão textual é uma superação das primeiras teorias de processamento cognitivo do discurso sobre *representação textual* - RT (ver Van Dijk, 1992). De acordo com a teoria da RT, os usuários da língua constroem uma representação mental do texto na memória episódica. Essa concepção, entretanto, dá conta apenas de alguns aspectos do processo de compreensão do discurso. No caso dos textos jornalísticos, por exemplo, é sabido que as informações que compõem a macroestrutura são mais facilmente memorizadas do que as microestruturas (ver o item 3.4). A concepção de representação textual, entretanto, mostrou-se bastante limitada, principalmente em explicações sobre a compreensão global discursiva.

Com a idéia de *modelo mental*<sup>12</sup> desenvolvida pela teoria cognitiva de linguagem e da compreensão (ou produção) do discurso, assume-se que “adicionalmente à representação mental do texto, os usuários da língua constroem um modelo de situação (MS) sobre a qual o discurso versa” (Van Dijk, 1992:160). Em poucas palavras, o MS é a noção cognitiva que dá conta do caráter ‘imaginativo’ em que os leitores se empenham quando compreendem o discurso. Está além da representação textual. Os modelos são parcialmente fabricados a partir do conhecimento pessoal existente (o conhecimento ‘velho’). São registros cognitivos episódicos de nossas experiências pessoais, sendo que estas podem ser diretas ou indiretas. Dessa forma, os discursos possibilitam que os ‘modelos velhos’, já cognitivamente instituídos, sejam atualizados.

Relacionando esse conceito com o nosso trabalho, podemos citar o exemplo da leitura de uma reportagem de jornal. Dificilmente um leitor lembra do texto da reportagem que leu, ele irá lembrar dos modelos que construiu sobre o fato. Sendo o jornal um veículo de comunicação de massa, esses modelos serão relativamente partilhados socialmente entre indivíduos que tiveram a mesma experiência (a leitura da reportagem). Quando esse processo é repetido com frequência, os membros da sociedade tendem a estandardizar os seus modelos, o que vai gerar um processo de formação de modelos gerais, que servirão como uma espécie de âncora, ligando os eventos reportados aos modelos construídos pelos leitores. Esses modelos passarão a ser o contexto, daí serem os modelos situacionais relevantes. É que, ao reproduzir o que leram ou ouviram, dificilmente os indivíduos ainda têm acesso às representações textuais originais. De fato,

---

<sup>12</sup>Modelo é entendido aqui de acordo com a definição de Koch (2002:44): “são estruturas complexas de conhecimentos, que representam as experiências que vivenciamos em sociedade, e que servem de base aos processos conceituais. Constituem conjuntos de conhecimentos socioculturalmente determinados e vivencialmente adquiridos”.

estas servem apenas para criar modelos a partir dos quais as pessoas irão reproduzir as informações. Daí, o espaço para a subjetividade e a possibilidade de formação de estereótipos (Van Dijk, 1992).

Se observarmos a série de matérias sobre o MTST selecionadas para o nosso *corpus*, podemos ter uma visão mais clara do processo de formação desses modelos, e mais ainda dos estereótipos. Durante cerca de três meses (de novembro de 1999 a fevereiro de 2000), os leitores do **Jornal do Commercio** acompanharam quase que diariamente as brigas políticas e judiciais geradas pela ocupação dos sem teto ao prédio do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), localizado no centro do Recife, como podemos observar no fragmento abaixo:

***Exemplo 5:***

**OCUPAÇÃO**

**Sem-teto continuam no prédio invadido**

A Justiça Federal não se pronunciou ainda sobre o pedido de reintegração de posse solicitado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), possibilitando aos sem-teto continuar no prédio que invadiram, na última quarta-feira, na Avenida Guararapes. Ontem, foi mais um dia de limpeza nos seis andares do edifício, de preparação de comida e de cadastramento de famílias, que já chegam a 250. Cem delas ocuparam o imóvel durante passeata da Central Única dos Trabalhadores (CUT) contra o desemprego e o Governo Fernando Henrique Cardoso. **(JC: 13/11/99)**

Os leitores também tinham informações sobre os ‘transtornos’ que ocupação trouxe para a cidade e a revolta de alguns setores da sociedade pelo ato de ‘desrespeito à propriedade’:

***Exemplo 6:***

Para alguns representantes do setor imobiliário, a ocupação no prédio na Avenida Guararapes tem interesses comerciais de curto prazo, como a possibilidade de aluguel do prédio para camarotes no Carnaval. Tal característica serviria como estímulo para o INSS tentar agilizar ao máximo o processo de reintegração de posse do edifício. **(JC:18/11/99)**

Entretanto, pouco se falou sobre a grave situação da falta de moradia no Estado e a crise social por isso gerada. Geralmente, essas questões foram abordadas de forma superficial, estigmatizada e com conotações assistencialistas:

***Exemplo 7:***

**Grávidas sem-teto**

Entre os ocupantes do prédio do INSS da Avenida Guararapes, há nada menos que 40 mulheres grávidas. A presidente da Comissão da Mulher Advogada da OAB-PE, Almira Nunes, já pediu à Cruzada de Ação Social uma doação de enxovais para as mães dos futuros 'sem-tetinho'. **(JC:05/12/99)**

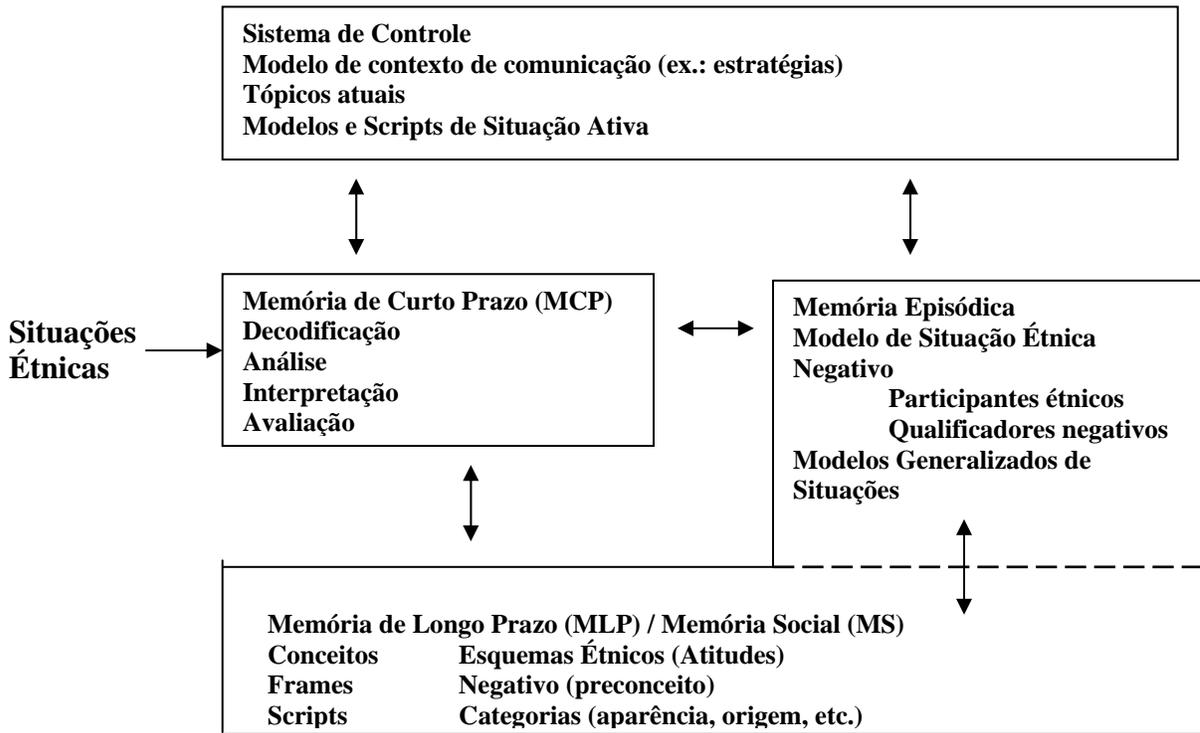
Diante desse 'quadro discursivo', não se mostra uma difícil tarefa inferir os modelos que pelo menos uma parte da população pernambucana construiu e partilha sobre as ações do MTST. É com este conhecimento compartilhado, armazenado na memória de membros de uma sociedade, que se constitui a Memória Social (MS). Esta costuma ser explicada em termos de *frames* ou *scripts*, que têm um importante papel na construção de modelos pessoais novos ou na atualização dos velhos. Os *scripts* são o ponto de partida no processo de compreensão textual, são os modelos que os indivíduos carregam sobre os fatos sociais. Eles são socialmente construídos e poderiam ser tomados como o conhecimento prototípico da sociedade. Só na Memória Episódica (ME) é que estão armazenadas as representações das experiências pessoais, os modelos pessoais que ainda não formam a memória social.

Segundo Van Dijk (1994:60), "a cognição é um sistema de memória a longo e a curto prazo (MLP e MCP) que armazena e retém a representação semântica, permitindo uma recuperação posterior dos conteúdos dos textos". A MCP e MLP têm funções distintas no processo de compreensão, sendo a MCP responsável pelo armazenamento das microestruturas textuais (palavras, orações), que irão interferir na formação da MLP,

a qual processa a macroestrutura, relacionando orações e estas com o tópico global do texto e o contexto social. A MLP, basicamente, é a responsável pela formação da memória social. É importante ressaltar que MCP, MLP e MS não são simplesmente níveis distintos de memórias, ou mesmo níveis acumulativos. Enquanto a MLP armazena experiências, a MCP opera os conhecimentos que resultam dessas experiências. Já a MS é uma construção histórica, é a memória coletiva constituída socialmente.

Todo esse processo está representado no quadro elaborado por Van Dijk (1986:64) com o objetivo de ilustrar esquematicamente o processo de formação de opiniões sobre os imigrantes na Europa (ver figura 2). Analisar a construção cognitiva a partir da (re) produção discursiva do preconceito é extremamente relevante para o nosso trabalho, pois trata da formação da MS sobre grupos em situação de exclusão social. Esse processo de formação da memória social é bastante complexo e sua discussão requer um amplo referencial teórico. Não é nosso objetivo trazer um debate tão específico da cognição para este trabalho, mas entendemos que algumas considerações se mostram interessantes, no sentido de melhor exemplificar as várias influências da mídia no processo de construção dos discursos.

*Representação Esquemática do Processamento de Informações Étnicas (Figura 2)*



Seguindo os postulados de Van Dijk (1986), podemos afirmar que o preconceito étnico (tratando-se do seu objeto de estudo, mas que pode ser entendido como preconceito de uma forma geral) requer definição tanto em termos cognitivos, quanto sociais. “De forma ampla, preconceito étnico é identificado como uma configuração particular de um esquema étnico de um grupo, armazenado em uma memória social” (Van Dijk, 1986:61).

Sendo a construção da MS uma resultante da relação entre a sócio-cognição e as reproduções discursivas, fará parte desses modelos, fundamentalmente, a visão dos grupos que controlam o poder social, já que esses, conforme nossa discussão no segundo capítulo, têm acesso privilegiado aos espaços discursivos dos domínios com maior legitimidade social, tais como jornalístico, empresarial, jurídico e político. Em outras

palavras, sob um controle esquemático, os modelos definem como a população vê, interpreta e guarda as informações sobre os grupos às margens das relações de poder.

No item 3.4, centraremos a nossa atenção na análise do processamento do texto jornalístico, a partir de matérias sobre o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) que compõem o *corpus*, mantendo como referências as relações entre sócio-cognição, práticas discursivas e práticas sociais.

### **3.4 O Processamento Cognitivo do Texto Jornalístico**

Os discursos, assim como a própria organização dos indivíduos, não são igualitários. Alguns discursos circulam em sociedade com mais força, representam o poder dos grupos que o produzem, legitimam fatos sociais. Os gêneros aos quais esses discursos estão vinculados são fatores determinantes na constituição deste poder legitimador (conforme discutimos no capítulo anterior). Sendo assim, os textos jornalísticos são importantes manifestações das relações sociais e ideológicas que constituem o discurso da imprensa, organizando-o em estruturas esquemáticas que norteiam o processamento de compreensão das informações por ele veiculado. A relevância do estudo desses textos está na sua importância social, pois o jornal é um importante veículo de comunicação de massa, responsável pela legitimação e controle do poder dos grupos dominantes (Van Dijk, 1997a; 1997b; 1985).

Além das considerações teóricas sobre a seqüência organizacional do texto jornalístico e os fatores sócio-cognitivos de processamento deste texto, pretendemos também analisar quais os assuntos tratados nos diferentes espaços textuais (tais como

*sumário, título, lead e sublead*) do gênero notícia. Observar o funcionamento discursivo dessa organização textual serve às nossas considerações sobre a formação da opinião pública, a partir dos efeitos de sentido produzidos por esse gênero. De acordo com o conceito de ‘estrutura de relevância’, a ordem semântica do texto jornalístico não é determinada pela seqüência dos fatos, mas pelo o que o repórter toma como mais importante (ou mais interessante).

Essa organização textual tem como principal objetivo possibilitar ao leitor o conhecimento da notícia logo no primeiro parágrafo. Sob a perspectiva jornalística, esta é a ‘fórmula’ da linguagem objetiva, que orienta a atividade do leitor (e assim agiliza a sua leitura) ao responder no *lead* e no *sublead* às seguintes perguntas: *o quê?, quem?, onde?, como?, por quê?* A partir da nossa fundamentação teórica, defendemos que o critério de relevância adotado pelo jornalismo para definir o que será tratado nos diferentes espaços textuais é, na verdade, uma sutil estratégia argumentativa, com forte efeito persuasivo na construção da opinião pública.

Partindo para uma análise sociocognitiva e das “formações sócio-discursivas” (Bronckart, 1999:37), é possível levantar questões bem mais complexas sobre a seqüência organizacional da notícia (o que também ocorre em outros gêneros jornalísticos, tal qual a reportagem) do que uma simples ‘opção pela objetividade’. Basta levar em conta os efeitos de construção de sentido que essa organização textual produz. Sendo assim, no caso do texto jornalístico, os conceitos de macro e superestruturas (Van Dijk, 1992) mostram-se como aspectos relevantes na discussão sobre a responsabilidade social do discurso da imprensa.

A perspectiva de organização dos textos em macro e superestruturas já recebeu algumas críticas dos teóricos da Lingüística Textual e da Análise do Discurso. Conforme discutimos anteriormente, Fairclough (2001) é um dos que se nega a adotar esse conceito, pois o considera “universalista”. O principal questionamento é que, ao definir as realizações textuais em modelos tão rígidos, os conceitos de macro e superestruturas engessariam as diversas possibilidades de construção de textos. Sem desconsiderar essas críticas, entendemos que, no caso dos textos jornalísticos, a seqüência organizacional segue orientações bastante definidas, constituindo o que os manuais conceituam como ‘redação jornalística’. Essas orientações são seguidas, basicamente, por todos os veículos, com raras exceções, sendo estas tomadas como formas ‘alternativas’ de jornalismo. Daí, acharmos pertinente a discussão sobre esses dois níveis de organização textual. O que é importante ressaltar é que não tomamos como irrelevante as interferências sociais, históricas e cognitivas nesse processo de organização textual.

Os conceitos de macro e superestruturas no texto jornalístico foram bastante aprofundados por Van Dijk (1985, 1992). As macroestruturas fazem parte do nível mais elevado do texto e são de ordem semântica. É nesse nível que estão descritos os tópicos ou os temas abordados. Já as superestruturas são basicamente as estruturas globais, ou os esquemas, que caracterizam os diferentes tipos de texto e são de ordem estrutural ou de forma.

Os tópicos ou temas que compõem a macroestrutura textual são resultados de processos cognitivos. Eles orientam a compreensão do texto, o que será tomado como mais importante no processo de leitura, e como as relevâncias serão armazenadas na memória dos leitores. Já o título, enquanto macroposição, é um importante instrumento

no processo de indução da compreensão de leitura do texto jornalístico, uma categoria situada no nível da macroestrutura com posição fixa em artigos noticiosos e reportagens. Essa posição lhe dá um destaque e o torna um fator de enquadre dos tópicos centrais abordados pelos gêneros do domínio jornalístico.

Ao realizar uma análise textual a partir dessa perspectiva da seqüência organizacional, é importante ressaltar que as dimensões sociais de um discurso interagem com as dimensões cognitivas. Segundo Van Dijk (1997a:8), “o modelo cognitivo deverá dar conta do fato de que o discurso, e, conseqüentemente, o processo de compreensão do discurso são processos funcionais dentro do contexto social”.

Ainda na perspectiva sociocognitiva, podemos afirmar que a compreensão do texto se dá através de um processo estratégico no qual uma representação mental na memória é construída a partir do discurso, usando informações externas e internas, com o objetivo de interpretar (entender) o discurso (Van Dijk,1992; Koch, 2002). Nas palavras de Van Dijk (1992:170), “processamento estratégico significa dizer que os usuários da língua realizam passos interpretativos finalisticamente orientados, efetivos, eficientes, flexíveis, em vários níveis simultaneamente”.

O poder discursivo da elite é uma forma sutil e indireta de domínio social. Com acesso preferencial e controle dos espaços discursivos dos jornais, são as idéias das elites que fomentam informações e compõem os textos jornalísticos. Ou ainda, são essas idéias que têm espaço preferencial nos títulos, *leads* e *subleads*, sendo tomados pelos jornalistas como ‘fatos relevantes’ principalmente as opiniões dos grupos poderosos. Esses pontos já foram levantados na introdução deste trabalho, sendo as nossas hipóteses de pesquisa.

Entretanto, faz-se necessário ressaltá-los aqui para melhor clarificar a importância discursiva da análise da seqüência organizacional do texto jornalístico.

Se considerarmos que os textos são compreendidos pelos leitores através de um processo cognitivo estratégico, e esses textos têm relevância na formação e manutenção dos modelos que compõem a memória, poderemos entender um pouco do sistema sutil de criação de consenso e hegemonia do qual trata Van Dijk (1997b:19): “a hegemonia do discurso dos grupos das elites faz com que as pessoas ajam como se esse discurso fosse o natural, normal, ou simplesmente um consenso”.

Com um maior detalhamento da seqüência organizacional do texto jornalístico, poderemos relacionar mais claramente as considerações sobre os aspectos cognitivos de processamento textual descritos no item 3.4. Isso porque defendemos que esse esquema de texto é resultante de organizações sociais e serve como instrumento de manutenção de poder entre as instituições estabelecidas.

O esquema textual da notícia proposto por Van Dijk (1985) é um dos estudos mais sistemáticos sobre esse gênero. Após analisar 250 jornais, coletados em 100 países, dos quais 700 artigos foram submetidos à análise, o autor reuniu uma consistente base de dados para elaborar a seguinte afirmação: “as formas estruturais e os sentidos globais dentro do texto jornalístico não são arbitrários, mas resultados de hábitos sociais e profissionais de jornalistas em ambientes institucionais, de um lado, e uma condição importante para o processamento cognitivo eficaz de um texto noticioso, tanto por jornalistas como por leitores, de outro” (1992:123).

De acordo com os estudos de Van Dijk (1985, 1992), são essas as principais categorias que compõem uma matéria: *sumário*, onde estão reunidos o *título* e o *lead*

(subtítulos, fotos e legendas servem de apoio para esta categoria, que expressa as macroproposições da notícia); *eventos* e *conseqüências* constituem a categoria *episódio* (é importante ressaltar que a categoria *reações verbais*, incluída na categoria *conseqüências*, é o espaço para as citações das pessoas entrevistadas); o *evento principal*, onde é descrita a notícia propriamente dita; e os *comentários*, onde o jornalista tem espaço para as suas conclusões, especulações ou expectativas sobre o fato noticiado. Outras categorias foram sistematizadas pelo autor no modelo esquemático do texto jornalístico. Entretanto, para a realização deste trabalho, iremos nos concentrar nas principais citadas acima, sendo estas as de uso mais freqüente na redação da notícia.

Para melhor identificação das categorias descritas, observemos agora como estas se realizam a partir de exemplos de texto jornalísticos:

***Exemplo 8:***

***Categoria Sumário***

Título: Famílias são despejadas de terreno em Abreu e Lima

*Lead:* A Justiça determinou ontem o despejo de 380 famílias de sem-teto acampadas desde o dia 19 de agosto, num terreno pertencente à Agência de Desenvolvimento de Pernambuco (AD/Diper), em Abreu e Lima, na Região Metropolitana do Recife. A juíza da 1ª Vara Cível da comarca do município, Annamaria Farias Barbosa, acatou o pedido de reintegração de posse feito pela empresa Parmalat, que recebeu uma concessão do Governo do Estado para explorar a área de 13,7 hectares localizada no distrito industrial para implantar uma fábrica de laticínios. Revoltados com ordem de desocupação, os invasores realizaram, no fim da manhã, um protesto em frente ao Palácio do Campo das Princesas, onde exigiram a doação de um novo terreno para a construção de casas populares. (JC: 07/09/01)

A organização dessa categoria é um dos mecanismos mais eficazes da seqüência da notícia para estabelecer os valores de relevância no texto. No título, ao utilizar uma estrutura sintática passiva para descrever o despejo das famílias, o jornalista minimiza o efeito de violência do ato. A decisão da justiça, entretanto, é colocada no *lead* com o

respaldo da noção de propriedade (num terreno pertencente à Agência de Desenvolvimento de Pernambuco (AD/Diper), em Abreu e Lima) e do apoio governamental à causa (que recebeu uma concessão do Governo do Estado para explorar a área). Tais fatores justificariam a decisão judicial e, dispostos nessa organização textual, compõem um cenário desfavorável aos militantes do Movimento dos Sem-Teto.

***Exemplo 9:***

***Categoria Episódio***

Apesar de a manifestação ter transcorrido de forma pacífica, 93 policiais militares dos Batalhões de Choque e Cavalaria acompanharam todos os movimentos dos invasores. Depois do ato público, os sem-teto foram recebidos pela chefe-adjunta do gabinete do governador, Valéria Rangel. Eles vão se reunir na próxima segunda-feira, às 10h, com o presidente da AD/Diper, Kléber Dantas, para discutir uma forma de acomodar todas as famílias. (JC: 07/09/01)

Adotamos esse mesmo termo para uma das categorias de acesso identificadas em nossa análise. Na proposta de Van Dijk (1985), entretanto, o termo tem outra funcionalidade: é na categoria *episódio* onde estão dispostos os *eventos* e as *conseqüências* dos fatos narrados. De acordo com o autor, as *conseqüências* são, algumas vezes, mais importantes que o evento principal, considerando o seu valor informativo. E, o fato de elas não aparecem no início da matéria (seguindo os critérios de relevância já definidos), sugere uma intencionalidade discursiva em reduzir a importância desses acontecimentos. Analisando o texto que corresponde à categoria *conseqüência* (Depois do ato público, os sem-teto foram recebidos pela chefe-adjunta do gabinete do governador, Valéria Rangel. Eles vão se reunir na próxima segunda-feira, às 10h, com o presidente da AD/Diper, Kléber Dantas, para discutir uma forma de acomodar todas as famílias), encontramos uma informação relevante sobre os militantes da MTST. O fato de órgãos governamentais estarem envolvidos na acomodação destas famílias legitima, sob a perspectiva política, o

ato das ocupações. Esse fato, entretanto, só é citado no penúltimo parágrafo do texto, e sem grande ênfase.

### ***Exemplo 10:***

#### ***Categoria Comentários***

O Governo se comprometeu a analisar a pauta de reivindicações e deve anunciar as contrapropostas em um mês. “A idéia da utilização do ICMS para financiar a habitação é interessante. Entretanto, fica difícil atender ao pedido de construção de cinco mil casas apenas para eles”, afirmou o secretário de Planejamento, José Arlindo Soares. (JC: 07/09/01)

O desfecho da matéria é realizado apontando um ‘interesse’ do governo em resolver o problema. Entretanto, o último período do texto é uma declaração do secretário ponderando a viabilidade das reivindicações dos sem teto. Essa declaração (com respaldo de dados) se contrapõe à do militante do MTST, no parágrafo acima: (“Se eles não aceitarem esse pedido, nós vamos radicalizar”, anunciou o coordenador do MTST, reverendo Marcos Cosmo.) Enquanto o secretário “afirma”, apesar do interesse do governo, a inviabilidade da causa dos militantes, o líder do MTST “anuncia” atitudes de radicalização, prevalecendo o tom de ameaça e de desinteresse pelo diálogo. A disposição da declaração do secretário na última sentença da matéria, ou seja, a última informação que será retida, é um fator discursivo a mais na construção dos modelos que compõem a memória dos leitores.

Para finalizar este capítulo, gostaríamos de ressaltar que defendemos aqui, com base nos estudos de Bronckart (2002), Fairclough (2001), Van Dijk (1997a, 1997b, 1992, 1988, 1985) e Koch (2002), que textos resultam de atividades sociais, cognitivas e lingüísticas e se constituem em relações discursivas (Beaugrande *apud* Koch, 2002). A sua compreensão é resultante de um complexo processamento cognitivo que está

articulado tanto a experiências de membros de grupos, quanto a estes grupos, e geram os conhecimentos compartilhados em sociedade. Esse conhecimento social é fortemente influenciado por valores e ideologias das classes dominantes, detentoras de maior acesso aos espaços discursivos da sociedade. Para exemplificar essa relação de poder, utilizamos um gênero do domínio discursivo jornalístico (a notícia) como nosso objeto de nossa análise.

#### 4. 'A VOZ DO DONO E O DONO DA VOZ': ANALISANDO O ACESSO DISCURSIVO

Neste ponto do trabalho, passaremos para uma análise sistemática das relações discursivas que envolvem o acesso na imprensa, assim como da natureza deste acesso, quando se trata de grupos à margem das relações de poder. Antes, porém, é necessário descrever o nosso *corpus*, apresentando as características relevantes para o estudo do discurso aqui realizado.

##### 4.1 Sobre o *corpus* e outros elementos para a análise

No período de 11 de Novembro de 1999 a 29 de Fevereiro de 2000, quando ocorreram as primeiras ocupações promovidas pelo então Must (Movimento Unificado dos Sem Teto), foram publicados 56 textos jornalísticos sobre a entidade no **Jornal do Commercio (JC)**, em um total de 44 edições. Dentre esses textos, o gênero predominante é a *notícia*, com 44 ocorrências. O segundo gênero com o maior número de publicações foi *nota de opinião*, totalizando oito ocorrências. Durante esse período, registramos apenas *três artigos de opinião* e 1 *entrevista ping-pong* (pergunta-resposta). Abordamos o significado discursivo/ideológico desses dados no segundo capítulo deste trabalho, no item 2.4, discutindo a relação entre gêneros textuais e poder.

Seguindo o conceito de acesso discursivo já apresentado, não tomaremos os gêneros *carta do leitor* e *artigos de opinião* como ocorrência desse fenômeno. Compartilhamos a idéia de Melo (1999) e entendemos que os critérios de publicação

desse gênero são fortemente controlados pelas instituições jornalísticas, não permitindo que os diferentes grupos sociais envolvidos nos temas em questão participem do processo de construção discursivas. A própria constituição desses gêneros também não permite que outras perspectivas ideológicas (além do autor e, ao ser selecionado para publicação, dos donos dos jornais) possam compor o quadro discursivo ali formado. Ainda seguindo as considerações de Melo (1999), podemos afirmar que a carta do leitor representa um posicionamento público do sujeito (os leitores), uma forma de ação lingüística das pessoas que, geralmente, não têm acesso ao discurso da imprensa. Entretanto, o objetivo deste trabalho é investigar como se dá o acesso na esfera institucional, dos grupos sociais, não em relação a indivíduos. Por essa razão conceitual, iremos analisar o acesso apenas nos gêneros *notícia*, *notas de opinião* e *entrevista*, o que representa a ocorrência de 53 textos, total do que foi selecionado para a análise neste trabalho.

#### **4.2 Categorias de Análise: como se dá o acesso ao discurso jornalístico**

A partir das considerações teóricas sobre as categorias de acesso, assim como as referências já discutidas sobre a nossa perspectiva de análise discursiva, passamos agora para a análise da ocorrência desse fenômeno nos gêneros textuais que compõem o *corpus* do trabalho. As 44 notícias, oito notas de opinião e uma entrevista ping-pong que encontramos sobre o MTST formam o *corpus* ampliado. Esses textos serviram como referência de análise e base para a categorização do acesso, representando o total de publicações sobre o Must encontradas no **JC**, durante o período delimitado para a pesquisa. A partir desse total, selecionamos seis textos para melhor exemplificar os

conceitos de cada categoria e desenvolver a análise sistemática, formando o *corpus* restrito do trabalho. Por não acreditarmos em escolhas aleatórias, ressaltamos que esses textos foram selecionados porque melhor caracterizam os aspectos que nos propomos abordar. Entretanto, é importante ressaltar que esse corte é apenas ilustrativo, já que todos os textos do *corpus* serviram como fundamento da pesquisa.

***Quadro 1 - Corpus Restrito:***

<b>Título</b>	<b>Gênero Textual</b>	<b>Data de Publicação</b>
Sem teto invadem prédio no Recife	notícia	11/11/99
Sem teto ameaçam invadir 22 prédios	notícia	12/11/99
Sem teto	nota de opinião	17/12/99
INSS nega aluguel de prédio invadido	notícia	18/11/99
Apoio ao Must	nota de opinião	05/12/99
“Must vai continuar invadindo”	entrevista <i>ping-pong</i>	02/12/99

## Quadro 2 - Corpus Ampliado

Título	Gênero Textual	Data de Publicação
Sem-teto invadem prédio no Recife	notícia	11/11/99
Sem-teto ameaçam invadir 22 prédios	notícia	12/11/99
Sem-teto continuam no prédio invadido	notícia	13/11/99
Juiz nega reintegração de posse de prédio	notícia	17/11/99
INSS nega aluguel de prédio invadido	notícia	18/11/99
Sem-teto resistem à decisão de juiz federal e permanecem no prédio	notícia	20/11/99
Sem-teto recorrem a mandado no TRF	notícia	22/11/99
Mais um dia de tensão para os sem-teto da Guararapes	notícia	23/11/99
Sem-teto vão ao STJ para evitar o despejo	notícia	25/11/99
Justiça Federal decidirá sobre sem-teto	notícia	27/11/99
Rodovalho vai abrigar famílias sem-teto	notícia	01/12/99
Jaboatão só garante terreno para sem-teto	notícia	02/12/99
“Must vai continuar invadindo edifícios”	entrevista <i>ping-pong</i>	02.12.99
Apoio ao Must	nota de opinião	05/12/99
Grávidas sem-teto	nota de opinião	05/12/99
Sem-teto realizam nova ocupação no estado	notícia	11/12/99
Must luta para levar famílias ao terreno da Compesa	notícia	13/12/99
Compesa pede de volta área invadida na RM	notícia	14/12/99
Jaboatão oferece terreno para sem-teto no Centro	notícia	16/12/99
Sem-teto	nota de opinião	17/12/99
Sem-teto aprovam terreno, mas cobram material de construção	notícia	21/12/99
Jornalista é agredida por soldado quando tentava proteger criança	notícia	24/12/99
Famílias sem-teto resistiram à retirada	notícia	24/12/99
Sem-teto 1	nota de opinião	25/12/99
Sem-teto 2	nota de opinião	25/12/99
Jornalista identifica policial agressor no quartel da PM	notícia	25/12/99
Sem-teto desafiam Polícia Militar e reocupam terreno da Compesa	notícia	25/12/99
Governo decide hoje destino dos sem-teto	notícia	27/12/99
Selvageria	nota de opinião	27/12/99
Sem título	nota de opinião	28/12/99
Sem-teto farão passeata pelas ruas do Recife antes de reunião com Governo	notícia	28/12/99
Sem-teto poderão ficar em terreno por 20 dias	notícia	29/12/99
Sem acordo, agricultores decidem permanecer na ilha energética	notícia	05/01/00
Estado vai ajudar agricultores a comprar casas da ilha energética	notícia	07/01/00
Magalhães quer BNH	nota de opinião	14/01/00
Sem-teto ameaçam permanecer no edifício invadido na Guararapes	notícia	15/01/00
Área em Jardim Fragoso é invadida por 50 famílias	notícia	15/01/00
Movimento dos Sem-Teto vai pedir na Justiça posse de área invadida	notícia	16/01/00
Donos de lotes no terreno invadido pelo Must tentam barrar ocupação	notícia	17/01/00
Sem-teto planejam ocupar mais dez terrenos na RMR	notícia	18/01/00
A Fetape já planeja novas ocupações	notícia	18/01/00
Sem-teto resistem à ação policial	notícia	28/01/00
Sem-teto estão sem ter o que comer e ameaçam radicalizar	notícia	28/01/00
Sem-teto vão à Justiça pedir a posse de área ocupada na Torre	notícia	30/01/00
Prefeitura considerou o protesto abusivo	notícia	01/02/00
Protesto em Olinda acaba em pancadaria	notícia	01/02/00
Sem-teto fazem mutirão de limpeza no prédio do INSS	notícia	08/02/00
Um preso e 6 feridos é o saldo de novo confronto entre sem-teto e polícia	notícia	12/02/00
Justiça adia retirada de sem-teto de terreno da PCR	notícia	15/02/00
200 famílias invadem nova área na RMR	notícia	16/02/00
Sem-teto organizam área em Dois Unidos	notícia	17/02/00
Sem-teto vão ao prefeito mostrar a posse da terra	notícia	24/02/00
Sem-teto fazem caminhada para entregar decisão judicial à PCR	notícia	25/02/00

Desenvolvemos a análise a partir de duas macrocategorias que envolvem os aspectos mais amplos das relações discursivas relacionadas ao acesso: *Categoria Institucional* e *Categoria Episódica*. Considerando a hipótese já levantada na Introdução e no Capítulo 2 deste trabalho, acreditamos que o acesso dos grupos de exclusão social ao discurso jornalístico se dá a partir da subversão da ordem, do conflito. Assim como também não se dá igualmente entre todos os setores organizados (instituições) da sociedade. As conseqüências dessas relações discursivas na formação da opinião pública, assim como na legitimação dos estereótipos, também foram abordadas no terceiro capítulo. O nosso objetivo, neste momento, é verificar a ocorrência da hipótese levantada e discutir, a partir da análise do *corpus*, as características discursivas e lingüísticas do acesso, e assim avaliar a qualidade da representação do Must no ambiente jornalístico.

Os demais aspectos considerados para a nossa investigação estão agrupados em microcategorias e podem se apresentar de forma recorrente nas duas macrocategorias já apresentadas. Esses aspectos foram agrupados em três níveis e as suas relevâncias discutidas no segundo capítulo. São eles:

*1) Aspectos Sócio-Discursivos (Representação dos Atores Sociais):*

1.1 Acesso Mediado; 1.2 Acesso Direto

*2) Aspectos da Composição Lingüístico-Cognitiva:*

2.1 Títulos; 2.2 Organização Textual

*3) Aspectos Léxico-Discursivos:*

3.1 Nominalizações; 3.2 Campos Lexicais; 3.3 Verbos Introdutores de Opinião

É importante ressaltar que essa divisão categorial de acesso (1-institucional; 2-episódica) tem fins metodológicos. As características do acesso discursivo que categorizamos podem ocorrer de forma simultânea, em um mesmo texto jornalístico. Isso demonstra, principalmente, a dinâmica das diferentes possibilidades de representações discursivas dos atores sociais (editores, repórteres, entrevistados) e instituições envolvidos na construção desse quadro discursivo.

Também é interessante perceber que o acesso ao discurso jornalístico identificado nessas categorias é recorrente (por representações institucionais ou devido a episódios ‘relevantes’). As variações estão na frequência e na forma como os diferentes grupos ou atores sociais estão ali representados. Por isso, este trabalho investiga a qualidade dessa representação discursiva, quando se trata de um grupo socialmente excluído.

No que diz respeito à análise das microcategorias, não dividiremos em tópicos, pois entendemos ser mais produtivo observar esses aspectos no decorrer das considerações sobre as relações discursivas. Segmentar a análise, entendemos, significaria uma limitação nas possibilidades de observações, e ainda levaria a um esquema rígido e estruturalista de estudo.

## 4.3 Aos ‘Fatos’

### 4.3.1 Acesso Episódico

### 4.3.2 Análise de Notícias:

#### *Exemplo 11:*

**(a) - Sem-teto invadem prédio no Recife**

*A segunda maior passeata realizada este ano, no Recife, pela Central Única dos Trabalhadores contra o Governo Federal culminou com um fato inédito: a invasão de um prédio público por famílias sem-teto. No final da tarde de ontem, homens armados de foices e pés-de-cabra quebraram as correntes da porta do Edifício Edvaldo dos Santos Reinaldo, na Avenida Guararapes, no Centro, e ocuparam os seis andares que estavam vazios [...] (JC: 11/11/99).*

A matéria registra a primeira grande ação pública do movimento dos sem teto no Recife. A ocupação do prédio do INSS manteve o então Must como temática constante na mídia, durante os três meses da mobilização. Entretanto, conforme observamos no *corpus*, isso não significou necessariamente uma participação qualitativa do movimento no discurso da imprensa.

Os primeiros aspectos que queremos destacar para a análise desta categoria são do grupo dois, relacionados à composição linguístico-cognitiva do texto. São eles: *título* e um recurso pouco recorrente nos gêneros jornalísticos, mas identificada nessa notícia, denominada *abertura*<sup>13</sup> (trecho acima destacado). Esse recurso, uma introdução antes do *lead* (primeiro parágrafo), caracteriza-se por ser um texto maior que o subtítulo, publicado com destaque, inclusive com fonte, estilo e corpo de letras diferenciados do restante do texto.

---

<sup>13</sup> Os jornais atribuem diferentes nomes para essa categoria, podendo ser *abertura*, *entrada* ou *lidão*. Mas a função é sempre de parágrafo-resumo, contendo as principais informações da reportagem ou entrevista, e são inseridos na fase de edição. Adotaremos o termo *abertura* por ser o utilizado no **JC**, veículo que estamos analisando.

Geralmente a *abertura* é utilizada nos gêneros *reportagem* e *entrevista ping-pong* e está associada a textos mais longos, bem elaborados e mais complexos do que as notícias cotidianas. O fato de ela aparecer em uma notícia é uma amostra do destaque dado pelo jornal à ocupação realizada pelo Must, do caráter inusitado que a imprensa atribuiu ao fato. No caso da notícia que está sendo analisada, a qual reproduzimos nas páginas seguintes, além de ser um resumo, a abertura tem também uma função catafórica, pois remete à matéria propriamente dita, que foi publicada na segunda página do caderno de Cidades. A abertura também teve um título próprio (**a**), sendo justamente nesse enunciado onde a ação dos sem teto foi abordada pelo aspecto da ilegalidade. No título da página seguinte, o jornal deu mais destaque ao poder de mobilização das entidades que organizaram o evento (**Protesto reúne oito mil pessoas**), mesmo que ainda mantendo a sua linha discursiva em um enunciado que aparece acima do título: (**PARALIZAÇÃO Os manifestantes aplaudiram a atitude das famílias sem teto, que arrombaram a porta de ferro e invadiram um prédio do INSS**).

Esses aspectos podem ser observados nas páginas seguintes, com a reprodução da notícia tal qual foi publicada no jornal. A visualização da seqüência organizacional desse gênero ajuda a melhor perceber a relevância da discussão sobre os aspectos discursivos e cognitivos envolvidos nessa questão.



## A polícia do Império

Tese da historiadora Clarissa Maia revela que delegados não eram remunerados ■ PÁGINA 3



■ INCLUI CIÊNCIA / MEIO AMBIENTE E REGIONAL



FOTOS: MARCELO SOARES/JC

# Sem-teto invadem prédio no Recife

LEOPOLDO NUNES/JC

**INVASORES** Os desempregados Jean Carlos Costa dos Lirios (acima) e Silvânia da Silva, grávida do segundo filho, buscam uma moradia



**PRÉDIO PÚBLICO** Edifício Evaldo dos Santos Reinaldo, do INSS, foi ocupado à força ontem à tarde

A segunda maior passeata realizada este ano, no Recife, pela Central Única dos Trabalhadores contra o Governo Federal culminou com um fato inédito: a invasão de um prédio público por famílias sem-teto. No final da tarde de ontem, homens armados de foices e pés-de-cabra quebraram as correntes da porta do Edifício Evaldo dos Santos Reinaldo, na Avenida Guararapes, no Centro, e ocuparam os seis andares que estavam vazios. Instalados no prédio, de propriedade do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), quebraram vidros e atiraram pelas janelas papéis do Ministério da Previdência Social. A superintendência do INSS fala hoje sobre o assunto. Como o prédio ocupado é federal, somente a Justiça Federal pode determinar sua desocupação. O Dia Nacional de Paralisação e Protesto contra o Desemprego e o Governo FHC fechou escolas estaduais e emergências da RMR. Trabalhadores sem-terra também participaram das manifestações. Eles bloquearam a BR-101, no Recife, e a Ponte Presidente Dutra, em Petrolina, provocando engarrafamentos. Na sede do Inbra, agricultores impediram o acesso dos servidores.

■ Leia mais na página 2

**PARALISAÇÃO** Os manifestantes aplaudiram a atitude das famílias sem-teto, que arrombaram a porta de ferro e invadiram um prédio do INSS

# Protesto reúne oito mil pessoas



**PASSEATA** Uma multidão tomou conta das ruas do Recife, ontem, levando bonecos gigantes, balões e bandeiras

**P**ela primeira vez, no Recife, um prédio público foi ocupado por famílias sem-teto em protesto pela falta de moradia. Os invasores, em torno de cem, participavam do Dia Nacional de Paralisação contra o Desemprego e o Governo FHC, quando arrombaram a porta de um edifício do INSS, na Avenida Guararapes, e se espalharam pelos seis andares. A manifestação, organizada pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), reuniu cerca de oito mil pessoas, segundo a entidade, e quatro mil, de acordo com a Polícia Militar. A CUT previa dez mil participantes.

A multidão se concentrou na frente da Celpe e de lá saiu em passeata pelo centro da cidade. "A adesão da população mostra o grau de insatisfação com a política de recessão do governo", festejava Jorge Perez, presidente estadual da CUT. Cento e cinquenta policiais militares acompanharam o protesto. Os manifestantes, que gritavam o tempo todo "Fora daqui FHC e o FMI", agitavam bandeiras vermelhas e balões coloridos. Bonecos gigan-

tes também foram levados por participantes.

A passeata chegou na Avenida Guararapes às 17h, depois de uma parada na Ponte Duarte Coelho para a execução da música 'Para não dizer que não falei das flores', hino de manifestações de protesto. A ocupação do edifício ocorreu em seguida, quando o reverendo Marcos Cosmo, da Igreja Anglicana, discursava no carro de som estacionado. "Os governos Federal e Estadual não têm uma política de habitação para a população. Por isso, o povo do Recife tem que ocupar prédios públicos e terrenos vazios", dizia. As palavras funcionaram como senha para a invasão.

Dentro do prédio, os sem-teto quebraram janelas de vidro e jogaram fora papéis da Previdência Social. "Estou disposto a ficar aqui o tempo que for preciso. Não tenho onde morar", dizia Jean Carlos Costa dos Lirios, desempregado, um filho e residindo com a mãe, no Iburá. À noite, os invasores já haviam varrido as salas ocupadas e arrumado colchões para dormir.

Duas páginas do Caderno Cidades foram destinadas ao assunto, sendo a primeira veiculados o título da abertura, a abertura e as fotos, que, nesse caso, têm também a função de remeter ao texto principal, publicado na página seguinte. Não é difícil perceber a perplexidade com que o jornalista descreve a ação dos sem teto, denominando a ocupação como um “fato inédito”. Perplexidade, entretanto, que contrasta com a já então grave crise social do país, onde o problema da habitação é apenas uma das suas manifestações. Na abertura do texto, a topicalização dos fatos ocorridos ressalta apenas os ‘transtornos’ causados pela manifestação (invasão de prédio público, quebra de vidros, atirar papéis pela janela, entre outros tópicos) organizada pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), que teve a participação de vários movimentos sociais. Ao longo das análises, iremos mostrar que o discurso do **JC** é mais fortemente constituído por marcas lingüísticas que ressaltam conotações de surpresa, perplexidade e valorização da violência quando se trata de fatos categorizados como episódicos. E é exatamente o que queremos ressaltar com essa categoria de acesso o qual denominamos *episódico*: é a subversão da ordem pública, é através de situações de conflito que os grupos excluídos garantem seu espaço na mídia. Para esses grupos, o acesso se dá, preferencialmente, a partir de ações que subvertem a ordem, o que compromete a qualidade das representações discursivas ali estabelecidas, e ajuda a criar e legitimar o preconceito da sociedade em relação aos grupos em situação de exclusão.

O título da abertura (“Sem teto invadem prédio no Recife”) ressalta, unicamente, o aspecto da ilegalidade do ato, a partir do uso do verbo *invadir*. Essa marca léxico-discursiva é recorrente nos títulos que compõem o *corpus*: dos 53 textos analisados, 22 são titulados por itens lexicais que remetem à idéia de ilegalidade,

violência, vandalismo e subversão da ordem. Vejamos o quadro a seguir:

**Quadro 3 – Itens Lexicais**

<i>Léxicos</i>	<i>Ocorrências</i>
<b>invadir</b>	<b>08</b>
<b>resistir</b>	<b>02</b>
<b>tensão</b>	<b>01</b>
<b>luta</b>	<b>01</b>
<b>cobram</b>	<b>01</b>
<b>desafiam</b>	<b>01</b>
<b>selvageria</b>	<b>01</b>
<b>ameaçam</b>	<b>01</b>
<b>barrar</b>	<b>01</b>
<b>radicalizar</b>	<b>01</b>
<b>protesto abusivo/protesto</b>	<b>02</b>
<b>retirada</b>	<b>01</b>
<b>confronto</b>	<b>01</b>
<b>Total</b>	<b>22</b>

A palavra, designada por Bakhtin (2002[1979]:36) como “o fenômeno ideológico por excelência”, no enunciado (a) serve para reforçar o conceito elitista de propriedade. A mesma manifestação, se descrita como ‘*ocupação de prédio*’, remeteria a uma atividade socialmente legítima. Ao escolher *invasão*, ao invés de *ocupação*, o jornalista reproduz o discurso das elites (dos poderes Judiciário e Legislativo, por exemplo) que passou a constituir essa palavra desde o crescimento das atividades desenvolvidas pelo Movimento Sem Terra (MST). Observemos outros elementos para análise no texto a seguir:

**(b)** - [...] *Instalados no prédio, de propriedade do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), quebraram vidros e atiraram pelas janelas papéis do Ministério da Previdência Social. A superintendência do INSS fala hoje sobre o assunto (JC: 11/11/99).*

Nesse trecho retirado ainda da abertura da notícia, já aparecem elementos que orientam sobre qual é o posicionamento do jornal a respeito da ocupação. A idéia de propriedade do prédio é ressaltada [*Instalados no prédio, de propriedade do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS)*], ainda que este seja um patrimônio público. A associação do fato a ações de violência e vandalismo [*quebraram vidros e atiraram pelas janelas papéis do*

*Ministério da Previdência Social*] nas primeiras linhas do texto já começa a gerar *frames* que irão orientar a construção dos modelos mentais a partir do processo de recepção da informação, orientando a opinião pública para um posicionamento contrário ao movimento e a construção de conceitos estereotipados na memória social. Vejamos agora o desenvolvimento da notícia em seu primeiro parágrafo:

(c) - Pela primeira vez, no Recife, um prédio público foi ocupado por famílias sem-teto em protesto pela falta de moradia. Os invasores, em torno de cem, participavam do Dia Nacional de Paralisação contra o Desemprego e o Governo FHC, quando arrombaram a porta de um edifício do INSS, na Avenida Guararapes, e se espalharam pelos seis andares. Dentro do prédio, os sem-teto quebraram janelas de vidro e jogaram fora papéis da Previdência Social (JC: 11/11/99).

No *lead* da matéria, há reforço ao tom de ‘perplexidade’ já iniciado na abertura em relação à ação dos sem teto. As escolhas lexicais continuam orientando os leitores para uma compreensão negativa do fato (*arrombaram, se espalharam, quebraram*), inclusive quando se trata do recurso de nominalização [*“Os invasores, em torno de cem...”*], pois privilegiam itens que remetem à violência, desvio da ordem e atos de vandalismo [*jogaram fora os papéis da Previdência Social*]. Também é interessante notar o posicionamento ideológico do repórter ao se referir à ação promovida pelos integrantes dos sem teto, nas entrelinhas do discurso, como uma mobilização estritamente político-partidária [*“Os invasores, em torno de cem, participavam do Dia Nacional de Paralisação contra o Desemprego e o Governo FHC, quando arrombaram a porta de um edifício do INSS”*], sem considerar as urgentes causas sociais de moradia e desemprego das quais resultaram essas ações. É importante ressaltar que, historicamente, a CUT, o MST e o MTST são grupos ligados ideologicamente ao Partido dos Trabalhadores (PT), então principal opositor no Congresso Nacional e nos embates eleitorais dos partidos que, na

época em que ocorreu a manifestação, formavam os governos Federal e Estadual (PSDB e PMDB, respectivamente). Ressaltando o caráter ‘negativo’ da manifestação organizada por esses três grupos, como foi analisado no início do texto, reforçando a conotação de ilegitimidade da ação do MTST, e fazendo uma forte associação ideológica dessas ações aos opositores das atuais forças governamentais, as relações discursivas desenvolvidas nessa matéria servem de respaldo para essas ditas forças políticas. As lutas e as discussões políticas das organizações (partidos e grupos sociais) ligadas às classes menos favorecidas da sociedade são, dessa forma, repassadas para a sociedade de forma pejorativa, desqualificada, o que serve para legitimar o poder da classe dominante.

Destacamos esse trecho, retirado do último parágrafo da notícia, para observarmos outros aspectos discursivos:

**(d)** – “Estou disposto a ficar aqui o tempo que for preciso. Não tenho onde morar”, dizia Jean Carlos Costa dos Lírios, desempregado, um filho e residindo com a mãe, no Iburá. À noite, os invasores já haviam varrido as salas ocupadas e arrumado colchões para dormir **(JC: 11/11/99)**.

Antes de passar para análise dos aspectos sócio-discursivos, mais especificamente no que diz respeito aos atores sociais, é importante observar ainda um ponto sobre os aspectos da composição lingüístico-cognitiva-textual: apenas no último parágrafo (lugar menos privilegiado no texto jornalístico, onde devem aparecer os fatos tomados como ‘menos relevantes’) os atores sociais ligados ao Must, responsáveis por todo o episódio narrado, têm acesso direto ao espaço jornalístico. Já a instituição que representa o poder, mesmo sem sequer ter se pronunciado sobre o assunto, ajuda a compor as vozes do discurso da notícia já no primeiro parágrafo. No exemplo **(b)**, quando o jornalista ressalta: [*“A superintendência do INSS fala hoje sobre o assunto”*].

Tais considerações nos remetem à análise da representação discursiva **(d)**: [*“Estou*

disposto a ficar aqui o tempo que for preciso. Não tenho onde morar", dizia Jean Carlos Costa dos Lírios]. Neste caso, identificamos a ocorrência do acesso direto, entretanto, num recorte que pouco proporciona a manifestação crítica do entrevistado, já que o período é composto por apenas duas sentenças curtas, sem a ligação de conectores, não possibilitando explicações mais consistentes sobre a situação sócio-econômica dos sem teto. Ao tentar 'limpar' a fala do entrevistado de qualquer característica oral, como orientam os manuais de redação jornalística, o repórter construiu um período artificial, sem qualquer identidade discursiva com o autor ao qual o texto é atribuído. Além das marcas lingüísticas da oralidade: *estou* em oposição à *'tô*; *não'*num, também podemos ressaltar o apagamento do pronome pessoal "eu", implícito nas duas sentenças, e que nos parece uma interessante pista na análise do processo de autoria textual.

Sobre a retomada dos dizeres do entrevistado, Mondada (1997) observa que não se trata de um simples deslocamento de discursos, mas de uma complexa estratégia argumentativa. A fala do informante serve ao entrevistador como um "nutriente do seu próprio discurso" (1997:62). A autora se apóia em uma "concepção interacional e praxeológica do discurso" (1997:61), o que em linhas gerais significa tomá-lo como constitutivamente ligado às situações nas quais aparece como emergente no fio de um trabalho de negociação, de construção coletiva, como algo dinâmico. Isso remete a um posicionamento contrário à concepção representacionalista, que toma o discurso como um veículo neutro, transparente, cuja função principal seria a transmissão da informação. Esta última idéia é a que norteia o ideal jornalístico de neutralidade e imparcialidade, orientando os profissionais da área, através dos manuais, a representar a fala dos entrevistados através dos textos aspeados. Estes, que teoricamente têm a função de trazer o discurso do entrevistado para o discurso da imprensa, conforme observado, serve muito

mais a propósitos retóricos do discurso da mídia, do que à manifestação ideológica do entrevistado. Nos próximos textos analisados, constatamos que esse é um fenômeno recorrente nos casos de acesso direto, dado que nos habilita questionar, inclusive, o valor discursivo desse acesso.

A citação da fala também foi estudada por Marcuschi (1995), trazendo interessantes contribuições sobre o assunto. Segundo o autor, citar a fala de alguém é recriar, de forma idealizada, outra fala. Sendo assim, a citação de fala implica, necessariamente, em uma mudança de estilo. Ao tomar o exemplo acima ["Estou disposto a ficar aqui o tempo que for preciso. Não tenho onde morar", dizia Jean Carlos Costa dos Lírios], observa-se um o processo de 'higienização' na construção sintática, conforme analisamos, com o apagamento completo de marcas da oralidade. De acordo com Marcuschi (1995), esse é um fenômeno recorrente inclusive nas conversações espontâneas, obviamente que com características menos estereotipadas que no exemplo utilizado. Por isso, observa o autor, o problema da fidedignidade na citação de fala também se baseia na forma, pois esta geralmente não é a mesma que o original, ocorrendo uma real mudança de estilo, assim como do seu processamento cognitivo. O aspecto formal, conforme discutimos a partir de Cunha (2001), entretanto, não deve ser a principal referência de análise para o caso do Discurso Reportado (DR). O interesse maior desse estudo deve ser observar a relação entre as palavras citadas e o contexto narrativo que as introduz, ou seja, o que o falante faz com o discurso do outro que é citado.

Por fim, gostaríamos de observar, ainda nesse caso de representação discursiva, um outro aspecto de natureza lexical: o verbo introdutor de opinião. Seguindo as considerações de Marcuschi (1991), é interessante observar os verbos associados às falas

dos integrantes do Must e dos representantes da instituição governamental. Destacamos aqui o trecho que se refere ao INSS, e aparece logo na abertura da notícia **(b)**: [*“A superintendência do INSS fala hoje sobre o assunto”*]. É relevante, primeiramente, ressaltar a importância que o jornal dá ao posicionamento do grupo ligado ao poder. Ainda que os representantes do governo não tenham feito qualquer declaração direta sobre a ocupação dos sem teto, a notícia deixa claro que uma ação governamental será rapidamente tomada. Já o posicionamento dos sem teto sobre o evento só aparece no penúltimo parágrafo do texto:

**(e)** - A ocupação do edifício ocorreu em seguida, quando o reverendo Marcos Cosmo, da Igreja Anglicana, discursava no carro de som estacionado. “Os governos Federal e Estadual não têm uma política de habitação para a população. Por isso, o povo do Recife tem que ocupar prédios públicos e terrenos vazios”, **dizia**. As palavras funcionaram como senha para a invasão. **(JC:11/11/99)**

Primeiramente, o integrante do movimento que tem seu discurso diretamente reproduzido não é identificado como sem teto, mas como “reverendo da Igreja Anglicana”. O conteúdo do seu enunciado ficou reduzido ao funcionamento de uma “senha”, algo dito apenas para acionar a ocupação do prédio. O valor político e social deste discurso é desmerecido, novamente associando a mobilização do grupo a uma atividade específica de oposição aos governos Federal e Estadual.

Tomamos as considerações de Marcuschi (1991) para ressaltar algumas implicações discursivas resultantes das seleções verbais. Para o autor, citar o pensamento de alguém resulta necessariamente uma tomada de posição diante do exposto. Assim, os verbos que têm a função de introduzir essas citações não são escolhidos por critérios meramente estilísticos, mas avaliativos e ideológicos. Nas duas citações dos representantes dos sem teto **(d)** e **(e)**, o verbo utilizado foi *dizer*.

De acordo com Marcuschi (1991), esse é o verbo mais recorrente, quando se trata de relato de opiniões no que o autor chamou de “discurso de populares” (1991:82). Em oposição a esse tipo de discurso, o autor toma o “discurso do poder”, e considera que existem mecanismos, estratégias que comandam a escolha dos verbos nesses dois contextos, sendo esse processo relevante na estruturação dos fatos noticiados. Se entendermos, de acordo com o autor, que “toda informação é produzida dentro de um sistema que não se ignora a si próprio, veiculando implicitamente uma interpretação qualquer” (Marcuschi, 1991:78), podemos tomar os verbos introdutórios de opinião como “parafraseantes sintéticos” (Marcuschi, 1991:77), pois resumem o sentido geral atribuído pelo repórter do discurso relatado. Sendo assim, ‘informar’ opiniões é essencialmente ‘interpretar’ opiniões, o que nos permite afirmar, ainda com base em Marcuschi (1991), que os verbos introdutórios são valorativos, por isso ideológicos, e agem tanto na construção textual, manifestando as interpretações dos redatores, quanto na recepção da notícia, na construção dos conceitos dos leitores sobre o fato relatado.

Na segunda notícia publicada sobre a ação do Must (que corresponde também ao segundo dia de ocupação), prevalecem as conotações negativas, claramente identificadas nos itens lexicais do título e do *lead*. Analisemos a partir do parágrafo que segue:

***Exemplo 12:***

**(f) - Sem-teto ameaçam invadir 22 prédios**

Um dia após terem comandado a ocupação de um prédio com seis andares, pertencente ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), na Avenida Guararapes, os líderes do Movimento Urbano dos Trabalhadores Sem-Teto (Must) mandaram um recado para os governos Federal, Estadual e Municipal: em breve, as 700 famílias cadastradas pelo Must vão invadir mais 22 prédios públicos e privados que se encontram desocupados em Pernambuco. Os coordenadores da invasão edifício do INSS informaram que a ordem agora é seguir os exemplos de São Paulo (nove prédios ocupados), Sergipe (5) e Rio de Janeiro (4). . (JC:12/11/99).

Interessante perceber que, além do relato do repórter ressaltar a agressividade e a violência na ocupação dos sem teto, característica já identificada na primeira notícia, o texto manifesta um forte alarde sobre novas ações do movimento, sendo essas atividades denominadas como “ameaças” e assim ressaltadas no título do texto. O jornal se coloca como um intermediador das duas instituições em conflito [“Os líderes do Movimento Urbano dos Trabalhadores Sem-Teto (Must) mandaram um recado para os governos Federal, Estadual e Municipal: em breve, as 700 famílias cadastradas pelo Must vão invadir mais 22 prédios públicos e privados que se encontram desocupados em Pernambuco”], o que poderia remeter à idéia defendida no jornalismo de imparcialidade na cobertura dos fatos. Entretanto, o que observamos nesse exemplo é um caso de acesso mediado, onde o repórter traz para a notícia o discurso dos sem teto [mandaram um recado para os governos Federal, Estadual e Municipal], mas se utilizando deste para reforçar o próprio discurso estereotipado da mídia sobre o movimento [em breve, as 700 famílias cadastradas pelo Must vão invadir mais 22 prédios públicos e privados].

Vejamos no segundo parágrafo (*sublead*) mais características desse aspecto sócio-discursivo:

(g) - Os números do déficit habitacional em Pernambuco e a falta de uma política voltada para atender os mutuários que ganham menos de três salários mínimos são os principais argumentos dos líderes do Must para invadir outros edifícios. Segundo eles, o Recife conta hoje com cerca de 600 favelas, nas quais mais de 40% da população da Capital `vive' em condições desumanas. Em todo o estado, o déficit seria de 330 mil novas moradias. . (JC:12/11/99)

Esse período, segundo mencionou o jornalista, traz os *argumentos* dos sem teto para justificar as ocupações. Primeiro é importante perceber que só na segunda notícia

sobre o movimento tais argumentos começam a ser mostrados para a sociedade. Entretanto, não estão reproduzidos diretamente no discurso dos integrantes do Must, e tampouco desenvolvidos tematicamente, são apresentados como tópicos (g): ["Os números do déficit habitacional em Pernambuco e a falta de uma política voltada para atender os mutuários que ganham menos de três salários mínimos"], sem um maior aprofundamento das questões ali levantadas. Para ressaltar a diferença entre o seu próprio discurso e o discurso dos sem teto, o repórter utiliza recursos lingüísticos tais quais: "*segundo eles*", referindo-se aos integrantes do Must e "*o déficit seria*". No primeiro caso, trata-se de uma construção adverbial que, segundo Marcuschi (1991), é uma das formas mais recorrentes de relatar opiniões. Nessas construções, aparentemente neutras, as informações são de responsabilidade dos entrevistados, o que cria uma situação bastante dúbia, pois de fato não sabemos se estamos diante de paráfrases realizadas pelos repórteres ou das declarações literais. No segundo exemplo, o tempo verbal remete a distanciamento do jornalista e revela que os números podem não ser seguros. Ao marcar isso lingüisticamente, o repórter se exime de qualquer responsabilidade sobre a veracidade da informação. Mais um aspecto relevante é a formulação ["são os principais argumentos dos líderes do Must"], que em um caso de acesso discursivo mediado traz as supostas causas das mobilizações do Must. Entretanto, esse também é um artifício dúbio, pois não sabemos se esses 'argumentos' foram ressaltados pelos integrantes do movimento ou pelo jornalista como os mais importantes.

O acesso direto só aparece no final desse parágrafo. Observemos sua ocorrência no exemplo abaixo:

**(h)** - "Fernando Henrique Cardoso não tem interesse em desenvolver projetos habitacionais. Jarbas Vasconcelos extinguiu a Cohab e Roberto Magalhães expulsou quem morava em baixo de

viaduto. Existe uma sintonia maligna nas três esferas de poder", disse o reverendo da Igreja Anglicana, Marcos Cosmo. . (JC:12/11/99)

Nessa representação discursiva, encontramos algumas das características já discutidas no primeiro exemplo. É evidente a associação reducionista que o jornal faz do movimento sem teto a manifestações político-partidárias de oposição aos então representantes dos governos Federal, Estadual e Municipal. Tratando as ocupações como atividades essencialmente oposicionistas, não aprofunda a discussão social (falta de empregos, baixos salários, falhas na política habitacional) do problema habitacional. É importante lembrar que essa estratégia já foi utilizada pela mídia nas coberturas sobre as atividades do Movimento Sem Terra (MST).

Ainda na mesma notícia, encontramos relevantes elementos lingüísticos para a nossa análise. Analisemos o último parágrafo:

**(i)** - Por motivos óbvios, o Must não quis adiantar a lista de prédios na mira dos sem-teto, mas os coordenadores deixaram escapar a intenção de ocupar imóveis inacabados da falida Construtora Encol e apartamentos da Caixa Econômica Federal. "Temos um levantamento completo das áreas ociosas. Nosso objetivo é forçar o governo a oferecer condições de a população ter acesso a moradias dignas", disse um dos coordenadores da Central de Movimentos Populares, Onildo Romão. (JC:12/11/99)

Nesse trecho, há uma certa ‘contaminação’ da linguagem policial para relatar os planos do Must (“*na mira*”, “*deixou escapar*”), ressaltando a condição de ilegalidade, desvio de comportamento e violência que vem permeando o discurso do jornal sobre o movimento.

### 4.3.3 Análise de Nota de Opinião

#### *Exemplo 13:*

#### **(j) - Sem-teto**

Um grupo de homens, mulheres e crianças se instalou nas calçadas da Rua Sinhá Sobreira, nas Graças. Os moradores da área, evidentemente incomodados com os casebres de papelão, esperam a interferência de alguém. Mas não aparece nenhum representante de ONG, prefeitura e nem mesmo do Movimento dos Sem-Teto (Must) (JC:17/12/99).

O primeiro aspecto que gostaríamos de ressaltar é sobre a natureza desse acesso discursivo. Classificamos como episódico por entender que a motivação para a publicação da nota de opinião é o fato de um grupo de sem teto ter transgredido a ‘ordem’, trazendo a miséria das favelas para um bairro classe média-alta do Recife (Graças). Mas entendemos que, nesse caso, as únicas vozes discursivas presentes são as dos moradores das Graças e do redator da nota. Ambas em tom de repulsa à ‘invasão’ (j): “Os moradores da área, evidentemente incomodados com os casebres de papelão, esperam a interferência de alguém”]. No enunciado “evidentemente incomodados”, estão representados os moradores das Graças, que utilizaram o jornal para protestar contra a ‘invasão’, e o jornalista, que expressa sua opinião sobre o fato, legitimando a queixa ao usar o modalizador “evidentemente” para qualificar o “incômodo” dos moradores.

É interessante observar que a posição sócio-econômica privilegiada desses moradores garantiu o seu acesso ao jornal, mesmo eles não estando organizados em torno de uma instituição, grupo representativo, etc. Entretanto, ao se referir ao grupo de sem teto (que provavelmente não era ligado ao Must), há quase que uma reivindicação, por parte do jornalista, para que alguma instituição ‘assuma’ o episódio. Também é relevante o fato de que as ocupações iniciadas pelo Must há praticamente um mês (a primeira ocupação ocorreu dia 11/09/99 e a nota foi publicada 17/12/99) deve ter motivado os moradores a procurar o jornal. Conforme estamos observando nas notícias sobre a ação do Must, os modelos de memória que as publicações do **JC** têm construído nos seus leitores remetem à associação das ocupações com o caos social, a ilegalidade, o desvio da ordem. Daí, provavelmente, o alarde em torno do grupo de mulheres, homens e crianças que armaram os seus barracos nas ruas das Graças, assim como a ligação desse grupo

com a entidade que passou a representar os sem teto. Ao publicar essa nota, e ainda reforçar o tom de indignação pela presença da miséria nas ruas classe média das Graças, o jornal legitima os estereótipos em relação a esse grupo de excluídos, e reforça os conceitos que passarão a permear a memória social sobre os sem teto.

#### **4.3.4 Acesso Institucional**

Passaremos para a análise dos textos que compõem a categoria institucional, observando como os aspectos sócio-discursivos, léxico-discursivos e de composição lingüístico-cognitiva se apresentam nesse grupo. Uma observação interessante é que o acesso institucional foi ficando mais recorrente com o desenrolar da ocupação promovida pelo Must do prédio do INSS. Conforme observamos no *corpus* ampliado, os primeiros dias da ação dos sem teto repercutiram em notícias e notas de opinião de caráter episódico, trazendo mais fortemente o tom de perplexidade e indignação contra a ocupação. Com o desdobramento do caso, a cobertura jornalística sobre a ocupação do prédio do INSS, em particular, foi ficando mais burocrática, centrando-se nas questões jurídicas e técnicas que envolviam o episódio, levando as instituições de poder (Governo e Justiça) a aparecerem com mais frequência na mídia. Observemos esse aspecto a partir dos títulos de algumas matérias relacionadas no quadro a seguir:

#### ***Quadro 04 – Exemplificação das Categorias***

<b><i>Categoria Episódio/ Título:</i></b>	<b><i>Data de Publicação:</i></b>
<b>I- Sem-teto invadem prédio no Recife</b>	<b>11/11/99</b>
<b>II- Sem-teto ameaçam invadir 22 prédios</b>	<b>12/11/99</b>
<b>Sem-teto continuam no prédio invadido</b>	<b>13/11/99</b>
<b>III – Mais um dia de tensão para os sem teto da Guararapes</b>	<b>23/11/99</b>
<b>IV - “Must vai continuar invadindo edifícios”</b>	<b>02/12/99</b>
<b><i>Categoria Institucional / Título:</i></b>	<b><i>Data de Publicação:</i></b>
<b>I – INSS nega aluguel de prédio invadido</b>	<b>18/11/99</b>
<b>II - Sem teto resistem à decisão de juiz federal e permanecem no prédio</b>	<b>20/11/99</b>
<b>III – Sem-teto recorrem a mandado no TRF</b>	<b>22/11/99</b>
<b>IV - Justiça Federal decidirá sobre sem-teto</b>	<b>27/11/99</b>
<b>V - Rodovalho vai abrigar famílias sem-teto</b>	<b>01/12/99</b>
<b>VI – Jaboatão só garante terreno para sem-teto</b>	<b>02/12/99</b>
<b>VII – Governo decide hoje destino dos sem-teto</b>	<b>27/12/99</b>

Acreditamos que, em decorrência desse fenômeno, com a supervalorização por parte da mídia das questões técnicas e jurídicas que envolviam a ocupação, as próprias ações do Must passaram a se pautar nas decisões judiciais, deixando a discussão social e política sobre o problema da habitação em nível secundário. Ressaltamos que essa observação é relacionada à ocupação do prédio do INSS, já que durante todo o período o Must organizou várias outras ocupações no Estado. As notícias relacionadas a essas ações dos sem teto geraram uma espécie de categoria híbrida, contendo características tanto da episódica, quanto institucional. Mantivemos, entretanto, a classificação baseada no fenômeno que melhor caracterizava o acesso, mas não ignoramos os fatores ideológicos das outras ocorrências. Vejamos alguns exemplos a partir de títulos retirados das notícias que compõem o *corpus* ampliado:

#### ***Quadro 05 – Categoria Híbrida***

<b><i>Título</i></b>	<b><i>Data</i></b>
<b>Sem teto resistem à decisão do juiz federal e permanecem no prédio</b>	<b>20/11/99</b>
<b>Sem teto recorrem ao mandado no TRF</b>	<b>22/11/99</b>
<b>Sem teto vão ao STJ para evitar despejo</b>	<b>25/11/99</b>
<b>Sem teto farão passeata pelas ruas do Recife antes de reunião com o Governo</b>	<b>28/12/99</b>
<b>Movimento dos Sem-Teto vai pedir na Justiça posse de área invadida</b>	<b>16/01/00</b>

Um outro dado relevante que identificamos a partir da análise das notícias que compõem a categoria institucional, e confirmamos nos demais textos do *corpus* ampliado é que em nenhum momento da cobertura jornalística sobre a ocupação do Must os representantes do poder Judiciário foram diretamente citados. Esse dado, a princípio, nos pareceu contraditório, já que as questões judiciais aparecem no título de nove textos, entre 53 analisados (lembrando que o título contém o que os jornalistas consideram como o assunto mais relevante sobre o fato relatado), além das várias outras referências à Justiça que aparecem nos demais textos. Entretanto, outra leitura do *corpus* nos ajudou a uma melhor compreensão desse caso.

Conforme mostraremos mais detalhadamente na análise dos textos a seguir, o discurso da Justiça permeia os gêneros notícia e nota de opinião, com acesso privilegiado. E, ainda que seus representantes não estejam diretamente citados, qualitativamente esse acesso é mais enfático do que os dos integrantes do Must. O que acontece, de fato, é que juízes e desembargadores não costumam dar entrevistas, interagindo com a imprensa basicamente por notas e comunicados. A própria sentença também é utilizada como texto-fonte pelos jornalistas. Sendo assim, observamos que durante o período das publicações analisadas, provavelmente, os próprios jornalistas não tiveram acesso aos representantes da Justiça, mas apenas aos *releases* (informativos) repassados pela assessoria de imprensa. Observemos melhor esse e outros aspectos nos textos a seguir:

#### **4.3.5 Análise de Notícia**

##### ***Exemplo 14:***

INVASÃO

**(k) - INSS nega aluguel de prédio invadido**

Um dia após o juiz Roberto Wanderley, da 1ª Vara da Justiça Federal, ter negado a reintegração de posse ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) do edifício ocupado pelos sem-teto na Avenida Guararapes, a superintendência do órgão no Recife desmentiu o argumento que baseou a decisão. A determinação da Justiça foi fundamentada no fato de o prédio estar alugado, o que impossibilitaria o INSS de reivindicar a posse do imóvel. De acordo com a superintendência, o prédio nunca foi alugado. Durante toda a tarde de ontem, a procuradoria do INSS esteve reunida analisando a possibilidade de recorrer à Justiça para reverter a decisão. De acordo com a sentença do juiz Roberto Wanderley, o imóvel está alugado a "Nicodemus Teles de Pontes", único que teria o direito de solicitar a reintegração de posse, segundo o entendimento da Justiça. Normas do direito civil indicam que a posse direta do imóvel passa do proprietário para o locatário quando o prédio é alugado. (JC:18/11/99)

A partir do primeiro parágrafo dessa notícia, passaremos a tratar mais sistematicamente das questões levantadas acima. O primeiro aspecto a ressaltar é a natureza burocrática, excessivamente institucional, do texto. E o acesso institucional aqui identificado diz respeito apenas às instituições ligadas aos grupos de poder (Executivo e Judiciário). O repórter serve como um intermediário para o embate travado entre essas duas instituições, constituindo um caso de acesso mediado (**k**): [De acordo com a superintendência, o prédio nunca foi alugado]; [De acordo com a sentença do juiz Roberto Wanderley]. Entendemos que essa mediação, entretanto, também se caracteriza como uma tomada de posição do repórter sobre o assunto. Ou seja, ele seleciona as instâncias ‘respaldadas’ para tratar do assunto, direcionando o enfoque da matéria. Isso fica ainda mais evidente quando observamos, ao longo de toda a notícia, que os integrantes do Must não foram citados em nenhum momento do texto, ou sequer tiveram suas opiniões representadas em alguma mediação discursiva, gerando, assim, um caso de não-acesso do movimento nessa notícia. E mais: observamos que, quanto mais institucional se caracteriza a natureza do acesso, menos o Must participava da construção discursiva das notícias, sendo a ocupação ao prédio do INSS tratada, basicamente, entre os governos estadual e municipal e a Justiça. Voltaremos a explorar essa questão nos próximos textos.

Outro fator a destacar nesse primeiro parágrafo é o recurso utilizado pelo repórter para legitimar o discurso de autoridade e poder da Justiça, ainda que ele próprio não tenha tido acesso aos seus representantes. Como já observamos anteriormente, os juízes raramente dão entrevistas, o que não os faz menos presentes no discurso da mídia. No texto acima, primeiramente o repórter cita a sentença do juiz, trazendo a voz desse poder para o texto. Logo depois, no final do parágrafo, faz uma referência à teoria do Direito para justificar a decisão judicial. Tratando a questão como ‘norma’, sem considerar as possibilidades de interpretação dessa ‘norma’, o repórter despreza os aspectos subjetivos e ideológicos que permeiam uma sentença. No exemplo: [Normas do direito civil indicam que a posse direta do imóvel passa do proprietário para o locatário quando o prédio é alugado].

Nos demais trechos **(l)**, **(m)**, **(n)** e **(o)**, ressaltamos mais aspectos da representação discursiva, concomitantemente às questões léxico-discursivas que envolvem essa questão.

**(l)** - A superintendente do INSS em Pernambuco, Ielma Lucena Cavalcanti, disse desconhecer o locatário citado na sentença do juiz. "Não sei de quem se trata. O imóvel não se encontra locado, nem nunca foi alugado anteriormente", afirmou. Ielma acrescentou que o instituto vai continuar procurando medidas legais para obter a reintegração do prédio ocupado pelos sem-teto. "A instituição tem que zelar pela sua propriedade e a nossa procuradoria já está discutindo qual será a nossa próxima ação", afirmou Ielma. De acordo com ela, uma parte do edifício havia sido cedida à Prefeitura do Recife e outra à empresa de informática Dataprev, perfazendo um total de 1.750 metros quadrados da área total. **(JC:18/11/99)**

No trecho **(l)**, identificamos dois casos de acesso direto, com as citações da superintendente do INSS. Conforme observou Marcuschi (1991), um dos verbos preferenciais para introduzir o discurso do poder é “afirmou”. No nosso exemplo, podemos identificar a ocorrência desse verbo nos dois casos de acesso. O efeito enfático do verbo está associado à conotação de autoridade, pois “afirmar” tem um efeito argumentativo mais forte que “dizer”. Conforme constatado no exemplo 1, o verbo

“dizer” é sistematicamente usado para introduzir a opinião dos membros dos grupos excluídos. Na primeira linha do texto, quando o acesso ainda é mediado [A superintendente do INSS em Pernambuco, Ielma Lucena Cavalcanti, disse desconhecer o locatário citado na sentença do juiz], o verbo selecionado foi “dizer”. Entretanto, ao reportar a fala da entrevistada, o repórter faz questão de frisar a autoridade da superintendente.

(m) - Na opinião do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) em Pernambuco, Aluísio José de Vasconcelos, a decisão do juiz Roberto Wanderley é tecnicamente correta, já que o aluguel do imóvel inviabiliza o pedido de reintegração de posse. O advogado afirmou que a invasão de prédios desocupados por movimentos como o dos sem-teto é um alerta para que o Governo Federal passe a dedicar maior atenção à questão habitacional no país.

Nesse parágrafo, mais uma instituição de poder passa a compor o quadro discursivo da notícia. Historicamente associada às lutas democráticas, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) aparece no texto como um segmento da sociedade que, além da força institucional (representa os advogados do Brasil), também tem o respaldo histórico. Assim, em um misto de neutralidade, pois traz considerações de caráter técnico [Na opinião do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) em Pernambuco, Aluísio José de Vasconcelos, a decisão do juiz Roberto Wanderley é **tecnicamente correta**], e de apoio à causa dos sem teto [O advogado afirmou que a invasão de prédios desocupados por movimentos como o dos sem-teto é **um alerta para que o Governo Federal passe a dedicar maior atenção à questão habitacional no país**], a OAB faz o papel de moderador dos discursos (apoio à decisão judicial e à causa dos sem teto), criando uma situação enunciativa em que as opiniões dos integrantes do Must não seriam necessárias, pois essas opiniões já estariam contempladas no discurso de uma instituição com muito mais ‘respaldo’ social. Entendemos que esse jogo discursivo, entretanto, é desfavorável à representação dos sem teto já que, em primeiro lugar, não traz efetivamente o discurso da entidade. Assim como, nas organizações dos *frames* e, posteriormente, dos modelos que

vão compor a memória social, a falta de acesso qualificado ao discurso do jornal tende a construir conceitos que descredenciam as ações do Must em sociedade, já que, preferencialmente, quando as instituições de poder são citadas na mídia, seus discursos são contrapostos por elas mesmas (Governo, Justiça, OAB), sem que haja uma interferência direta do grupo de excluídos.

**(n)** - Para alguns representantes do setor imobiliário, a ocupação no prédio na Avenida Guararapes tem interesses comerciais de curto prazo, como a possibilidade de aluguel do prédio para camarotes no Carnaval. Tal característica serviria como estímulo para o INSS tentar agilizar ao máximo o processo de reintegração de posse do edifício. **(JC:18/11/99)**

**(o)** - **ALEGRIA** - Já os proprietários do edifício 157 da Rua da Alegria, na Boa Vista, conseguiram reintegração de posse do prédio ocupado por 50 pessoas, na última terça-feira. Os então ocupantes tiveram de sair do imóvel e se juntaram aos sem-teto que estão no prédio do INSS na Guararapes. **(JC:18/11/99)**

Nos dois últimos parágrafos da notícia **(n)** e **(o)**, o repórter ainda dá espaço para mais dois segmentos sociais, mas sem abrir qualquer possibilidade de representação direta dos sem teto nesse quadro discursivo. No trecho **(n)**, temos um exemplo de acesso mediado do setor mobiliário, no sentido de trazer o discurso econômico para o debate sobre a ocupação. Percebemos que, na opinião dos representantes do setor imobiliário, a motivação para o desfecho do episódio não deve ser nem jurídico, nem social, mas financeiro, já que existe a possibilidade do aluguel do prédio [Tal característica serviria como estímulo para o INSS tentar agilizar ao máximo o processo de reintegração de posse do edifício]. No último parágrafo **(o)**, o acesso discursivo é dos moradores que tiveram seus imóveis ocupados pelos sem teto. O fato mostra uma situação desfavorável para os sem teto, pois trata da reintegração de posse do edifício. Mesmo sendo uma das partes interessadas, e citada indiretamente, [Os então ocupantes tiveram de sair do imóvel e se

juntaram aos sem-teto que estão no prédio do INSS na Guararapes] os sem teto não foram entrevistados para a notícia.

#### 4.3.6 Análise de Nota de Opinião

##### *Exemplo 15:*

##### **(p) - Apoio ao Must**

A OAB-PE se comprometeu a dar apoio jurídico aos líderes do Movimento Urbano dos Trabalhadores Sem-Teto. O presidente da seccional, Aluísio Xavier, não entra no mérito das ações patrocinadas pelo Must, mas acusa o Governo Federal de omissão diante do problema habitacional. Isso é verdade. (JC:05/12/99)

Nessa nota de opinião, aparece um reforço às questões discutidas acima. A OAB fala pelos sem teto, dessa vez com a concordância explícita do jornal sobre os argumentos apresentados pela entidade **(p)**: [O presidente da seccional, Aluísio Xavier, não entra no mérito das ações patrocinadas pelo Must, mas acusa o Governo Federal de omissão diante do problema habitacional. *Isso é verdade*]. A função anafórica e coesiva do *isso* também produz um interessante efeito de sentido. Quando o jornalista enfatiza que “*isso é verdade*”, utiliza uma estratégia discursiva que restringe a legitimidade da causa dos sem teto. Implicitamente, está dito que as considerações feitas pela OAB são legítimas, mas essa legitimidade não se estende a todas as causas do Must. Ou seja, apesar de o jornalista concordar com a “omissão” do Governo Federal no caso, sutilmente ele deixa dito que isso não justificaria, necessariamente, às ações dos sem teto. Mais uma vez, a OAB aparece na mídia como a instituição ‘diplomática’ para tratar do assunto, sendo preservada em torno dela o mito da neutralidade. No exemplo: [O presidente da seccional, Aluísio Xavier, não entra no mérito das ações patrocinadas pelo Must]

### 4.3.7 Análise de Entrevista *Ping-Pong*

#### **Exemplo 16:**

Neste item apresentamos a única ocorrência de acesso a partir do gênero entrevista *ping-pong* (pergunta e resposta). Algumas considerações teóricas já foram feitas sobre esse caso no segundo capítulo. Agora, passaremos para a análise do texto, propriamente dito, começando com um trecho retirado da abertura da entrevista:

#### **(q) - “Must vai continuar invadindo edifícios”**

*Apesar da conquista de terrenos em Jaboatão, os líderes do Must garantem que as invasões de áreas desocupadas vão continuar. Nesta entrevista, um dos coordenadores do Movimento dos Sem-Terra, o ambulante Erick Soares, diz que ainda faltam casas para 329.750 sem-teto. (JC:02/12/99)*

No que diz respeito ao aspecto de composição lingüístico-cognitiva, podemos observar que as duas principais categorias que compõem a organização do texto jornalístico (*título e abertura*) estão topicalizadas na questão de novas possíveis “invasões” a serem realizadas pelo Must. Vários outros pontos foram abordados pelo coordenador do movimento, durante a entrevista, inclusive de grave importância social. Entretanto, nas principais categorias de sumarização do texto e, conseqüentemente, de maior relevância cognitiva, apenas um aspecto foi considerado. Vejamos no quadro a seguir os demais tópicos desenvolvidos durante a entrevista, a partir da ordem em que foram apresentados:

#### **Quadro 06 – Sequência dos Tópicos Discursivos**

<b>Tópicos Discursivos:</b>
<b>a) conquista social / garantia de moradia digna</b>
<b>b) continuidade nas ocupações de prédios</b>
<b>c) alto déficit habitacional</b>
<b>d) falta de dinheiro para construção das casas</b>
<b>e) falta de interesse do governo estadual em estabelecer diálogo com os sem teto</b>

Também é interessante observarmos que a citação atribuída ao coordenador do movimento e destacada para título da matéria [“**Must vai continuar invadindo edifícios**”] não aparece em qualquer parte da entrevista. No trecho (s), ao tratar do déficit habitacional, o entrevistado fala de novas possíveis ações, mas em um enunciado que possibilita outras relações discursivas no texto [Só vamos parar de ocupar os prédios quando todos tiverem um teto próprio. É o mínimo necessário para que alguém possa viver com dignidade], tratando problemas ligados à cidadania e justiça social que, definitivamente, não são contemplados no *título* ou na *abertura* da entrevista.

(r) - Jornal do Commercio – Qual a avaliação que o Must faz da ocupação do prédio do INSS até agora?

Erick Soares – Foi uma grande conquista para nós, fruto do esforço coletivo para garantir moradia digna para todos. Apesar disso, nossa situação ainda não está definida e vamos continuar lutando. Queremos que o Governo do Estado também participe, através da Cohab, que poderá ceder kits de construção.

(s) - JC – Vocês estão satisfeitos com o que conseguiram?

Erick Soares – Em parte. Pernambuco tem um déficit de 330 mil moradias. Conseguimos lugar para 250 famílias. Ainda faltam 329.750 residências. Só vamos parar de ocupar os prédios quando todos tiverem um teto próprio. É o mínimo necessário para que alguém possa viver com dignidade.

Nos demais trechos (t), (u) e (v), frisamos o desenvolvimento tópico da entrevista. Tomaremos aqui o conceito de “enquadre tópico”, desenvolvido por Marcuschi (2002a), em oposição à idéia de “progressão referencial”, já bastante consolidada na Lingüística do Texto (Koch: 2002; Koch & Marcuschi: 1998; Antunes: 1996). Esse conceito diz respeito ao processo de interação face a face, forma como se desenvolve uma entrevista *ping-pong*, daí o interesse na discussão, já que estamos tratando desse gênero. Não pretendemos aprofundar a discussão teórica, pois o principal objetivo desse ponto é o de análise discursiva. Mas é importante mostrar a diferença essencial desses conceitos, e o que motivou a nossa escolha.

De forma geral, a progressão referencial remete à idéia de que os tópicos discursivos podem ser tomados como algo já estabelecido, dado antes do desenrolar do evento comunicativo. O que constatamos, no entanto, é que essa seleção tópica é construída ao longo do processo de interação face a face, em estratégias negociadas entre os interlocutores. Segundo Marcuschi (2002a), entender tópico discursivo como uma construção realizada interativa e negociadamente, de forma dinâmica, durante o processo de interação, é fundamental para se chegar ao que ele conceituou como “enquadre tópico”. Nessa perspectiva, “podemos dizer que existem certas organizações (configurações) que se manifestam em esquemas globais ou enquadres (*frames*) que se desenvolvem no encadeamento de elementos informacionais lexicalizados” (2002a:11). A partir da análise da entrevista *ping-pong*, percebemos o processo interacional dinâmico e negociado do qual trata Marcuschi (2002a). É possível observar nos exemplos (t), (u) e (v) que não se tem necessariamente uma *progressão tópica*, mas um desenrolar de tópicos relativamente colados, ou simplesmente em seqüência, sem nenhuma relação pré-estabelecida, o que remete ao conceito de *enquadres tópicos*.

Mondada (1997) desenvolveu um estudo que também conceitua a entrevista como um processo dinâmico-interacional, representando uma importante contribuição para as Ciências Sociais e para a Linguística. Segundo a autora, as análises da organização seqüencial e das marcas lingüístico-discursivas permitem precisar a maneira pela qual se constituem interativamente os objetos de discurso na entrevista. “Os objetos do discurso são estabelecidos conjuntamente e em colaboração, e não podem, portanto, ser descritos pelos valores de verdade, que avaliam sua conformidade com as entidades ou as propriedades do discurso que as diz” (1997:66). Isso quer dizer que a entrevista deve ser

entendida como um acontecimento que se organiza na coordenação dos interlocutores, e os objetos do discurso considerados como entidades construídas pela interação.

Outro aspecto discordante na nossa abordagem em relação ao conceito de progressão referencial é a idéia implícita de hierarquização dos tópicos, como se no processo de interação os falantes partissem do tópico menos importante para o mais importante, daí a idéia de ‘progressão’. Na perspectiva do enquadre, podemos afirmar que o processo de desenvolvimento do tópico está diretamente relacionado ao gênero textual utilizado, sendo uns com níveis de enquadre mais negociáveis que outros. “Com esse conceito, é possível tratar de aspectos relacionados à continuidade-descontinuidade discursiva em termos globais e até mesmo à passagem de tópicos antigos para novos” (Marcuschi, 2002a:12). É também, a partir desse conceito, que analisamos fenômenos tipicamente discursivos, tais quais intenções fundadas em estratégias de manipulação (ou orientação) tópica, conforme identificamos nos trechos **(t)** e **(u)**, retirados da entrevista *ping-pong*.

A entrevista se caracteriza, de acordo com Marcuschi (2002a:2), como “uma colônia ou constelação” de gêneros. Isso porque várias são as suas formas de desenvolvimento. Mesmo com um propósito comunicativo básico, o de conseguir informações dos entrevistados, as entrevistas se dão a partir de estratégias bastante distintas, resultando em eventos comunicativos também diferenciados. Fenômeno facilmente constatado se observamos as diferenças entre as entrevistas realizadas para estudos científicos, *talk-shows* (programas televisivos de entrevistas), seleção de emprego, etc.

O conceito de constelação de gêneros parece bastante apropriado para dar conta de alguns elementos observados em nossa análise. No caso da entrevista *ping-pong*, por exemplo, o processo de negociação de tópicos é mais democrático e também mais facilmente identificado no texto. Ao contrário das entrevistas realizadas para *notícias* ou *reportagens*, quando o desenvolvimento do enquadre tópico não fica explícito para o leitor. Vejamos nos exemplos abaixo:

**(t)** - JC – O que vocês acharam da participação da Prefeitura de Jaboatão no processo de negociação?

Erick Soares – Foi exemplar. Estão nos oferecendo os terrenos, mesmo sem terem nada com a questão. É um primeiro passo, um exemplo para o Recife. Agora, a indefinição quanto ao material de construção é o que ainda nos preocupa. Não podemos ir para qualquer lugar sem a certeza de que teremos o material. Por enquanto, o Governo do Estado e a Prefeitura do Recife se mantêm insensíveis à questão.

**(u)** - JC – Que tipo de colaboração vocês esperam receber do Governo do Estado e da Prefeitura do Recife?

Erick Soares – Achamos que eles podem nos ajudar a adquirir o material de construção. A maioria das pessoas que está no edifício não tem nem como comprar comida. Como vão comprar tijolo, cimento e tintas? Os governos também têm responsabilidade sobre isto.

Na passagem do trecho **(t)** para o **(u)**, observamos que a pergunta **(u)** do repórter segue a orientação dada pela resposta **(t)** do entrevistado. O tópico discursivo introduzido pela repórter remetia apenas à avaliação da participação da Prefeitura de Jaboatão, durante o episódio da ocupação (o prefeito do município ofereceu terras para os sem teto construírem as suas casas, fato que culminou no fim da ação do Must). Entretanto, um novo tópico foi introduzido pelo entrevistado, ao questionar a omissão do Governo Estadual e da Prefeitura do Recife, que não se prestou a colaborar com o movimento, tal qual fez o prefeito de Jaboatão. Tal colocação remeteu, logo em seguida, a uma pergunta sobre “o diálogo” dos sem teto com aqueles governos. O exemplo vem logo a seguir:

(v) - JC – Vocês já tentaram o diálogo com a Prefeitura do Recife e com o Governo do Estado?

Erick Soares – Sim, mas, infelizmente, a resposta não foi a que esperávamos. Roberto Magalhães nos enviou um fax isentando a prefeitura de qualquer responsabilidade. Com o Governo do Estado ainda temos uma esperança porque conseguimos marcar uma conversa com o presidente da antiga Cohab (Emhape), Marcos Tullius, na próxima terça-feira. Vamos aguardar.  
(JC:02/12/99)

Nessa resposta, o entrevistado faz as considerações que tentava desenvolver desde o trecho (r), tratando exatamente de críticas à indiferença e postura antidemocrática das principais esferas do então poder executivo de Pernambuco, em relação às negociações com os sem teto. Percebemos, assim, que em um processo complexo de estratégias discursivas, os tópicos foram construídos ao longo da entrevista, em um desenvolvimento dinâmico de interação social.

Obviamente não temos a presunção de esgotar aqui todas as possibilidades de análise do *corpus*. Entretanto, trabalhamos com a perspectiva de apresentar os principais aspectos da imensa rede lingüístico-discursiva que envolve a questão do acesso aos veículos de comunicação social, assim como os complexos dispositivos de que se valem esses veículos para manter o controle discursivo. Esses elementos são melhor observados a partir da categorização das formas de acesso, sendo estas definidas como *i) institucional; ii) episódica*.

Analisando de forma ampla, podemos dizer que o acesso institucional é menos recorrente para os grupos de excluídos. De acordo com as observações desenvolvidas neste capítulo, é possível perceber que os integrantes do Must têm pouca participação no processo de construção da notícia, quando se trata de temas institucionais. E, quando o acesso ocorre, ele dificilmente se dá de forma direta. Aliás, essa se apresentou como uma importante característica do acesso institucional: quando se trata dessa categoria, os atores sociais, de uma forma geral, participam mais freqüentemente da construção

discursiva pelo acesso mediado. Como essa participação se deu, basicamente, entre os representantes do poder, podemos nos remeter à idéia defendida por Maingueneau (2001) sobre a ocorrência do discurso indireto na mídia que, segundo o autor, é mais freqüente em assuntos relacionados à elite. Isso porque, na concepção dos jornalistas, a construção sintática e o processo de elaboração do discurso seriam mais complexos no discurso indireto. As ocorrências da categoria episódica reforçam essa análise, onde observamos mais ocorrências de discurso direto, inclusive com várias falas dos sem teto. O que não foi suficiente, entretanto, para lhes garantir um acesso qualitativo ao discurso da imprensa. Apontamos acima alguns fatores que desqualificam o acesso episódico. Ressaltando alguns deles: a) associa as atividades dos sem teto a aspectos de ilegalidade, violência e desvio da ordem, construindo modelos de memória estereotipados sobre o movimento; b) as representações dos atores sociais são realizadas a partir de construções lingüísticas artificiais, ‘higienizadas’, não trazendo efetivamente o discurso dos sem teto para o jornal; c) o acesso dos integrantes dos sem teto (seja mediado ou direto) aparece, preferencialmente, nos lugares menos ‘privilegiados’ do texto jornalístico, os últimos parágrafos, nos quais dificilmente os leitores chegam. Os lugares ‘privilegiados’ (título, *lead* e *sublead*) devido à posição de destaque no texto, são, conseqüentemente, os mais lidos. Cognitivamente, os discursos ali apresentados têm maior potencial no processo de formação da opinião pública. E são nesses lugares do texto, conforme observamos, onde as instituições do poder têm mais acesso.

## 5. CONCLUSÃO

Norteou este trabalho a hipótese de que o acesso aos espaços discursivos dos jornais não se dá igualmente em sociedade. Com base em nossas referências teóricas, defendemos que existe um forte controle discursivo, por parte das instituições detentoras de poder, no sentido de legitimar e construir ideologias, tendo os veículos de comunicação como principal força propulsora desse processo sutil de dominação.

Vem das estratégias lingüístico-cognitivas adotadas no domínio jornalístico essa forma dissimulada de manutenção do poder. As ‘teias discursivas’ que ajudam a construir a opinião pública, o consenso, a memória social, não são visíveis para a sociedade. Assim, a mídia continua a imperar no mito da imparcialidade, enquanto legitima a ideologia dos poderosos e exclui de forma anti-democrática grupos e atores sociais que não compactuam com essa dominação.

Diante desse rígido controle, a busca por espaço no discurso jornalístico é conflituosa. Aos que não estão nas esferas de domínio social e político (mídia, poderes executivo, legislativo e judiciário, academia, artes, negócios, etc.), cabe a tarefa de quebrar a ordem estabelecida, subverter esses espaços, e lutar para que sua voz reverbere em sociedade. Esta é a nossa segunda hipótese: o acesso discursivo dos grupos de excluídos se dá, fundamentalmente, a partir de situações de conflito (greves, passeatas, protestos, ocupações). Daí a necessidade de investigarmos também a qualidade do acesso desses grupos. O corpus da nossa análise é composto por textos retirados do **Jornal do Commercio (JC)** sobre o Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST), que no período estudado era denominado Movimento Unificado dos Sem Teto (Must).

As teorias lingüístico-cognitivas fundamentam a nossa investigação sobre esse acesso conflituoso e as conseqüências sociais dessa relação discursiva, tais quais a construção de estereótipos, preconceitos e ideologias contrárias às causas dos grupos de excluídos. A análise do acesso discursivo foi realizada em 53 textos jornalísticos, sendo 44 do gênero *notícia*, oito *notas de opinião* e uma entrevista *ping-pong*. Este total de textos representa o *corpus* ampliado da pesquisa. Para discutir mais detalhadamente as questões relacionadas ao acesso, estabelecemos um *corpus* restrito, apresentado no capítulo 4. A análise está desenvolvida a partir de duas macrocategorias, definidas como ***Acesso Institucional*** e ***Acesso Episódico***. Nessas categorias, três aspectos são observados: *i) sócio-discursivos; ii) composição lingüístico-cognitivas; iii) léxico-discursivos*, assim como as especificidades de suas ocorrências nas duas macrocategorias.

Após a análise desse *corpus*, é possível confirmar a nossa hipótese inicial sobre a qualidade da participação discursiva dos sem teto na mídia. Essas considerações estão aprofundadas no quarto capítulo. Conforme observamos nos textos jornalísticos, a cobertura das ações do Must foi realizada a partir de um discurso onde predominava a ideologia da ilegalidade e privilegiava as conotações de violência sobre as ocupações. De acordo com os nossos dados, dos 52 títulos retirados do *corpus* (uma nota de opinião aparece sem título), 22 apresentam itens lexicais que remetem a conceitos negativos (ver quadro 03), resultando em 44% das ocorrências. Esses dados são relevantes se entendemos que as escolhas lexicais são socialmente motivadas e norteadas por posicionamentos políticos e ideológicos.

Baseando-se na construção categorial do acesso, é possível perceber mais sistematicamente as características da natureza das representações discursivas no domínio

jornalístico. Percebemos, a partir do nosso *corpus*, que o acesso do Must é mais freqüente na categoria episódica, onde diferentes integrantes do grupo tiveram seus discursos diretamente reportados para o texto (o que chamamos de acesso direto). Não poderíamos deixar de analisar, obviamente, a qualidade dessas participações. Para isso, tomamos como referência os aspectos léxico-discursivos e de organização textual (já que no domínio jornalístico essa esquematização é um relevante fator ideológico). Seguindo essa referência, identificamos que os discursos atribuídos aos integrantes do Must, basicamente, não são apresentados com conteúdos críticos (opiniões, análises sobre as ações do movimento), como também não são tomados como relevantes, pois quase não aparecem nos lugares dos textos jornalísticos (título, *lead*, *sublead*) destinados aos fatos tomados como os mais importantes sobre o assunto relatado.

O problema do acesso, entretanto, é mais grave se observado na categoria institucional. Dos três textos analisados, apenas um (entrevista *ping-pong*) apresenta o discurso do Must. Nos outros dois (*notícia* e *nota de opinião*), identificamos casos de não-acesso da entidade ao discurso jornalístico. No caso da *notícia*, várias instituições de poder foram consultadas pelo repórter para tratar da questão da ocupação do prédio do INSS (poderes Executivo e Judiciário, Ordem dos Advogados do Brasil, setor imobiliário), menos os próprios integrantes da entidade responsável pela ação. Tal fenômeno nos leva a acreditar que, por se tratar de um acesso mais legítimo, pois colocaria o discurso do Must entre os de outras instituições, ele é mais controlado, prevalecendo apenas o acesso episódico como o preferencialmente destinado a esse grupo.

Conhecer e exemplificar o funcionamento do acesso discursivo é de fundamental relevância para a compreensão, crítica e mudança do domínio social. Explicitar o problema do controle dos discursos e discutir as estratégias lingüístico-cognitivas de manutenção de poder são fundamentais para a luta da democratização da mídia e, conseqüentemente, da sociedade. Não basta apenas saber que a discriminação e o preconceito existem, é necessário discuti-los, mostrar como eles se dão, como operam em sociedade e quais instituições os sustentam. Para isso, a academia não deve compactuar com a alienação do discurso positivista de neutralidade científica. É preciso fazer do trabalho acadêmico uma prática social, sendo esse trabalho comprometido com a igualdade e solidário com os excluídos.

Entendemos que ainda é necessário um estudo mais aprofundado sobre as relações de poder e os gêneros discursivos, questão que tratamos no segundo capítulo, mas que em muito precisa ser ampliada. Outro ponto que poderia ser explorado, e pretendemos tratar em trabalho futuro, é como as ações lingüísticas, dentro da sua organização em gêneros discursivos, são responsáveis pela legitimidade social.

Para esse estudo, pretendemos seguir a perspectiva de gênero como ação social desenvolvida pela Escola Norte-Americana, na linha de C. Miller e A. Freedman. A partir dessa teoria, planejamos investigar o papel dos domínios jurídico e jornalístico na legitimação das ações discursivas. Mesmo que por estratégias e valores diferenciados, esses dois domínios têm a característica comum de normatização social, assim como partilham o conceito representacionista da linguagem, fundamentados em uma idéia de neutralidade lingüística. Os equívocos gerados por essas concepções ajudam a sustentar o

não questionamento dos poderes jurídico e midiático, que se mantém atrás da máscara da imparcialidade. Daí o seu forte potencial em legitimar ideologias e controlar o poder.

Para esse estudo futuro, queremos discutir legitimação sob uma perspectiva diferenciada, tomando-a basicamente como um ato social de aceitabilidade atribuída a atores e grupos sociais, promovida lingüisticamente através de tipos relativamente estáveis de enunciados, construída por domínios discursivos ligados às instituições de poder.

A partir das considerações de Van Dijk (1997d), defendemos que a legitimação não é apenas um ato ilocucionário, definido nos termos e condições convencionalmente apropriados (eleições, leis, etc.), mas envolve uma complexa relação discursiva, e que deve ser analisada sob as perspectivas pragmática, retórica, semântica, esquemática (cognitiva) e sócio-interacional. Isso quer dizer tomar os processos de legitimação como resultantes de práticas sociais, que envolvem não apenas atos de fala, mas ações retóricas constituídas em (e constituindo) contextos sócio-históricos. Além dos estudos de Van Dijk, tomaremos também como base a teoria de Habermas sobre legitimação e ação discursiva.

Ao discutir a legitimação como um processo de construção sócio-discursivo, abrimos mais possibilidades para aprofundar a teoria do acesso, já que é a partir do controle dos discursos que circulam nos domínios de maior prestígio social (o jornalístico, por exemplo), que as instituições de poder ditam valores, ideologias e crenças em sociedade. E, a partir desse processo, geram preconceitos e estereótipos, deslegitimando grupos que estão em situação de exclusão social e, conseqüentemente, discursiva.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- Antunes, M. I. 1996. **Aspectos da Coesão do Texto. Uma Análise dos Editoriais Jornalísticos.** Recife, Ed. Universitária da UFPE.
- Bakhtin, M. 2002. **Questões de Literatura e de Estética. A Teoria do Romance.** 5 ed. São Paulo, Hucitec/Anna Blume.
- \_\_\_\_\_. 2000 [1979]. **Estética da Criação Verbal.** 3 ed. São Paulo, Martins Fontes.
- Bakhtin, M./ Volochínov, V.N. 2002 [1979]. **Marxismo e Filosofia da Linguagem.** 10 ed. São Paulo, Hucitec/Anna Blume.
- Bronckart, Jean-Paul.1999. **Atividade de Linguagem, Textos e Discursos: Por um interacionismo sócio-discursivo.** São Paulo, Educ.
- Condor, S.; Antaki, C. 2000. Cognición social y Discurso. In: Van Dijk, T. (org.). **El Discurso como Estructura y Proceso.** Barcelona, Gedisa Editorial, p.453 a 490.
- Cunha, D. A. C. 2002. O Funcionamento Dialógico em Notícias e Artigos de Opinião. In: Dionísio, A, P.; Machado, A, R. e Bezerra M.A. (orgs.) **Gêneros Textuais e Ensino.** Rio de Janeiro, Lucerna, p. 166 a 179.
- \_\_\_\_\_. 2001. Atividades sobre os Usos ou Exercícios Gramaticais? Uma Análise do Discurso Reportado. In: Dionísio, A. P. e Bezerra, M. A (orgs) **O Livro Didático de Português: múltiplos olhares.** Rio de Janeiro, Lucerna, p. 102 a 112.
- \_\_\_\_\_. 1997. Bakhtin e a Lingüística Atual: Interlocuções. In: Brait, B. (org.). **Bakhtin, Dialogismo e Construção do Sentido.** Campinas, São Paulo, Editora da Unicamp, p. 303 a 310.
- Fairclough, Norman. 2001. **Discurso e Mudança Social.** Brasília, Editora da UnB.
- \_\_\_\_\_. 1997. Discurso, Mudança e Hegemonia. In Emília Ribeiro Pedro, (org.) **Análise Crítica do Discurso. Uma perspectiva Sociopolítica e Funcional.** Lisboa, Caminho, p.p 77-103
- \_\_\_\_\_. 1989. **Language and Power.** London, Longman.
- Freedman, Aviva; Medway, Peter (eds.) 1994. **Genre and the New Rhetoric.** London, Taylor & Fracis.
- Gomes, Isaltina Maria de Azevedo Mello. 1995. Dos Laboratórios aos Jornais. Um Estudo sobre Jornalismo Científico. Recife, Dissertação de Mestrado, UFPE.
- Koch, I.G.V. 2002. **Desvendando os Segredos do Texto.** São Paulo, Cortez.
- Koch, I. G. V. & Marcuschi, L. A. (1998). Processos de Referenciação da Produção Discursiva. *D.E.L.T.A.*, 14: pp. 169-190. Número Especial.
- Lowy, Michel. 2002. **Ideologias e Ciência Social.** São Paulo, Cortez.
- Maingueneau, Dominique. 2001. **Análise de Textos de Comunicação.** São Paulo, Cortez.

Marcuschi, Luiz Antônio. 2002a. Associação Lexical, Organização Tópica e Gêneros Textuais no Discurso Oral e Escrito. Apresentado no IV Encontro Nacional de Língua Falada e Escrita.

\_\_\_\_\_. 2002b. Notas de sala de aula. Curso de Gêneros Textuais, ministrado no primeiro semestre de 2002, oferecido pelo Departamento de Pós-Graduação em Letras da UFPE.

\_\_\_\_\_. 1995. Citação de Fala na Interação Verbal como Fala Idealizada. Apresentado no I Colóquio Latino Americano de Estudos do Discurso.

\_\_\_\_\_. 1991. A Ação dos Verbos Introdutórios de Opinião. **Revista Brasileira de Comunicação** 64:74 – 92.

\_\_\_\_\_. 1986. O Texto no Ensino de Língua: sugestões teóricas e práticas.

Melo, Cristina Teixeira Vieira de. 1999. Cartas à Redação, uma abordagem discursiva. São Paulo, Tese de Doutorado. Instituto de Linguagem, Unicamp.

Miller, C. 1994. Rhetorical Community: The Cultural Basis of Genre. In: Freedman, A. & Medway, P. **Genre and the New Rhetoric**. London, Taylor & Francis, pp. 67-78.

Mondana, Lorenza. 1997. A Entrevista como Acontecimento Interacional. Abordagem Lingüística e Conversacional. **RUA: Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade da Unicamp** 3:59-86.

Pedro, Emília Ribeiro. 1997. O Discurso dos e nos *Media*. In **Análise Crítica do Discurso. Uma perspectiva Sociopolítica e Funcional**. Lisboa, Caminho, p.p 293 – 312.

Toolan, Michael J. 1989. **Narrative. A Critical Linguistic Introduction**. London and New York, Routledge.

Van Dijk, Teun A. 1998. Opinions and Ideologies in the Press. In: Bell, A.; Garrett, P. (Ed.) **Approaches to Media Discourse**. Oxford, Blackwell, p.p 21 a 63.

\_\_\_\_\_. 1997a. **Racismo y Análisis Crítico de los Medios**. Barcelona, Paidós.

\_\_\_\_\_. 1997b. Discourse as Interaction in Society. In T. A Van Dijk (Ed). **Discourse as Social Interaction**. London. Sage, p.p 1-37

\_\_\_\_\_. 1997c. Semântica do Discurso e Ideologia. In Emília Ribeiro Pedro, (org.) **Análise Crítica do Discurso. Uma Perspectiva Sociopolítica e Funcional**. Lisboa, Caminho, p.p 105 – 168.

\_\_\_\_\_. 1997d. Legitimizing the Expulsion of “Illegal” Migrants in Spanish Parliamentary Discourse. **Discourse & Society** 8(4).

\_\_\_\_\_. 1994. **Discurso, Poder y Cognición Social**. Cali, Editorial Facultad de Humanidades.

\_\_\_\_\_. 1992. **Cognição, Discurso e Interação**. São Paulo, Contexto.

\_\_\_\_\_. 1991. Discourse, Power and Access. In Carmem Rosa Caldas-Coulthard e Malcom Coulthard (Eds.) **Texts and Practices. Readings in Critical Discourse Analysis**. London and New York, Routledge, p.p 85 - 104.

\_\_\_\_\_. 1985. Structures of News in Press. *In* T.A Van Dijk (Ed.) **Discourse and Communication: News approaches to the analysis of mass media discourse and communication**. Berlin, De Gruyter, p.p 69-93.

\_\_\_\_\_. 1986. **When Majorities Talk About Minorities**. *In* Margarete L. Mc Laughlin (Ed.) **Communication Yearbook 9**. Beverly Hills, CA, Sage, p.p 57– 81.

\_\_\_\_\_. 1988. Discourse and Power. *In* James Anderson (Ed.) **Communication Yearbook**. Beverly Hills, CA, Sage, p.p 1 – 65.

Van Leeuwen, Theo. 1997. A Representação dos Atores Sociais. *In* Emília Ribeiro Pedro, (org.) **Análise Crítica do Discurso. Uma Perspectiva Sociopolítica e Funcional**. Lisboa, Caminho, p.p 169 – 222.

Voese, Ingo. 1996. **O Movimento dos Sem Terra na Imprensa: um exercício de análise do discurso**. Rio Grande do Sul, Editora UNIJUÍ.

## **ANEXO**

### **Descrição do corpus:**

#### *Novembro/99*

Dias: 11, 12, 13, 17, 18, 20, 22, 23, 25, 27 (uma notícia por dia).

#### *Dezembro/99*

Dias: 01 (notícia), 02 (notícia e entrevista ping-pong), 05 (duas notas de opinião), 11, 12, 13, 14, 16 (uma notícia por dia), 17 (nota de opinião), 21 (notícia), 24 (notícias agressão à jornalista e retirada), 25 (duas notas, notícias agressão à jornalista e retirada), 27 (notícia e nota), 28 (notícia e nota), 29 (notícia).

#### *Janeiro/2000*

Dias: 05 (notícia), 07 (notícia), 14 (nota), 15 (duas notícias), 16 (notícia), 17 (notícia), 18 (duas notícias), 23 (artigo de opinião), 28 (duas notícias), 30 (notícia).

#### *Fevereiro/2000*

Dias: 01 (duas notícias), 08, 12, 15, 16, 17 (uma notícia por dia), 23 (artigo de opinião), 24 (notícia), 25 (notícia), 29 (artigo de opinião).

### **Descrição de Ocorrências por Gêneros Textuais:**

1 entrevista ping-pong  
3 artigos de opinião  
8 notas  
44 notícias

### **Total de Edições Analisadas:**

44 edições

## **PARALISAÇÃO**

### **Sem-teto invadem prédio no Recife**

*A segunda maior passeata realizada este ano, no Recife, pela Central Única dos Trabalhadores contra o Governo Federal culminou com um fato inédito: a invasão de um prédio público por famílias sem-teto. No final da tarde de ontem, homens armados de foices e pés-de-cabra quebraram as correntes da porta do Edifício Edvaldo dos Santos Reinaldo, na Avenida Guararapes, no Centro, e ocuparam os seis andares que estavam vazios. Instalados no prédio, de propriedade do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), quebraram vidros e atiraram pelas janelas papéis do Ministério da Previdência Social. A superintendência do INSS fala hoje sobre o assunto. Como o prédio ocupado é federal, somente a Justiça Federal pode determinar sua desocupação. O Dia Nacional de Paralisação e Protesto contra o Desemprego e o Governo FHC fechou escolas estaduais e emergências da RMR. Trabalhadores sem-terra também participaram das manifestações. Eles bloquearam a BR-101, no Recife, e a Ponte Presidente Dutra, em Petrolina, provocando engarrafamentos. Na sede do Incra, agricultores impediram o acesso dos servidores.*

Pela primeira vez, no Recife, um prédio público foi ocupado por famílias sem-teto em protesto pela falta de moradia. Os invasores, em torno de cem, participavam do Dia Nacional de Paralisação contra o Desemprego e o Governo FHC, quando arrombaram a porta de um edifício do INSS, na Avenida Guararapes, e se espalharam pelos seis andares. A manifestação, organizada pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), reuniu cerca de oito mil pessoas, segundo a entidade, e quatro mil, de acordo com a Polícia Militar. A CUT previa dez mil participantes.

A multidão se concentrou na frente da Celpe e de lá saiu em passeata pelo centro da cidade. "A adesão da população mostra o grau de insatisfação com a política de recessão do governo", festejava Jorge Perez, presidente estadual da CUT. Cento e cinquenta policiais militares acompanharam o protesto. Os manifestantes, que gritavam o tempo todo "Fora daqui FHC e o FMI", agitavam bandeiras vermelhas e balões coloridos. Bonecos gigantes também foram levados pelos participantes.

A passeata chegou na Avenida Guararapes às 17h, depois de uma parada na Ponte Duarte Coelho para a execução da música 'Para não dizer que não falei das flores', hino de manifestações de protesto. A ocupação do edifício ocorreu em seguida, quando o reverendo Marcos Cosmo, da Igreja Anglicana, discursava no carro de som estacionado. "Os governos Federal e Estadual não têm uma política de habitação para a população. Por isso, o povo do Recife tem que ocupar prédios públicos e terrenos vazios", dizia. As palavras funcionaram como senha para a invasão.

Dentro do prédio, os sem-teto quebraram janelas de vidro e jogaram fora papéis da Previdência Social. "Estou disposto a ficar aqui o tempo que for preciso. Não tenho onde morar", dizia Jean Carlos Costa dos Lírios, desempregado, um filho e residindo com a mãe, no Iburá. À noite, os invasores já haviam varrido as salas ocupadas e arrumado colchões para dormir.

## HABITAÇÃO

### **Sem-teto ameaçam invadir 22 prédios**

Um dia após terem comandado a ocupação de um prédio com seis andares, pertencente ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), na Avenida Guararapes, os líderes do Movimento Urbano dos Trabalhadores Sem-Teto (Must) mandaram um recado para os governos Federal, Estadual e Municipal: em breve, as 700 famílias cadastradas pelo Must vão invadir mais 22 prédios públicos e privados que encontram-se desocupados em Pernambuco. Os coordenadores da invasão edifício do INSS informaram que a ordem agora é seguir os exemplos de São Paulo (nove prédios ocupados), Sergipe (5) e Rio de Janeiro (4).

Os números do déficit habitacional em Pernambuco e a falta de uma política voltada para atender os mutuários que ganham menos de três salários mínimos são os principais argumentos dos líderes do Must para invadir outros edifícios. Segundo eles, o Recife conta hoje com cerca de 600 favelas, nas quais mais de 40% da população da Capital `vive' em condições desumanas. Em todo o estado, o déficit seria de 330 mil novas moradias. "Fernando Henrique Cardoso não tem interesse em desenvolver projetos habitacionais. Jarbas Vasconcelos extinguiu a Cohab e Roberto Magalhães expulsou quem morava em baixo de viaduto. Existe uma sintonia maligna nas três esferas de poder", disse o reverendo da Igreja Anglicana, Marcos Cosmo.

Por motivos óbvios, o Must não quis adiantar a lista de prédios na mira dos sem-teto, mas os coordenadores deixaram escapar a intenção de ocupar imóveis inacabados da falida Construtora Encol e apartamentos da Caixa Econômica Federal. "Temos um levantamento completo das áreas ociosas. Nosso objetivo é forçar o governo a oferecer condições de a população ter acesso a moradias dignas", disse um dos coordenadores da Central de Movimentos Populares, Onildo Romão.

O diretor do Must, Carlos Pantaleão, explicou que a escolha do Edifício Edvaldo dos Santos Reinaldo para ser o primeiro prédio ocupado pelos sem-teto em Pernambuco foi decidida pelo Fórum Por Trabalho Cidadania e Soberania, há um mês. Além de estar desocupado, o prédio é público e teria sido colocado à venda pelo Governo Federal. "Nós resolvemos que o protesto programado pelas centrais sindicais deveriam ter uma nova conotação, um fato inédito. Então decidimos que o prédio seria ocupado", afirmou Carlos Pantaleão.

## OCUPAÇÃO

### **Sem-teto continuam no prédio invadido**

A Justiça Federal não se pronunciou ainda sobre o pedido de reintegração de posse solicitado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), possibilitando aos sem-teto continuar no prédio que invadiram, na última quarta-feira, na Avenida Guararapes. Ontem, foi mais um dia de limpeza nos seis andares do edifício, de preparação de comida e de cadastramento de famílias, que já chegam a 250. Cem delas ocuparam o imóvel durante passeata da Central Única dos Trabalhadores (CUT) contra o desemprego e o Governo Fernando Henrique Cardoso.

Quando a ordem de despejo chegar, todos vão resistir. O aviso é do reverendo Marcos Cosmos, da Igreja Anglicana, uma das entidades do Fórum Estadual por Terra, Trabalho, Cidadania e Soberania, que programou a invasão. Ele acredita que o despejo só pode ser concretizado se os ocupantes do prédio assinarem a ordem da Justiça. "E se o Governo Federal usar a força para retirar as famílias, vai ter que se explicar depois", advertiu.

A sem-teto Maria Betânia, 22 anos, que saiu do Iburá para o edifício do INSS, deu à luz seu segundo filho na noite de anteontem. Ela e o bebê estão no Instituto Materno Infantil de Pernambuco (Imip). As 250 famílias vêm contando com a solidariedade de sindicatos, partidos políticos, CUT e populares para se alimentar, segundo Maurício Santana, do Movimento Unificado Sem-Teto (Must).

Na sobreloja do prédio funciona a cozinha. Marinalva Lima da Silva, que morava com quatro filhos na casa da avó, na Mangueira, em Casa Amarela, é uma das cozinheiras. Ela soube pela televisão da invasão e

decidiu juntar-se aos sem-teto. Já Claudete Maria da Silva, que reside na Cidade Tabajara, em Olinda, numa área ocupada pelo Must, há quatro meses, está no prédio dando apoio às famílias. "Vou preparar uma sopa de carne para o jantar. Tenho que começar cedo pra poder ficar pronta de noite", disse.

Jornal do Commercio  
Recife - 17.11.99  
Quarta-feira

## INVASÃO

### Juiz nega reintegração de posse de prédio

O Juiz Roberto Wanderley, da 1ª Vara da Justiça Federal de Pernambuco, negou o pedido de reintegração de posse encaminhado pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) e extinguiu o processo. Com isso, as mais de 200 famílias que ocuparam há exatamente uma semana o Edifício Edvaldo dos Santos Reinaldo (de propriedade do instituto), na Avenida Guararapes, deverão permanecer no local. Ontem, a ocupação teve um reforço de aproximadamente vinte famílias, onze delas expulsas do prédio nº157, da Rua da Alegria, próximo ao Pátio de Santa Cruz, na Boa Vista.

Segundo a sentença do juiz, o INSS não é parte legítima para solicitar a reintegração, uma vez que o imóvel está alugado a outra pessoa. A decisão do juiz derruba liminar que teria sido concedida, no final de semana, pelo Tribunal Regional Federal (TRF), em favor do instituto.

Para marcar o oitavo dia de permanência no prédio da Avenida Guararapes, os sem-teto programaram duas atividades para hoje. A primeira será às 9h: um culto ecumênico, no primeiro andar do edifício, com a presença de membros das igrejas Metodista, Anglicana, Católica, Presbiteriana e Assembléia de Deus. Às 14h sairá a caminhada dos 'Sem-Tetinho', "para mostrar o descaso dos governos federal, estadual e municipal quanto à habitação", informa o reverendo Marcos Cosmo, da Igreja Anglicana e integrante do Fórum que dá apoio aos sem-teto.

Cerca de 300 famílias que não têm onde morar já se cadastraram para ocupar outros imóveis públicos sem uso. O Fórum Estadual Por Terra, Trabalho, Cidadania, Soberania e Solidariedade, que programou a ocupação, diz que há uma lista de 22 prédios que poderão ser ocupados nos próximos dias.

As onze famílias que foram expulsas de um imóvel particular localizado na Rua da Alegria, na Boa Vista, chegaram ao prédio da Guararapes com poucos objetos. "Morávamos lá há um ano, eu, minha mulher e minha filha. Não temos para onde ir. Sou camelô", disse Gilberto Oliveira. Ele agora divide, com outros, o sexto andar do edifício do INSS. Foram para lá também que se dirigiram o arrumador Luiz Ferreira da Silva, a mulher e duas filhas. Ele conta que está desempregado e morava de favor na casa dos pais. No prédio do INSS, a comida é preparada de forma coletiva. Os sem-teto estão recebendo doação de alimentos.

**ZONA NORTE** - Em Igarassu há duas novas ocupações em terrenos pertencentes ao governo municipal. Uma no Loteamento Cortegada, onde estão 210 famílias, e outra no Sítio Pitanga, com outras 120 famílias. Segundo Haroldo Bezerra, coordenador dos sem-teto, a prefeitura não tem interesse em pedir a reintegração da posse de terra. As dificuldades estariam sendo criadas pelos vereadores. Hoje deve acontecer uma reunião no local.

Jornal do Commercio  
Recife - 18.11.99  
Quinta-feira

## INVASÃO

### INSS nega aluguel de prédio invadido

Um dia após o juiz Roberto Wanderley, da 1ª Vara da Justiça Federal, ter negado a reintegração de posse ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) do edifício ocupado pelos sem-teto na Avenida Guararapes, a superintendência do órgão no Recife desmentiu o argumento que baseou a decisão. A determinação da Justiça foi fundamentada no fato de o prédio estar alugado, o que impossibilitaria o INSS de reivindicar a posse do imóvel. De acordo com a superintendência, o prédio nunca foi alugado. Durante toda a tarde de ontem, a procuradoria do INSS esteve reunida analisando a possibilidade de recorrer à Justiça para reverter a decisão.

De acordo com a sentença do juiz Roberto Wanderley, o imóvel está alugado a "Nicomemus Teles de Pontes", único que teria o direito de solicitar a reintegração de posse, segundo o entendimento da Justiça.

Normas do direito civil indicam que a posse direta do imóvel passa do proprietário para o locatário quando o prédio é alugado.

A superintendente do INSS em Pernambuco, Ielma Lucena Cavalcanti, disse desconhecer o locatário citado na sentença do juiz. "Não sei de quem se trata. O imóvel não se encontra locado, nem nunca foi alugado anteriormente", afirmou. Ielma acrescentou que o instituto vai continuar procurando medidas legais para obter a reintegração do prédio ocupado pelos sem-teto. "A instituição tem que zelar pela sua propriedade e a nossa procuradoria já está discutindo qual será a nossa próxima ação", afirmou Ielma. De acordo com ela, uma parte do edifício havia sido cedida à Prefeitura do Recife e outra à empresa de informática Dataprev, perfazendo um total de 1.750 metros quadrados da área total.

Na opinião do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) em Pernambuco, Aluísio José de Vasconcelos, a decisão do juiz Roberto Wanderley é tecnicamente correta, já que o aluguel do imóvel inviabiliza o pedido de reintegração de posse. O advogado afirmou que a invasão de prédios desocupados por movimentos como o dos sem-teto é um alerta para que o Governo Federal passe a dedicar maior atenção à questão habitacional no país.

Para alguns representantes do setor imobiliário, a ocupação no prédio na Avenida Guararapes tem interesses comerciais de curto prazo, como a possibilidade de aluguel do prédio para camarotes no Carnaval. Tal característica serviria como estímulo para o INSS tentar agilizar ao máximo o processo de reintegração de posse do edifício.

**ALEGRIA** - Já os proprietários do edifício 157 da Rua da Alegria, na Boa Vista, conseguiram reintegração de posse do prédio ocupado por 50 pessoas, na última terça-feira. Os então ocupantes tiveram de sair do imóvel e se juntaram aos sem-teto que estão no prédio do INSS na Guararapes.

Jornal do Commercio  
Recife - 20.11.99  
Sábado

## DESPEJO

### **Sem teto resistem à decisão de juiz federal e permanecem no prédio**

As 250 famílias sem-teto que há dez dias ocupam um prédio do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), na Avenida Guararapes, conseguiram ontem mais uma vitória. A resistência delas impediu que fossem despejadas pela Justiça Federal, que concedeu, por volta das 17h, a reintegração de posse do imóvel ao INSS. Três oficiais de Justiça, apoiados por 60 policiais militares e 15 policiais federais, foram ao local, mas não conseguiram fazer cumprir a determinação do juiz Ubaldo Ataíde Cavalcante, presidente da 1ª turma do Tribunal Regional Federal (TRF).

A resistência dos sem-teto, que gritavam "resistir e ocupar", forçou uma negociação entre uma comissão de deputados do PT, o diretor do TRF, Marcelo Leandro, e o tenente-coronel Cláudio, que comandava a operação policial. Às 19h ficou decidido que a ação de reintegração de posse seria suspensa até segunda-feira. Contribuiu para isso o clima de tensão no local e o horário avançado para a invasão do prédio (a iluminação é precária), que poderiam colocar em risco a vida das pessoas, dentre elas mais de cem crianças.

A ação cautelar de reintegração de posse foi questionada desde o início pela advogada Maria José do Amaral, do Movimento Urbano dos Trabalhadores Sem-Teto (Must). Segundo ela, o juiz Ubaldo Cavalcante concedeu a reintegração com base numa ação extinta. "O juiz Geraldo Apoliano havia concedido liminar para reintegrar o INSS na posse do prédio. Acontece que o juiz Roberto Wanderley Nogueira, da 1ª Vara, extinguiu a ação do INSS porque o órgão alugou o prédio a um particular sem licitação, sem observar a lei. Diante disso, o INSS teria que entrar com uma nova ação e não tentar fazer cumprir uma ação que se acabou", disse.

A primeira vitória dos sem-teto no episódio da invasão foi exatamente a decisão do juiz Roberto Wanderley, há cinco dias, de negar o pedido de reintegração de posse do INSS. Mas o argumento da advogada do Must foi rebatido pelo presidente da Comissão de Licitação de Imóveis do INSS, Carlos Alberto Cordeiro Nunes. Ele garantiu que o órgão havia entrado com uma nova medida cautelar no TRF solicitando a posse do imóvel e que ontem o juiz Ubaldo Cavalcante havia concedido a reintegração.

## OCUPAÇÕES

II

### **Sem-teto recorrem a mandado no TRF**

Os sem-teto que há 12 dias ocupam o Edifício Edvaldo dos Santos Reinaldo, na Avenida Guararapes, deram entrada em um mandado de segurança no Tribunal Regional Federal, sábado, para impedir a execução da ação de reintegração de posse do imóvel ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), prevista para hoje. O pedido está sendo analisado pelo juiz de plantão do tribunal e a resposta deve sair hoje.

Enquanto aguardam a resolução, os sem-teto participam de uma celebração ecumênica, que tem início 6h e será realizada na calçada em frente ao prédio. O ato terá cerca de uma hora e meia de duração e contará com padres, pastores e missionárias de diversas igrejas cristãs. "Depois ficaremos na expectativa", diz o reverendo da Igreja Anglicana, Marcos Cosmo.

Segundo ele, as 250 famílias que estão residindo no prédio resistirão à desocupação. "A situação é delicada. De um lado estará a Polícia Militar e do outro a comunidade, consciente que a reintegração de posse é uma atitude imoral. O imóvel é do povo", declara o reverendo. Ele disse que nenhuma das pessoas abandonou o edifício.

"O clima é tenso desde a sexta-feira, dentro do prédio tem 100 crianças de zero a cinco anos de idade, 40 grávidas, além de idosos e pessoas doentes", alerta. Marcos Cosmo pretende marcar uma reunião com o governador Jarbas Vasconcelos e com o prefeito do Recife, Roberto Magalhães, para discutir o assunto. "Eles precisam intervir no processo e apresentar uma saída".

Marcos Cosmo salienta que a responsabilidade pela política habitacional no Estado é do poder público. "Esse encontro deve acontecer amanhã ou quarta-feira. Não queremos falar com assessores, nem aceitaremos soluções que não sejam a curto prazo", sublinha. Para o reverendo, o pedido de reintegração de posse é ilegal e o INSS não poderia ter recorrido do tribunal.

"Como o juiz da 1ª Vara da Justiça Federal Roberto Wanderley Nogueira extinguiu o processo, o assunto ainda deve ser tratado na primeira instância da Justiça e não na segunda", argumenta. O sem-teto querem que o INSS explique o motivo de ter alugado um imóvel público para uma pessoa física, sem abertura de licitação. "O que é público é do povo, não sairemos de jeito nenhum", reforça Marcos Cosmo.

Mais 500 famílias estão na lista de espera para ocupação de 22 outros prédios públicos. O Fórum por Terra, Trabalho, Cidadania e Solidariedade, que comanda a ocupação, é formado pela CUT, MST, CPT, Movimento Evangélico Progressista, partidos políticos e movimentos populares e estudantis.

## HABITAÇÃO

### **Mais um dia de tensão para os sem-teto da Guararapes**

Mais um dia de tensão viveram ontem as 250 famílias sem-teto que desde o dia 10 ocupam um prédio do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) na Avenida Guararapes. Esperaram até o final da tarde por uma decisão favorável do Tribunal Regional Federal (TRF), mas somente hoje será julgado o mandado de segurança que deram entrada para impedir o despejo. Na sexta-feira, o TRF concedeu ao INSS a reintegração de posse do imóvel, que não foi concretizada porque os sem-teto resistiram.

No começo da noite, os procuradores da República Paulo Fontes e Márcio Torres visitaram o prédio. Eles foram conhecer a situação do edifício e das pessoas que o ocupam (tem mais de cem crianças e mais de 40 mulheres grávidas) e avaliar o risco de uma possível intervenção policial no local, em caso de despejo. Os dois se comprometeram a interceder para que haja um encontro de integrantes do Movimento Urbano dos Trabalhadores Sem-Teto (Must) com o Governo do Estado e Prefeitura do Recife. As 250 famílias querem um lugar para morar.

Pela manhã, representantes de cinco igrejas cristãs realizaram um ato ecumênico em apoio aos sem-teto, na frente do edifício ocupado. Os religiosos pediram à Justiça e aos governantes sensibilidade para o drama das famílias e agradeceram o apoio que o grupo tem recebido da opinião pública.

**ORAÇÃO E PROTESTO** - Na cerimônia, que durou uma hora, estavam celebrantes das Igrejas Anglicana, Católica, Presbiteriana, Batista e Assembléia de Deus. Durante o ato, os sem-teto ouviram mensagens bíblicas e cantaram hinos religiosos. No encerramento, deram-se as mãos e cantaram "Daqui não saio, daqui ninguém me tira".

O reverendo Marcos Cosmo, da Igreja Anglicana, que está ao lado dos sem-teto desde o dia da invasão, disse que "cada Igreja tem a sua doutrina, mas que todas estão preocupadas em acabar com as injustiças sociais". O padre Manuel Miranda completou: "A Igreja existe não só para observar o lado espiritual, como também para analisar o cotidiano e lutar para que as pessoas tenham uma vida melhor".

A população prestigiou o encontro e aprovou a iniciativa. O operador de máquinas Gabriel Luiz de Araújo vibrou ao ver o trabalho dos religiosos. "É importante uma palavra de conforto para um povo tão sofrido. Além do mais, eles têm direito, pois o prédio estava abandonado e foi pago com o dinheiro do povo", dispara.

Jornal do Commercio  
Recife - 25.11.99  
Quinta-feira

### HABITAÇÃO

#### **Sem-teto vão ao STJ para evitar despejo**

O Movimento Urbano dos Trabalhadores Sem-Teto (Must), que há 16 dias promoveu a invasão do prédio do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), na Avenida Guararapes, vai recorrer da decisão do juiz Napoleão Maia Filho, do Tribunal Regional Federal (TRF). O anúncio foi feito ontem pelo advogado Bernardo Weinstein, que defende as 250 famílias. O juiz indeferiu o mandado de segurança impetrado pelos sem-teto na tentativa de continuar no edifício.

Segundo o advogado, além de recorrer junto ao TRF, o Must pretende apelar ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) para garantir a permanência dos sem-teto no imóvel.

Com o indeferimento do mandado de segurança, continua válido o despejo das famílias, determinado no último dia 19 pelo juiz Ubaldo Ataíde Cavalcante, presidente da primeira turma do TRF. Ele concedeu a reintegração de posse do prédio ao INSS, mas a retirada das famílias não se concretizou porque houve resistência.

**ATO ECUMÊNICO** - Na manhã de ontem, foi realizado mais um ato ecumênico na frente do prédio. Representantes das igrejas Católica, Anglicana, Presbiteriana, Batista, Metodista e Assembléia de Deus celebraram a resistência dos sem-teto e cobraram dos governantes moradia digna para todos. Participaram ainda da cerimônia religiosa integrantes do Movimento de Trabalhadores Cristãos (MTC), das Comunidades Eclesiais de Base (CEB) e de entidades do movimento negro.

**VISITA** - À tarde, quatro oficiais da primeira instância da Justiça Federal estiveram no Edifício Edvaldo dos Santos Reinaldo para citar os advogados do Must e os ocupantes do imóvel. Todos foram convocados a comparecer a uma audiência na próxima terça-feira na 1ª Vara da Justiça Federal, no Jiquiá. Eles serão ouvidos pelo juiz Roberto Wanderley Nogueira, que quer dar ciência de todos os termos da ação que corre na Justiça.

Na calçada do prédio invadido está sendo feito o cadastramento de famílias para novas ocupações comandadas pelo Must.

Jornal do Commercio  
Recife - 27.11.99  
Sábado

### HABITAÇÃO

#### **Justiça Federal decidirá sobre sem-teto**

O Tribunal Regional Federal (TRF), que há nove dias determinou a retirada dos sem-teto de um prédio do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), na Avenida Guararapes, não vai mais se envolver no assunto. Qualquer decisão será tomada pela Justiça Federal da 1ª instância, informou a advogada Maria José do Amaral, do Movimento dos Trabalhadores Urbanos Sem-Teto (Must). Segundo ela, a garantia foi dada pelo juiz do TRF Napoleão Maia, com que esteve reunida ontem à tarde.

"Ele disse que tudo sobre a ocupação das 250 famílias será resolvido pelo juiz federal Roberto Wanderley Nogueira, da 1ª Vara", contou a advogada. Foi esse juiz quem extinguiu a ação de reintegração de posse patrocinada pelo INSS, alegando que o órgão alugou o imóvel a um particular sem licitação e por isso não é parte legítima para solicitar sua posse. Depois disso, o INSS entrou com uma ação cautelar no TRF solicitando o despejo das 250 famílias e foi atendido. A retirada não se concretizou porque os invasores resistiram.

Para a advogada Maria José do Amaral, o TRF, ao se afastar do caso dos sem-teto, reconheceu, mesmo tardiamente, que a Justiça Federal é quem tem competência para resolver o assunto. "Com isso ficou caracterizada a irregularidade da reintegração de posse determinada pelo TRF", comentou.

Dois peritos da Justiça Federal estiveram, ontem, no edifício avaliando suas instalações. Na próxima terça-feira, os sem-teto têm audiência na Justiça Federal.

Jornal do  
Comercio  
Recife - 01.12.99  
Terça-feira

#### **Rodovalho vai abrigar famílias sem-teto**

AS 250 famílias sem-teto que desde o dia 10 de novembro ocupam um prédio do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), na Avenida Guararapes, centro do Recife, vão passar o Natal e o Ano Novo no local. Somente no dia 26 de janeiro do ano 2000 elas sairão pacificamente, conforme ficou acertado ontem em audiência na Justiça Federal. Os sem-teto vão deixar o Edifício Edvaldo dos Santos Reinaldo direto para um terreno de dois hectares e meio, em Jaboatão dos Guararapes, cedido pelo prefeito Fernando Rodovalho. Não é a primeira vez que o município oferece abrigo a quem não tem. Em sua gestão, Newton Carneiro, afastado do cargo em fevereiro deste ano, prometeu terra aos mendigos do Recife que estavam sendo retirados dos viadutos.

Até o dia da saída, os sem-teto esperam ter construído 250 casas em regime de mutirão, utilizando material que será adquirido com recursos ainda inexistentes. "Mas vamos conseguir", acredita Maurício Santana, do Movimento dos Trabalhadores Urbanos Sem-Teto, que organizou a invasão do prédio no final de uma passeata contra o Governo Federal, organizada pela Central Única dos Trabalhadores (CUT). A audiência com o juiz Roberto Wanderley Nogueira, da 1ª Vara, começou às 14h e terminou no começo da noite. Compareceram cerca de 50 pessoas, que lotaram o único ônibus que conseguiram alugar.

A advogada Maria José do Amaral, que defende as famílias sem-teto, ficou satisfeita com o resultado da audiência. "O mais importante foi que os sem-teto foram respeitados e tratados como cidadãos. Diferente do dia em que chegou a ordem de despejo, quando quase foram enxotados com a ajuda da polícia, como se fossem animais. Na audiência, todos foram ouvidos, sentaram-se para negociar e chegaram a um consenso", disse. O INSS esteve representado pelo procurador Moreira Reis.

Segundo a advogada do Must, uma comissão transitória (formada por integrantes do movimento, do Ministério Público Federal e da Igreja Anglicana) vai ficar encarregada de confirmar a doação do terreno e de conseguir dinheiro para a construção das casas. De acordo com ela, também ficou acertado que o edifício invadido vai passar por modificações para acomodar melhor as famílias sem-teto. Maria José do Amaral não informou como.

Outra decisão, tomada na audiência, foi a de que o prédio do INSS será lacrado, após a saída dos sem-teto, para que não seja utilizado como camarote durante o desfile do Galo da Madrugada, no sábado de Carnaval.

OAB - A seccional pernambucana Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) quer que o Governo do Estado ajude as 40 grávidas que ocupam o prédio do INSS. A presidente da Comissão da Mulher Advogada da OAB, Almira Nunes, já pediu à Cruzada de Ação Social a doação de enxovais.

Jornal do Commercio  
Recife - 02.12.99  
Quinta-feira

### **Jaboatão só garante terreno para sem-teto**

A Prefeitura de Jaboatão dos Guararapes iniciou, ontem, o levantamento das áreas públicas ou privadas da cidade que poderão ser destinadas ao assentamento das 250 famílias ligadas ao Movimento Urbano dos Trabalhadores Sem-Teto (Must), que ocupam um prédio do INSS, na Avenida Guararapes, Centro do Recife, desde o dia 10 de novembro. O secretário de Planejamento, Hugo Philippsen, prometeu indicar o local dentro de 15 dias, mas já avisou que o município se limitará apenas a ceder o terreno. O Must terá que encontrar outro parceiro para adquirir o material de construção das 250 casas. A Justiça Federal determinou que o Must desocupe o prédio da Guararapes até o dia 20 de janeiro de 2000.

Uma das opções que a prefeitura tentará viabilizar é a colocação dos sem-teto no bairro da Muribeca ou em terrenos da Cohab. Ontem, durante a reunião com representantes do Ministério Público Federal e do Must, Hugo Philippsen informou que cada um dos 250 lotes terá 10 X 15 metros. Ele disse que Jaboatão não tem condições de custear os “kits” de construção e sugeriu que os sem-teto entrassem em entendimento com o Governo do Estado. “O prefeito Fernando Rodovalho recomendou empenho para resolver o problema, mas não podemos fazer tudo sozinhos. Esperamos que os governos estadual e federal ajudem essas famílias”.

O coordenador do Must, Erick Soares, comentou que as famílias estão felizes pela conquista do terreno, entretanto, ele adianta que os sem-teto não vão deixar o prédio do INSS sem o material de construção. “Vamos chamar o Governo do Estado para a sua responsabilidade com a habitação. Até agora, Jarbas não se pronunciou”, reclamou.

**CADASTRO** – Na próxima terça-feira, o Must deverá entregar à Prefeitura de Jaboatão um cadastro com os nomes das 250 famílias que estão no prédio do INSS. O objetivo do levantamento é evitar que estranhos se infiltrem entre os sem-teto para ganhar lotes. Outra precaução da prefeitura é com a possível comercialização dos imóveis no futuro. A fim de evitar isto, as famílias beneficiadas deverão assinar um contrato garantindo que não venderão as casas.

Jornal do Commercio  
Recife - 02.12.99  
Quinta-feira

“Must vai continuar invadindo edifícios”

Apesar da conquista de terrenos em Jaboatão, os líderes do Must garantem que as invasões de áreas desocupadas vão continuar. Nesta entrevista, um dos coordenadores do Movimento dos Sem-Terra, o ambulante Erick Soares, diz que ainda faltam casas para 329.750 sem-teto.

Jornal do Commercio – Qual a avaliação que o Must faz da ocupação do prédio do INSS até agora?

Erick Soares – Foi uma grande conquista para nós, fruto do esforço coletivo para garantir moradia digna para todos. Apesar disso, nossa situação ainda não está definida e vamos continuar lutando. Queremos que o Governo do Estado também participe, através da Cohab, que poderá ceder kits de construção.

JC – Vocês estão satisfeitos com o que conseguiram?

Erick Soares – Em parte. Pernambuco tem um déficit de 330 mil moradias. Conseguimos lugar para 250 famílias. Ainda faltam 329.750 residências. Só vamos parar de ocupar os prédios quando todos tiverem um teto próprio. É o mínimo necessário para que alguém possa viver com dignidade.

JC – O que vocês acharam da participação da Prefeitura de Jaboatão no processo de negociação?

Erick Soares – Foi exemplar. Estão nos oferecendo os terrenos, mesmo sem terem nada com a questão. É um primeiro passo, um exemplo para o Recife. Agora, a indefinição quanto ao material de construção é o que ainda nos preocupa. Não podemos ir para qualquer lugar sem a certeza de que teremos o material. Por enquanto, o Governo do Estado e a Prefeitura do Recife se mantêm insensíveis à questão.

JC – Que tipo de colaboração vocês esperam receber do Governo do Estado e da Prefeitura do Recife?

Erick Soares – Achamos que eles podem nos ajudar a adquirir o material de construção. A maioria das pessoas que está no edifício não tem nem como comprar comida. Como vão comprar tijolo, cimento e tintas? Os governos também têm responsabilidade sobre isto.

JC – Vocês já tentaram o diálogo com a Prefeitura do Recife e com o Governo do Estado?

Erick Soares – Sim, mas, infelizmente, a resposta não foi a que esperávamos. Roberto Magalhães nos enviou um fax isentando a prefeitura de qualquer responsabilidade. Com o Governo do Estado ainda temos uma esperança porque conseguimos marcar uma conversa com o presidente da antiga Cohab (Emhape), Marcos Tullius, na próxima terça-feira. Vamos aguardar.

Jornal do Commercio  
Recife - 05.12.99  
Domingo

### **Apoio ao Must**

A OAB-PE se comprometeu a dar apoio jurídico aos líderes do Movimento Urbano dos Trabalhadores Sem-Teto. O presidente da seccional, Aluísio Xavier, não entra no mérito das ações patrocinadas pelo Must, mas acusa o Governo Federal de omissão diante do problema habitacional. Isso é verdade.

### **Grávidas sem-teto**

Entre os ocupantes do prédio do INSS da Avenida Guararapes, há nada menos que 40 mulheres grávidas. A presidente da Comissão da Mulher Advogada da OAB-PE, Almira Nunes, já pediu à Cruzada de Ação Social uma doação de enxovais para as mães dos futuros 'sem-tetinho'.

Jornal do Commercio  
Recife - 11.12.99  
Sábado

### **Sem-teto realizam nova ocupação no estado**

Após um mês da ocupação no prédio do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), o Movimento Urbano dos Trabalhadores Sem-Teto (Must) realizou uma nova investida, na noite da última quinta-feira. Aproximadamente 400 famílias invadiram um terreno de 73 hectares de propriedade da Compesa, localizado no Engenho Maranguape, em Paulista. De acordo com moradores, a área não é utilizada pela empresa há mais de dez anos, e o terreno é alvo constante de marginais, que aproveitam o espaço para desovar cadáveres e consumir drogas. Um outro terreno, em Cruz de Rebouças, começou também a ser ocupado pelos sem-teto, no início da manhã de ontem.

O gerente metropolitano de esgotos da Compesa, Júlio Sérgio Costa, garante que no terreno existe uma estação de tratamento de esgoto. “O terreno é usado para tratar os dejetos dos bairros próximos ao engenho, como Maranguape e Rio Doce. Além disso aproveitamos o local como almoxarifado, para armazenar os tubos e canos da empresa”. A Compesa registrou uma queixa na delegacia de Maranguape, e solicitou ao Comando da Polícia Militar a presença de policiais na área. Na próxima segunda-feira a assessoria jurídica da instituição deverá entrar na Justiça com um pedido de reintegração de posse.

Segundo o reverendo Marcos Cosmo da Silva, integrante da Igreja Episcopal e um dos líderes do movimento, a idéia é colocar 800 famílias no local. “Temos cadastradas 400 famílias, mas o terreno é grande e poderá abrigar mais gente. Aos poucos vamos nos instalando”. O reverendo informou que os advogados do Must já estão providenciando um mandado de manutenção de posse, para que as pessoas não sejam despejadas.

A energia utilizada pelos sem-teto será puxada dos postes que ficam ao redor do terreno. A água também será aproveitada da rua. “Contamos ainda com a ajuda de alguns moradores”, informou Marcos Cosmo. As lonas utilizadas para montar os primeiros barracos foram adquiridas pelos próprios sem-teto, mas o Must precisou comprar mais 50 metros para doar às famílias muito carentes.

**NECESSIDADE**– Grávida de nove meses, a dona de casa Luciene Anísio da Silva, 24 anos, passou a madrugada da quinta para a sexta-feira no terreno, junto com o marido, duas filhas e a cunhada. “Vivo de favor na casa do meu pai. Meu marido está desempregado há três meses, por isso não temos dinheiro para pagar aluguel. Deus permita que tudo dê certo aqui, pois não temos para onde ir”, comentou a dona de casa.

Para Juraci Ramos de Souza a situação também é crítica. Há cinco anos ela toma conta de uma casa que fica vizinha ao terreno ocupado pelos sem-teto. Desde o ano passado, o proprietário pediu que ela saísse do local. Como Juraci não desocupou a casa, o dono entrou na Justiça com uma ordem de despejo. “Estou aperreada. Sou eu e mais cinco pessoas sem ter outro local para viver. Como estou com medo que minha situação piore resolvi logo pegar um lote para depois não ficar sem nada”, disse.

Os moradores vizinhos ao terreno aprovam a ocupação. “Quando anoitece ninguém fica tranqüilo, pois o terreno é muito escuro e vive cheio de marginais. Ainda bem que resolveram invadir”, contou a dona de casa Georgina Maria da Costa, que vive há sete anos no local. O filho dela é um dos que aproveitou para garantir um lote e, mais tarde, construir sua casa. “Ele mora com a esposa e um filho aqui na minha residência e não tem como pagar aluguel. Pelo menos agora vai ter um canto para ele”, explica Georgina.

**COMEMORAÇÃO** – Um ato ecumênico foi realizado na manhã de ontem para marcar os 30 dias da presença dos sem-teto no prédio do INSS. As 250 famílias ocupam os seis andares do edifício.

### **Must luta para levar famílias ao terreno da Compesa**

Construir casas populares no terreno da Compesa, localizado no Engenho Maranguape (Paulista) e que foi ocupado na última quinta-feira. Essa é a proposta que o Movimento Urbano dos Trabalhadores Sem-Teto (Must) pretende encaminhar à Empresa de Melhoramentos Habitacionais de Pernambuco (Emhape). “O espaço é suficiente para atender três a quatro mil famílias, entre elas as 400 que ocuparam a área e as 250 que estão no prédio do INSS, na Avenida Guararapes”, explica o reverendo da Igreja Anglicana, Marcos Cosmo, que dá apoio ao Must.

A Emhape assumiu as atividades da extinta Cohab e, segundo Marcos Cosmo, é proprietária de terrenos que a Prefeitura de Jaboatão dos Guararapes ofereceu às 250 famílias que estão no prédio do INSS. Quanto aos argumentos da Compesa, de que utiliza a área, Cosmo diz que este uso não abrange todo o local. “O que vemos é um descaso com o patrimônio público, pois lá abandonam materiais”, critica, lembrando também que o terreno é usado por marginais, que ali dividem roubo, deixam cadáveres e praticam estupros.

Outra opção estudada pelo Must para as 250 famílias que ocupam o prédio do INSS é a compra do mesmo pela Caixa Econômica Federal e sua transformação num conjunto residencial. “Um engenheiro fará um estudo para que possamos apresentar à CEF e à superintendência do INSS”, diz o reverendo Marcos Cosmo. Segundo ele, representantes do Must, numa reunião em Brasília, ouviram do diretor de Imóveis do Instituto Nacional de Seguro Social a informação de que o órgão pretende vender vários prédios, mas somente à CEF, governos estaduais e municipais.

### **Compesa pede de volta área invadida na RM**

A Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa) entrou ontem na Justiça com uma ação de reintegração de posse do terreno invadido pelo Movimento Urbano dos Trabalhadores Sem-Teto (Must), na última quinta-feira (9), no Engenho Maranguape, em Paulista. O gerente metropolitano de esgotos da Compesa, Júlio Sérgio Costa, disse que na área de 73 hectares funciona uma rede de tratamento que cuida do esgoto de Maranguape e Rio Doce, em Olinda.

Segundo ele, o terreno é usado ainda como almoxarifado pela empresa para armazenar canos e tubos, o que a motivou a prestar queixa na delegacia de Maranguape contra o grupo. No entanto, os sem-teto garantem que a área estava abandonada há vários anos. De acordo com os moradores da região, o terreno servia como ponto de desova de cadáveres e reduto de drogados.

Jornal do Commercio  
Recife - 16.12.99  
Quinta-feira

### **Jaboatão oferece terreno para sem-teto no Centro**

Um terreno em Jaboatão dos Guararapes está sendo oferecido pela prefeitura do município para os sem-teto que ocuparam o prédio do INSS, na Avenida Guararapes. São 250 lotes de 7 por 14 metros, localizados no Eixo de Integração, perto do centro.

A área foi doada por determinação do prefeito, Fernando Rodovalho, a partir de uma solicitação da juiz da 1ª vara da Justiça Federal, Roberto Wanderley Nogueira. Uma comissão do Movimento Urbano dos Trabalhadores Sem-teto (Must) irá visitar o terreno na segunda-feira, às 9h.

Um dos coordenadores do movimento, o reverendo Marcos Cosmo da Silva, adianta que as famílias só deixarão o prédio do INSS quando as casas estiverem prontas. “Os sem-teto não precisam só de chão. Terreno não é casa”, justifica.]

Para ocupar os lotes doados pela Prefeitura de Jaboatão dos Guararapes, os sem-teto estão reivindicando um kit de construção da Empresa de Melhoramentos Habitacionais de Pernambuco (Emhape), a antiga Cohab. Os sem-teto têm até o dia 5 de janeiro para desocupar o prédio, lembra o reverendo.

Jornal do Commercio  
Recife - 17.12.99  
Sexta-feira

### **Sem-teto**

Um grupo de homens, mulheres e crianças se instalou nas calçadas da Rua Sinhá Sobreira, nas Graças. Os moradores da área, evidentemente incomodados com os casebres de papelão, esperam a interferência de alguém. Mas não aparece nenhum representante de ONG, prefeitura e nem mesmo do Movimento dos Sem-Teto (Must).

Jornal do Commercio  
Recife - 21.12.99  
Terça-feira

### **Sem-teto aprovam terreno, mas cobram material de construção**

Líderes do Movimento Urbano dos Trabalhadores Sem Teto (Must) visitaram ontem pela manhã o terreno cedido pela Prefeitura de Jaboatão dos Guararapes às 250 famílias que estão no prédio do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) na Avenida Guararapes. A área, que fica às margens da Estrada da Integração em Prazeres, foi aprovada pelos representantes do movimento. Mesmo com o espaço garantido, eles dizem que só realizam a mudança após conseguir o material de construção das casas.

O terreno tem oito hectares, mas apenas 3,5 serão destinados ao Must. A área foi apresentada pelo secretário de Planejamento de Jaboatão, Hugo Phlippsen. Segundo ele, o espaço é suficiente para abrigar as famílias, pois será dividido em 250 lotes de 7 por 14 metros. Ele lembrou, entretanto, que o terreno só pode ser liberado depois do Must apresentar o cadastro dos beneficiados.

Os sem-teto prometeram para quarta-feira a entrega do documento. “Temos a mão-de-obra e o terreno, mas falta dinheiro para construir as casas e o Governo Estadual terá de nos ajudar. Caso contrário, vamos

permanecer no prédio”, desabafou Erick Soares, um dos coordenadores do Must. A vila vai se chamar Conjunto Residencial 10 de Novembro, em homenagem ao dia da ocupação do prédio do INSS.

Jornal do Commercio  
Recife - 24.12.99  
Sexta-feira

### **Jornalista é agredida por soldado quando tentava proteger criança**

A agressão da Polícia Militar durante a retirada dos sem-teto no terreno pertencente à Compesa não se limitou apenas aos que ocupavam o local. A jornalista Mônica Crisóstomo, do Diário de Pernambuco, foi agredida a cassetete por um dos soldados do Batalhão de Choque, no momento em que tentava proteger uma criança. O governador Jarbas Vasconcelos emitiu nota oficial, no final da tarde de ontem, lamentando o fato. O governador determinou que a Secretaria de Defesa Social abra sindicância para apurar o que aconteceu, identificar e punir os responsáveis.

Logo após a agressão, a jornalista procurou o oficial de justiça Antônio José da Costa para comunicar o ocorrido, mas ouviu, no entanto, piadas e ironias do oficial. Antes de ser socorrida, Mônica – que teve luxação de costela – registrou queixa na Delegacia do Janga e fez exame de corpo de delito, no Instituto de Medicina Legal (IML). Ela deverá prestar depoimento hoje. A advogada do Movimento Urbano dos Sem-Teto (Must), Maria José do Amaral, presenciou a cena e garantiu que poderá identificar o PM responsável pela violência à jornalista.

O Sindicato dos Jornalistas de Pernambuco também emitiu nota oficial sobre o assunto. A entidade colocou o departamento jurídico à disposição da vítima, lamentando o fato de o capitão Limeira, presente na ação, ter declarado “achar pouco” a agressão contra Mônica. O capitão teria dito ainda que a jornalista devia ter “sofrido muito mais”, já que a imprensa “não tem que se meter com movimentos sociais”. O sindicato exige que o Governo do Estado apure o caso e puna os responsáveis pelo fato.

**VIOLÊNCIA** – Além de Mônica Crisóstomo, moradores das casas vizinhas ao terreno e pessoas que passavam pelo trecho na hora da investida também apanharam e tiveram as residências invadidas por policiais armados. Apesar de ter assistido a toda a violência dos soldados, que entraram nas casas sem autorização, o coronel do Batalhão de Choque, Cláudio José da Silva, afirmou que “do ângulo que estava não deu para ver nada”, sem dar maiores explicações sobre a atuação de seus subalternos.

Na residência do gráfico Edenildo Lima dos Santos, detido pela PM durante o conflito, o clima foi de tensão diante dos atos de violência da polícia. “Invadiram a nossa casa atirando e quebrando muitos móveis. Até um carrinho de bebê do meu sobrinho de sete meses foi derrubado pelos policiais”, afirmou Valdir Carvalho dos Santos, irmão de Edenildo.

A dona de casa Evanise Lima dos Santos, também moradora das proximidades, exibiu como prova das agressões à sua família duas balas de revólver calibre 38. Ela guardou os cartuchos e os apresentou na Delegacia do Janga, quando prestava queixa.

Jornal do Commercio  
Recife - 24.12.99  
Sexta-feira

### **Famílias sem-teto resistiram à retirada** por ISABELA BARROS

Violência e tumulto marcaram a retirada de 450 famílias do Movimento Urbano dos Sem-Teto (Must), ontem pela manhã, do terreno pertencente à Compesa, no Engenho Maranguape, em Paulista. Para cumprir a ordem de reintegração de posse, concedida à empresa no último dia 16, a Polícia Militar (PM) contou com pelo menos 250 homens. Iniciada por volta das 11h30, a expulsão foi marcada por agressões desde o primeiro momento, quando uma barreira do Batalhão de Choque foi de encontro às famílias presentes no

local, numa sucessão de pancadaria e tiros para o alto. Apesar da confusão, líderes do Must garantiram que vão reocupar a área nos próximos dias, com a possibilidade de interditar a Rodovia PE-22, no mesmo trecho em que fica o terreno.

Doze trabalhadores do Must ficaram feridos, um dos quais com várias hematomas na cabeça. Seis homens foram detidos e liberados em seguida, sob a acusação de desacato à autoridade e degradação do patrimônio público. Um menor de 12 anos também foi vítima dos PMs. A advogada do movimento, Maria José do Amaral, acusa os soldados de terem torturado e seqüestrado alguns moradores. “Muitas pessoas sumiram durante quase toda a operação, reaparecendo horas depois. Vamos entrar com uma ação contra o Governo do Estado por danos morais e materiais, crime de tortura e seqüestro. Além disso, os moradores tiveram seus bens queimados, o que não é permitido”, informou, revoltada.

O pedreiro Gilson Oliveira, 34 anos, foi um dos que sofreram agressões da polícia. “Estava socorrendo meu padasto quando jogaram bombas (de efeito moral) em cima de mim. Depois que fui atingido, ainda quiseram fazer um corredor para me bater”, denunciou. O kombeiro Ezequias José Olímpio – ferido pelos PMs – ficou apavorado com a operação. Mesmo machucado, ele se recusou a ir para o hospital nos carros da PM, jogando-se no chão até conseguir ser acompanhado pelos advogados do Must.

Sobre os atos de violência de seus subordinados, o coronel do Batalhão de Choque da PM, Cláudio José da Silva, disse que houve necessidade de atuar de forma enérgica no conflito. “Se fosse depender só das negociações a gente não ia conseguir resolver nada. Os trabalhadores também estavam armados com paus e pedras”, alegou o coronel.

ILEGALIDADE – A desocupação do terreno é contestada por Maria José do Amaral. Segundo ela, um recurso de manutenção de posse da área ainda estava tramitando na Justiça e que por isso a retirada não poderia ser feita antes da decisão judicial. Outro ponto de controvérsia está no início da ação. “O juiz de Paulista determinou que se até o meio-dia as negociações não tivessem avançado, a reintegração de posse teria que ser adiada, o que não ocorreu”. O advogado da Compesa, Blasco Emerson, garantiu que o local é utilizado para tratamento de esgoto e armazenamento de material de almoxarifado, o que justificaria a reintegração de posse.

Jornal do  
Commercio  
Recife - 25.12.99  
Sábado

### **Sem-teto 1**

O secretário José Arlindo Soares (Desenvolvimento Social) tenta amenizar os desdobramentos da pancadaria promovida pela PM, anteontem, em área da Compesa invadida pelo Movimento Urbano dos Sem-Teto (Must). “O Governo Jarbas tem se pautado sempre pelo diálogo e pela negociação com os sem-teto”, afirma

### **Sem-teto 2**

A Igreja Anglicana não está nada satisfeita com a atuação do pastor Marcos Cosmos. Alguns membros no Recife temem que ele esteja usando a igreja no Movimento Urbano dos Sem-Teto (Must) para fins partidários. O pastor, no entanto, é muito bem visto e querido pela direção regional do Movimento dos Sem-Terra (MST), ligado ao PT.

### **Jornalista identifica policial agressor no quartel da PM**

A jornalista do Diário de Pernambuco Mônica Crisóstomo, agredida por um soldado do Batalhão de Polícia de Choque (BPChoque), durante a retirada de cerca de 450 famílias em Paulista, esteve ontem pela manhã no Quartel da Polícia Militar, no Derby, na tentativa de identificar seu agressor. A repórter fez o reconhecimento do acusado, através de um livro com fotografias que contém todos os integrantes do BPChoque. No reconhecimento, ela apontou um dos policiais como o suposto autor das agressões.

A repórter solicitou ao comando da PM um encontro pessoal com o possível agressor para evitar que sejam cometidos equívocos. “As fotos são antigas e isso prejudica a identificação”, justificou a jornalista. Segundo Mônica, o homem que a agrediu era branco, alto e sem bigodes. A identificação foi feita na presença de representantes do BPChoque, do presidente do Sindicato dos Jornalistas de Pernambuco, Rossini Barreira, e de oficiais da corregedoria da PM. O assessor de comunicação da PM, tenente-coronel João Moura, afirmou que, caso seja comprovada a agressão, o policial responsável responderá na Justiça pelos seus atos. “Dependendo do resultado da sentença, ele poderá até ser afastado de suas funções”, disse o coronel.

Durante toda a manhã de ontem, o governador Jarbas Vasconcelos e o secretário de Defesa Social, coronel Iran Pereira, estiveram reunidos, no Palácio do Campo das Princesas, para discutir o incidente. Eles já determinaram a abertura de uma sindicância para apurar os responsáveis pelas agressões aos sem-teto. Ontem à tarde, dez policiais agredidos durante o conflito prestaram depoimento na corregedoria da PM.

### **Sem-teto desafiam Polícia Militar e reocupam terreno da Compesa**

As 450 famílias do Movimento Urbano dos Sem-Terra (Must) voltaram a ocupar as terras do Engenho Maranguape, pertencentes à Companhia Pernambucana de Saneamento, em Paulista. A reocupação aconteceu no final da tarde da última quinta-feira (23), poucas horas depois do término de um tumultuado conflito envolvendo sem-teto e cerca de 250 policiais militares. Até a manhã de hoje, a previsão dos líderes do movimento é de que cerca de cem barracos estejam reerguidos.

Durante a manhã de ontem, policiais militares estiveram no local para fazer uma vistoria na área, mas se retiraram logo em seguida. A reocupação das terras, segundo o reverendo Marcos Cosmo, um dos líderes do Must, aconteceu pacificamente. Não houve registros de incidentes ou novos conflitos com a polícia. “Resolvemos voltar para o terreno, às 17h, depois que fizemos uma assembléia com integrantes do movimento”, contou o reverendo. Ele acrescentou, ainda, que as famílias só abandonarão a área mediante um segundo mandado de Justiça.

As primeiras famílias a reocupar a área contabilizam o prejuízo. “Queimaram toda a minha casa, ventilador e até meu vestido que comprei para festa de fim de ano”, declarou aos gritos Severina Francisca.

A assessoria de imprensa da PM disse estar proibida de falar sobre o incidente. Entre os danos causados pelo conflito estão oito escudos e sete capacetes quebrados e um colete apresentando manchas de sangue. “Dez PMs saíram feridos, um deles, em estado grave, foi levado para o Neuro. Ele foi atingido por um paralelepípedo na cabeça”, informou o tenente-coronel João Moura, assessor da PM. O PM ferido, identificado como sargento Roberto, já recebeu alta.

Na próxima segunda-feira, a advogada do Must, Maria José do Amaral, vai entrar com ações na Justiça contra o Estado por danos morais e materiais, crimes de tortura e preconceito, além de abuso de poder por parte do oficial de Justiça Antônio José Rodrigues da Silva. O Must acusa o oficial de ter incitado os PMs a retirarem os sem-teto à força. De acordo com o reverendo Marcos Cosmo, um manifestante conhecido pelo nome de Davidson, está desaparecido desde o dia do conflito.

Jornal do Commercio  
Recife - 27.12.99  
Segunda-feira

### **Governo decide hoje destino dos sem-teto**

O Movimento Urbano dos Sem-Teto (Must) estará reunido a partir das 10h de hoje com o Governo do Estado para tentar solucionar o problema das cerca de 600 famílias que ocupam um terreno da Compesa em Maranguape II, em Paulista, há 21 dias. Estarão participando da conversa uma comissão de deputados e os secretários estaduais de Planejamento, José Arlindo Soares, e de Infra-Estrutura, Fernando Dueire. O encontro será na sede da Secretaria de Infra-Estrutura, localizada na Avenida Cruz Cabugá.

“Se o governo não apresentar uma proposta concreta nessa reunião, vamos reocupar a área”, avisa o reverendo da Igreja Anglicana Marcos Cosmo. “Até a ocupação, no dia 6, o terreno estava sem função social”, completa. A coordenação do Must entrou com um mandado de segurança no sábado pedindo que a Polícia Militar explique o porquê de estar fazendo plantão no local e de onde partiu a ordem para derrubar cerca de 40 casas que as famílias tinham reerguido quinta-feira.

A ação foi encaminhada ao Tribunal de Justiça de Pernambuco e obteve resposta imediata. De acordo com o reverendo Marcos Cosmo, o tribunal deu um prazo de 48 horas para a Polícia Militar se justificar. “Fizemos um acordo com o Governo do Estado. Ninguém reconstruiria nada até a reunião de hoje. Mas nesse período, ficaríamos na área. Não estamos entendendo o que os policiais estão fazendo por lá”. O religioso disse que a derrubada dos barracos foi coordenada por um tenente e vários homens do Batalhão de Choque.

“Eles agiram de forma arbitrária, pois não trouxeram mandado judicial”, reforça o reverendo. Antes da reunião, os sem-teto farão um protesto contra a derrubada dos barracos com uma passeata saindo da antiga fábrica da Tacaruna até a Secretaria de Infra-Estrutura. Eles virão em três ônibus de Maranguape II até a Tacaruna. A caminhada terá início às 9h30.

Desde o sábado, as famílias estão abrigadas nos tubos da Compesa. “A polícia chegou aqui com cassetete querendo que a gente desocupasse a área”, diz Sérgio Gonçalves, um dos coordenadores do Must. “Nós queremos uma solução, estamos aqui porque não temos onde morar”, afirmam as sem-teto Adilma Freitas e Genelva Ferreira Leite.

Jornal do  
Commercio  
Recife - 27.12.99  
Segunda-feira

### **Selvageria**

A ação de PMs nos conflitos com integrantes do movimento dos Sem-Teto, em Maranguape, foi de uma estupidez sem tamanho. Poderia, até, se chegar a uma tragédia maior, como a que ocorreu recentemente em Brasília. Partidos de oposição em Paulista tentam fazer um `carnaval' com o episódio, mas o que se espera é simples: a punição exemplar dos envolvidos.

Jornal do Commercio  
Recife - 28.12.99  
Terça-feira

A Diocese Anglicana do Recife explica que o reverendo Marcos Cosmo da Silva é secretário de Direitos Humanos da Comissão Desmond Tutu designado pelo bispo Robinson Cavalcanti. O esclarecimento é sobre nota da coluna sobre a sua atuação no movimento dos sem-teto, o que está incomodando parte dos anglicanos no Recife.

Jornal do Commercio  
Recife - 28.12.99  
Terça-feira

### **Sem-teto farão passeata pelas ruas do Recife antes de reunião com Governo**

Será realizada, hoje, às 9h, na sede da Secretaria Estadual de Planejamento, uma reunião dos secretários de Planejamento e Infra-Estrutura com representantes do Movimento Urbano dos Sem-Teto (Must). O encontro, previsto para acontecer ontem, foi adiado a pedido do Governo, que alegou precisar de mais um dia para agilizar os trabalhos de vistoria no terreno da Compesa em Maranguape II, Paulista, ocupado por 450 famílias ligadas ao movimento há 22 dias. A reunião terá como foco principal a permanência do Must na área depois da retirada violenta pela Polícia Militar (PM) na semana passada. Antes do encontro, o Must vai realizar uma passeata pelas ruas do centro a partir das 8h.

Ontem, o clima era de tranquilidade entre as 150 famílias que ainda ocupavam o local. Conforme acordo firmado com a PM, nenhum barraco foi reerguido, apenas abrigos de proteção contra sol e chuva e coleta de kits de construção com madeira e lona. Segundo o reverendo da Igreja Anglicana Marcos Cosmo, a PM não está seguindo as normas do acordo feito com o Must de suspender o policiamento na área. “O Batalhão de Cavalaria esteve rondando a área o tempo inteiro. Entramos com mandato de segurança no Tribunal de Justiça no último sábado e aguardamos o resultado”, informou o reverendo.

Para Marcos Cosmo, as expectativas do Must são de permanecer no terreno, área já trabalhada por terraplenagem e sem nenhuma função social. “Outras propostas também podem ser analisadas desde que sejam decentes”, disse o reverendo.

Quatro dias depois da expulsão, a direção do Must contabiliza entre 20 e 25 representantes do movimento feridos. Na reunião de hoje, estarão presentes engenheiros e advogados dos Sem-Teto, os deputados estaduais João Paulo (PT) e Paulo Rubem (PT) e representantes do movimento. Como reforço para a reunião, os advogados do Must entregaram, ontem, relatório sobre a expulsão à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Segundo o secretário de planejamento, José Arlindo Soares, o principal ponto da reunião está no resultado do levantamento técnico e dos estudos sobre a real utilização do terreno. Diante dessas informações, o Governo promete elaborar uma proposta para os Sem-Teto.

Jornal do Commercio  
Recife - 29.12.99  
Quarta-feira

### **Sem-teto poderão ficar em terreno por 20 dias**

As 450 famílias do Movimento Urbano dos Sem Teto (Must) acampadas no terreno da Compesa, no Engenho Maranguape, em Paulista, ganharam o direito de ficar na área por, no mínimo, mais 20 dias. O anúncio foi feito ontem por representantes do Governo do Estado durante uma reunião com líderes do movimento, na Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Social. Durante esse período, o Governo

deverá realizar vistoria na área invadida e em outros terrenos pertencentes ao Estado para conceder o direito de uso do terreno aos sem-teto.

O encontro durou cerca de uma hora. Participaram da reunião, ainda, líderes do Governo, deputados, representantes da Compesa e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). De acordo com o secretário de Planejamento do Estado, José Arlindo Soares, engenheiros vão realizar estudos no terreno para constatar se o local é apropriado para a construção de casas. Caso positivo, os sem-teto podem vir a receber o terreno. O trabalho vai mostrar também quais os pontos da área indispensáveis para o funcionamento da rede de esgoto da Compesa.

Segundo o secretário, existem suspeitas de que a área é imprópria para a construção de residências, mesmo assim ele não vê problemas. "Se o terreno não servir, providenciaremos outro na região metropolitana para abrigar os sem-teto", garantiu. Entretanto, ele ressaltou que para isso acontecer o Must deve entregar ao Governo o cadastro das famílias acampadas no terreno. Passada essa etapa, é esperar os resultados das análises que começaram a ser feitas ontem. Apesar de autorizados, os sem-teto terão de conviver com os policiais enviados para preservar o patrimônio público.

Um dos líderes do movimento, o reverendo Marcos Cosmo comemorou ao sair da reunião. Ele justificou que foi aberto um canal de negociação até então inexistente. "As negociações são boas porque acabam com o clima de tensão. Se essa atitude fosse tomada antes, não teria acontecido aquela selvageria", disse, referindo-se ao confronto entre policiais e sem-teto ocorrido semana passada.

PROTESTO – Antes da reunião, os sem-teto realizaram uma passeata pelas ruas do Centro do Recife. O grupo, formado por aproximadamente 100 pessoas, veio do terreno da Compesa. Os manifestantes se concentraram no prédio do INSS, na Avenida Guararapes. Com faixas e cartazes, foram até a sede da Secretaria de Planejamento, no Recife Antigo, onde cantaram várias músicas de protesto.

Jornal do Commercio  
Recife -  
05.01.2000  
Quarta-feira

### **Sem acordo, agricultores decidem permanecer na ilha energética**

Depois de três horas de reunião, ocorrida na tarde de ontem, na sede da Empresa de Melhoramentos Habitacionais de Pernambuco (Emhape), os representantes do Movimento Urbano dos Sem-Teto e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra decidiram que vão continuar ocupando a ilha energética de Gravatá até que a Emhape apresente uma solução de moradia para as 150 famílias que estão ocupando o local desde a madrugada da última segunda-feira. Uma nova reunião foi marcada para amanhã, às 15h, na Emhape.

“A proposta que nos fizeram foi que deixássemos o local imediatamente. Não concordamos porque não temos para onde levar as famílias”, garantiu Moisés Tenório Azevedo, representante dos sem-teto. Ele explicou que a comissão, formada por quatro pessoas, veio ao Recife para pedir ao presidente da Emhape, Marco Túlio Veras, que apresente uma alternativa para as famílias desabrigadas.

“Só podemos apresentar uma proposta se eles desocuparem o local pacificamente”, explicou Marco Túlio Veras, esclarecendo que precisaria fazer um cadastro das famílias para conhecer a situação econômica de cada uma, antes de elaborar qualquer projeto. O presidente acenou com a possibilidade de a Emhape adquirir a ilha energética, em parceria com as famílias. “Mas antes seria preciso verificar a fundo os laudos de construção e valor da área onde está localizada a ilha”, ressaltou.

O diretor de Gestão Executiva da Celpe, Fred Maranhão, compareceu à reunião e confirmou que a empresa vai se desfazer do Centro de Tecnologia Energética de Gravatá (nome oficial do local), desativado desde 1987. “Todas as providências legais para a alienação deste patrimônio já foram tomadas”, explicou. “A

nossa expectativa é que até o final de janeiro a ilha seja leiloada”. Sem discutir os motivos que fez com que o Governo do Estado abandonasse um projeto multialternativo, criado para fornecer energia solar, eólica, produzir álcool e gás, o diretor fez questão de esclarecer que a Celpe, à beira da privatização, não tem interesse de manter um patrimônio que não utiliza há tanto tempo.

Jornal do Commercio  
Recife -  
07.01.2000  
Sexta-feira

### **Estado vai ajudar agricultores a comprar casas da ilha energética**

O presidente da Empresa de Melhoramentos Habitacionais de Pernambuco (Emhape), Marco Túlio Veras, informou ontem que a empresa pode adquirir as 52 casas que fazem parte da ilha energética de Gravatá para repassar às famílias de sem-teto e de sem-terra que estão ocupando o local desde segunda-feira. O anúncio foi feito ontem, durante uma reunião na Emhape, na qual esteve presente uma comissão formada por representantes do Movimento dos Sem-Terra (MST), Movimento Unificado dos Sem-Teto (Must) e Câmara de Vereadores de Gravatá, além do diretor de Operações da Celpe, Fred Maranhão.

“Iremos a Gravatá amanhã para conhecer a ilha energética e conversar com as famílias“ anunciou Marco Túlio Veras, que vai viajar em companhia do diretor de Operações da Celpe, proprietária da área. O presidente informou que várias propostas devem ser apresentadas aos invasores. “A mais viável, a princípio, diz respeito à aquisição das casas da ilha e de um terreno vizinho de 10 hectares que também pertence a Celpe”, adianta.

Como as normas administrativas da Emhape não admitem a doação de casas, as famílias vão ter que fazer uma parceria com a empresa. “Os recursos devem vir da Emhape, das famílias e do Governo do Estado”, adiantou Veras. Na próxima terça-feira, a Emhape começa a fazer o cadastramento das 150 famílias, para identificar a situação econômica de cada uma delas. O presidente da Emhape fez questão de frisar que a solução só foi possível porque as famílias aceitaram as condições propostas pela empresa, de desocupar pacificamente a Ilha, o que aconteceu ontem pela manhã. “Prevaleceu o bom-senso”, acredita.

Os representantes dos sem-teto e dos sem-terra comemoraram a decisão da Emhape. “A gente teve a resposta que já esperava há muitos anos”, revelou Moisés Azevedo, que fez parte da comissão, revelando que a ilha já foi invadida três vezes. Moisés acredita que as famílias devem aceitar a sugestão da Emhape e construir casas em regime de mutirão no terreno que será comprado a Celpe. Ele informou ainda que o programa de cadastramento das famílias será fiscalizado por uma comissão composta de um representante da Câmara dos Vereadores ligado ao Must, um integrante dos sem-teto e outro do MST, além de um representante de uma rádio comunitária do município.

A decisão de desocupar a Ilha Energética de Gravatá foi tomada após uma rápida assembléia. Na última terça-feira, inclusive, o departamento jurídico da Celpe já tinha dado entrada em uma ação de reintegração de posse junto ao juiz Eduardo Costa, no Fórum de Vitória de Santo Antão. Entretanto, não foi preciso a ação da polícia para fazer o despejo das 150 famílias, já que as mesmas deixaram a área pacificamente para ocupar um terreno próximo.

Jornal do Commercio  
Recife -  
14.01.2000  
Sexta-feira

### **Magalhães quer BNH**

O prefeito Roberto Magalhães seguiu, ontem, para o Rio para participar do Fórum dos Prefeitos de Capitais. Vai cobrar do Governo FHC uma política nacional de habitação e criticar a falta que está fazendo o BNH. Os prefeitos discutem o déficit habitacional, a inchação das grandes cidades e a falta de recursos para atender as pressões dos sem-teto.

Jornal do Commercio  
Recife -  
15.01.2000  
Sábado

### **Sem-teto ameaçam permanecer no edifício invadido na Guararapes**

As 250 famílias sem-teto que estão ocupando o edifício Edvaldo dos Santos Reinaldo, de propriedade do INSS, desde o dia 10 de novembro, ameaçam continuar no local, caso a Prefeitura de Jaboatão não cumpra a promessa de fazer a terraplenagem e divisão em lotes do terreno doado para o grupo. Conforme um acordo feito entre o Movimento Unificado dos Sem Teto(Must) e o juiz federal Roberto Wanderley Nogueira, os sem-teto deveriam deixar o prédio até o dia 21 deste mês.

“Vamos continuar no prédio porque até o final do prazo não teremos para onde ir”, confirmou Erik Soares, coordenador do movimento. Ele informou que as provisões já estão acabando e que as 175 crianças que vivem no local estão sem alimentação. Soares ameaça levar essas crianças para acampar em frente ao Palácio do Governo ou da Prefeitura do Recife, caso a situação não seja resolvida. “Se não houver nenhuma alternativa, poderemos até partir para o furto famélico. Não dá mais para ver crianças, adolescentes e gestantes passando fome”, desabafou, acrescentando que muitos homens deixaram de trabalhar porque querem garantir a ocupação do prédio, permanecendo 24 horas no local.

O coordenador do Must também responsabiliza a Empresa de Melhoramentos Habitacionais de Pernambuco (Emhape), pela demora em mudar de endereço. “Eles querem que as famílias financiem parte da construção das casas, mas a maioria delas não tem condições de fazer isso”. O presidente da Emhape, Marco Túlio Veras, informou que a empresa comprometeu-se apenas em fazer o projeto de parcelamento urbano e auxiliar na construção dos imóveis. “Sugeri que eles conseguissem o crédito na Caixa Econômica”, afirmou.

De acordo com o secretário de Planejamento de Jaboatão, Hugo Philippsen, a prefeitura não cumpriu ainda o acordo porque os sem-teto não enviaram o cadastro das famílias que estão ocupando o edifício. “Assim que eles fizerem o cadastro, informando o número e a situação das famílias, começaremos a fazer a terraplenagem do terreno”, garantiu o secretário. Na próxima segunda-feira, ele se reúne às 10h com os sem-teto para resolver o impasse.

Jornal do Commercio  
Recife -  
15.01.2000  
Sábado

### **Área em Jardim Fragoso é invadida por 50 famílias**

Depois de invadirem a sede da prefeitura de Olinda na última segunda-feira na tentativa de conseguir novas moradias, cinquenta famílias ligadas ao Movimento Urbano dos Sem Teto (Must) ocuparam, ontem à noite, uma área em frente à Funeso, no bairro de Jardim Fragoso em Olinda. O grupo vivia em área de risco na

Perimetral, no bairro de Ouro Preto. Com as últimas chuvas, a ameaça de desabamento aumentou. De acordo com um dos líderes da ocupação, reverendo Marcos Cosme, outras 236 famílias devem chegar ao local neste final de semana.

As 286 famílias moram em casas e barracos nas encostas de morros. Em geral são famílias muito numerosas e com muitas crianças. Boa parte do grupo que liderou a ocupação levou seus filhos e, mesmo na chuva, começou a levantar barracos de lona em uma área de aproximadamente cinco hectares de barro batido. O grupo pretendia levantar cerca de 40 barracos até a madrugada de hoje. Além de materiais como lona e estacas, os militantes do Must levaram comida para passar a primeira noite.

Até o fechamento dessa edição, às 23h30, os sem-teto não tinham encontrado nenhuma resistência e ocupavam o local pacificamente. "A prefeitura achava que iríamos invadir o terreno da Cidade Tabajara II e desde anteontem armou um esquema de segurança no local", disse Marcos.

Antes de invadir a área, um grupo da comunidade esteve na prefeitura, na última segunda-feira, pedindo uma área para onde as famílias pudesse ser transferidas. "Ouvimos da prefeita Jacilda Urquiza a promessa de que na quinta-feira (ante-ontem) nos seria apresentado uma solução", conta o reverendo. No entanto, de acordo com o padre, quando voltaram a PMO no data combinada ouviram do secretário de planejamento Maurício Chaves que a prefeitura estava negociando dois terrenos privados, mas que caso os donos do terrenos aceitasse a proposta, seria necessário a aprovação de um projeto de habitação pela Câmara Municipal antes da liberação. "Não temos esse tempo todo. As pessoas que moram aqui não são resto de gente para ficar a mercer dessas discussões", completou Marcos Cosme.

Jornal do Commercio  
Recife -  
16.01.2000  
Domingo

### **Movimento dos Sem-Teto vai pedir na Justiça posse de área invadida**

O Movimento Urbano dos Trabalhadores Sem Teto (Must) dará entrada amanhã, na Justiça, com um pedido de manutenção de posse do terreno de aproximadamente 30 hectares, que foi ocupado, em Jardim Fragoso (Olinda), na última sexta-feira. Até o início da tarde de ontem cerca de 50 barracos já haviam sido erguidos na área, mas a meta é abrigar um total de 257 famílias. O secretário municipal de Planejamento, Maurício Chaves, informa que a prefeitura não vai se envolver na questão porque o terreno é uma propriedade particular.

"Pretendemos desapropriar uma área para cerca de cem famílias, mas a seleção será feita por nós e não pelo Must", explica. A idéia é repassar um terreno para a Empresa de Melhoramentos Habitacionais de Pernambuco (Emhape), para que ela possa negociar a forma de construção com os futuros moradores.

A decisão da prefeitura de não se envolver na ocupação de Jardim Fragoso foi criticada por lideranças do Must. "Está fugindo da responsabilidade. O terreno que ocupamos é de uma pessoa que não estava em dia com o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU)", lembra o reverendo Marcos Cosmo, da Igreja Episcopal Anglicana.

Onildo Romão, da coordenação do Must, cobra a presença da prefeita Jacilda Urquiza (PMDB). "Só vemos a prefeita na queda de prédios da classe média", diz, lembrando o desabamento dos edifícios Éricka e Enseada de Serrambi. Na segunda-feira passada famílias ligadas ao Must invadiram a sede da Prefeitura de Olinda para reivindicar moradias. "É inexplicável deixar famílias morando em encosta de morros, sob o risco de desabamento, quando há terrenos desocupados de proprietários que não pagam impostos há vários anos", observa Romão.

**ORGANIZAÇÃO** - A manhã de ontem foi de muito trabalho na ocupação, que fica próxima ao prédio da Funeso. As famílias que já estão no terreno aproveitaram o dia para delimitar áreas e montar os barracos. Outras passaram o tempo fazendo a mudança. "Não era isso que queria para minha família. Mas, infelizmente, é o único jeito", disse o desempregado Admilson Otávio de Lima, que deixou o barraco de

tábua na encosta de uma barreira na 2ª Perimetral, em Ouro Preto, para morar na ocupação. Ele levou para o local a mulher grávida e três filhos. As demais famílias, segundo o Must, também procedem de lá.

Jornal do Commercio  
Recife -  
17.01.2000  
Segunda-feira

### **Donos de lotes no terreno invadido pelo Must tentam barrar ocupação**

As famílias coordenadas pelo Movimento Urbano dos Trabalhadores Sem Teto (Must), que ocuparam um terreno em Jardim Fragoso, Olinda, dividem o espaço agora com pessoas que compraram lotes da área e apareceram para proteger a propriedade. Pelo menos três donos já estiveram no local e cercaram pedaços da terra. O electricista Severino Silvestre, que adquiriu um lote de 492 metros quadrados em outubro do ano passado, é um dos que vêm fazendo plantão no lugar. “O lote custou R\$ 17 mil, assim que terminar de pagar as parcelas, pretendo iniciar a construção da casa”.

Ele mora em Ouro Preto e foi informado sobre a ocupação por um amigo. Na noite de sábado, encontrou alguns barracos sendo armados no local, mas chegou a tempo de impedir que o lote fosse totalmente ocupado. Ergueu uma cerca de arame farpado para barrar o acesso. Ele diz ter comprado o terreno da imobiliária Aver Imóveis. Cícero Azevedo, que trabalhava firme, ontem, em outro lote, contou que o espaço foi adquirido pelo cunhado Gilvan Dias. Segundo a vizinhança, os proprietários do terreno (entre eles, um português) teriam dividido a área no ano passado em 540 lotes e comercializado mais de cem.

Integrantes do Must dizem que uma pessoa portando uma arma e se dizendo proprietária de outro lote também esteve no local. A ocupação começou na sexta-feira à noite, com cinco famílias que residiam em barreiras às margens da 2ª Perimetral, em Ouro Preto. No sábado cerca de 50 barracos de lona estavam armados e havia um total 287 famílias cadastradas. No final da manhã de ontem o cadastro continha um acréscimo de cem nomes e, segundo Onildo Romão, da coordenação do Must, incluía também famílias sem-teto da redondeza do terreno. O domingo foi ocupado com a divisão de lotes, construção de novos barracos e um almoço coletivo.

O terreno de Jardim Fragoso foi invadido, conforme o Must, porque o proprietário está em débito com a Prefeitura de Olinda há vários anos. Hoje ou no máximo amanhã, advogados do movimento darão entrada, na Justiça, com um pedido de manutenção de posse.

Jornal do  
Commercio  
Recife -  
18.01.2000  
Terça-feira

### **Sem-teto planejam ocupar mais dez terrenos na RMR**

Os integrantes do Movimento Urbano dos Trabalhadores Sem-Teto (Must) devem protagonizar dez novas invasões em propriedades desocupadas na Região Metropolitana do Recife (RMR). Até o final de janeiro, pelo menos três ações já devem ter acontecido, segundo afirmou o líder do Must, Erick Soares.

As propriedades consideradas ociosas pelo movimento são públicas e privadas e seus endereços não foram revelados pela direção do Must. “Por uma questão de segurança, não revelamos os locais e as datas. Mas estamos estudando as estratégias”, disse Soares. Na manhã de ontem, ele esteve em reunião na Secretaria de Planejamento de Jaboatão para entregar o cadastro das 250 famílias que invadiram o prédio do INSS, na Avenida Guararapes, e lá se encontram alojadas. A direção do Must concordou em mudar as famílias para um terreno cedido pela Prefeitura de Jaboatão, na localidade do Eixo da Integração.

“Nós não havíamos aceito antes o terreno porque ele apresentava falhas para a construção de casas”, disse. A prefeitura, no entanto, se comprometeu a realizar a terraplenagem e drenagem da área que comportará os 250 lotes de 7X14 metros. Os trabalhos devem ficar prontos em 60 dias.

A próxima ação do Must será enviar um ofício à Justiça Federal solicitando a prorrogação da data estabelecida para a desocupação do prédio do INSS. “A gente tem até o dia 21, mas vamos explicar a nossa situação para conseguir um prazo novo”, disse Soares.

O movimento pretende também solicitar, à Empresa de Melhoramento Habitacional de Pernambuco (Emhape), uma alternativa para facilitar a aquisição de kits para a construção das casas. Através da Caixa Econômica Federal, as famílias receberão financiamento de R\$ 3 mil para a construção. “E aquelas que não têm condições? Como é que a Caixa vai emprestar dinheiro para os sem-teto se eles não têm como garantir a devolução do empréstimo?”, questionou.

O diretor da Emaphe, Marcos Tulio, afirmou que as famílias que não tiverem condições receberão apenas o terreno.

Jornal do Commercio  
Recife -  
18.01.2000  
Terça-feira

### **A Fetape já planeja novas ocupações** por PEDRO TINÓCO

Um grupo de ex-trabalhadores da Usina Tiúma, em São Lourenço da Mata, tentou invadir a sede da empresa, ontem pela manhã, para reivindicar a desapropriação de cinco dos oito engenhos que formam a propriedade. De acordo com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco (Fetape), as terras são improdutivas, mas foram “maquiadas” para evitar que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) constata a improdutividade. Os manifestantes só liberaram o portão de entrada no meio da tarde, depois que o Incra marcou uma reunião para negociar a desapropriação, na próxima segunda-feira, às 10h. Apesar da “trégua” de uma semana na Tiúma, as ocupações no campo não vão parar.

Novas invasões já foram programadas pela Fetape. A primeira acontece depois de amanhã, com a participação de duas mil pessoas protestando contra o atraso no pagamento do 13º salário dos trabalhadores da cana. Por outro lado, na Região Metropolitana do Recife, o Movimento Urbano dos Trabalhadores Sem-Teto (Must) promete invadir mais dez terrenos no Grande Recife.

Trezentas famílias estão na lista do Sindicato Rural de São Lourenço da Mata para ocupar a Usina Tiúma, que pertence ao Grupo Votorantim e está sem moer há sete anos. No tempo em que operava com carga total, chegava a empregar até quatro mil trabalhadores. Eles plantavam e colhiam cana-de-açúcar nos seus cinco mil hectares. Hoje, porém, menos de cem pessoas fazem parte do quadro de funcionários da empresa e, segundo o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, as terras servem apenas para a criação de 500 búfalos.

“Depois que a usina faliu eles colocaram esses animais aí para dizer que ela é produtiva. Fizeram isso para enganar o Incra porque quando a vistoria vem eles colocam os búfalos em um engenho. Depois, colocam os mesmos animais em outra área para que os técnicos achem que são várias criações”, denunciou o presidente do sindicato, Agápio Santos.

Ele explicou que, pela legislação em vigor, para não ser considerado improdutivo, cada 1,25 hectare de terra deve ter o mínimo de uma cabeça de gado. No caso da Usina Tiúma, diz Santos, a área reservada para

cada búfalo corresponde a 10 hectares. O sindicalista também disse que parte do terreno está sendo loteado para evitar a desapropriação. O JC apurou que 75% da área colocada à venda como loteamento já foi comercializada. A desapropriação foi solicitada pela Fetape ao Incra há um ano e seis meses, mas o órgão ainda não definiu a situação das terras. Só nesse período, os trabalhadores que insistiram em ocupar os engenhos foram despejados duas vezes.

ARMAS – Durante a tentativa de invasão, os agricultores foram barrados por seguranças armados e policiais militares do 11º Batalhão que chegaram ao local em três viaturas, menos de cinco minutos após o início do protesto. O gerente da usina – identificado apenas como Ivanildo – estava em um dos carros da PM e não quis dar entrevista. Depois que os trabalhadores ameaçaram derrubar o muro da empresa, o gerente aceitou receber uma comissão da Fetape, mas sem a presença da imprensa. O impasse só foi resolvido após a chegada da funcionária do Incra Sônia Ramalho, que intermediou uma solução para o fim do protesto.

Jornal do Commercio  
Recife -  
23.01.2000  
Domingo

### **Nada é de graça**

O ex-soldado da Polícia Militar Edson Axé ficou conhecido durante a greve da PM, em julho de 97. Paralisação conjunta com a Polícia Civil, que durou mais de um mês e espalhou pânico na população, amedrontada com a insegurança. A insurreição dos militares pernambucanos, um reflexo do que já vinha ocorrendo em outros estados – Minas Gerais, por exemplo –, foi um fato inédito na história da corporação. E terminou por influenciar, em alguns policiais, uma mudança de concepção sobre as rígidas regras militares. Axé, expulso pela participação ativa na greve (foi um dos líderes), é um desses que ‘virou a cabeça’ com o movimento. O ex-soldado, que luta pela reintegração aos quadros da polícia, também tenta voltar à cena. Na semana passada, foi eleito presidente de um tal Centro da Cidadania do Servidor Militar. Entidade que nasceu com o apoio de parlamentares petistas e comunistas e de movimentos como o dos trabalhadores sem-teto (Must). Surge com a proposta de “resgatar a cidadania do servidor militar e garantir seus direitos constitucionais”. Defende a desmilitarização, o direito à liberdade de expressão e de organização sindical, temas ainda considerados tabu dentro de uma corporação que prega, antes de tudo, a hierarquia e a disciplina. A solenidade de posse da diretoria do centro, na Assembléia Legislativa, atraiu poucos militares. Talvez, por medo de uma possível repressão, como já prevêem alguns. Mas uma coisa é certa: Axé também quer reverter essa atuação em dividendos políticos. Ficou claro na solenidade, como era de se esperar...

Jornal do Commercio  
Recife -  
28.01.2000  
Sexta-feira

### **Sem-teto estão sem ter o que comer e ameaçam radicalizar**

Integrantes do Movimento Urbano dos Trabalhadores Sem-Teto (Must) foram ontem em caminhada até a Prefeitura do Recife pedir alimentos para a creche montada no prédio do Instituto Nacional do Seguro Social, invadido no centro da cidade. Voltaram decepcionados. O secretário de Políticas Sociais, Francisco de Assis, que os atendeu, explicou que nada poderia ser feito, em função da situação dos sem-teto, que invadiram um prédio público.

“Não podemos fortalecer um ato ilegal que está sendo apreciado pela Justiça”, justificou. Segundo Francisco de Assis, a prefeitura só pode fazer o que já vem fazendo, que é colocar a estrutura de saúde do município à disposição das 250 famílias sem-teto.

Diante da negativa, Maurício Santana, um dos líderes do Must, ameaça radicalizar, mas não revela como. “As crianças estão sem ter o que comer. Nossa posição é de radicalizar aqui no centro da cidade e o que vier a acontecer a culpa será da prefeitura”, disse. A creche, segundo ele, tem 184 crianças de até 10 anos.

Desde que foi instalada, logo após a invasão do edifício, no dia 10 de novembro do ano passado, a creche recebia alimentos da iniciativa privada. Segundo Maurício Santana, as doações foram diminuindo e a despensa está praticamente vazia.

As famílias que invadiram o prédio do Instituto Nacional do Seguro Social receberam ordem de despejo da Justiça, mas a ação não se concretizou porque elas resistiram. Num acordo com o juiz Roberto Wanderley Nogueira, da Justiça Federal, os sem-teto ficaram de sair do prédio quando recebessem um terreno em Jaboatão dos Guararapes, doado pelo prefeitura daquele município. A área deve ser entregue no dia 17 de março.

Jornal do Commercio  
Recife -  
30.01.2000  
Domingo

### **Sem-teto vão à Justiça pedir a posse de área ocupada na Torre**

Os advogados do Movimento Urbano dos Trabalhadores Sem Teto (Must) deverão ingressar na Justiça, amanhã, com um pedido da posse legal do terreno de dois hectares, ocupado por 150 famílias ligadas ao movimento, desde sexta-feira à noite, na Torre. A área pertence à Prefeitura da Cidade do Recife (PCR) e esta é a quarta tentativa de ocupação do local, em menos de dois anos. A Secretaria de Imprensa do Município informou que a prefeitura está estudando as providências que serão tomadas em relação a invasão e as anuncia amanhã.

Ontem, os sem-teto passaram o dia preparando o terreno para a construção dos primeiros barracos. A dona de casa Maria Antonia da Conceição, 59 anos, disse que espera possuir a primeira casa própria de sua vida para deixar de morar com a filha. “Quero ter meu cantinho. Não é bom viver de favor com pessoas da família. Mesmo que seja uma filha”, disse enquanto capinava o terreno.

Outra dona de casa, Bernadete Amaro da Silva, 36, já começou a levar parte da mobília para o local da futura residência. Duas cadeiras de plástico e uma lona foram os primeiros objetos do futuro lar. “Também participei das outras tentativas de invasão deste terreno, mas agora viemos para ficar. Estamos dispostos a tudo”, comentou. Bernadete Amaro da Silva e outros cinco membros de sua família moram em uma casa alugada, no próprio bairro da Torre.

MISSA – Hoje, o Movimento Urbano dos Trabalhadores Sem Teto vai promover uma missa ecumênica no terreno para agradecer pelas futuras residências. Eles também farão uma caminhada pelo bairro da Torre para pedir alimentos, remédios e lonas plásticas para os assentados.

O movimento promete resistir a qualquer tentativa de despejo. “O povo está consciente de que tem direito à moradia e não vamos deixar o local sem lutar”, afirmou o reverendo Marcos Cosmos, um dos líderes do Must. “Este terreno estava servindo para ‘desova’ de cadáveres, tentativas de estupro e assaltos. Agora, ele terá uma destinação social”, completou.

Há duas semanas, os integrantes do Must ocuparam um terreno no bairro de Jardim Fragoso, em Olinda, onde estão acampadas cerca de 600 famílias.

### **Prefeitura considerou o protesto abusivo**

A prefeita de Olinda, Jacilda Urquiza, deixou claro não queria mesmo receber os sem-teto. Meia hora antes da chegada dos manifestantes, ela saiu da sede da prefeitura num carro e não retornou mais durante o dia de ontem. A Secretaria de Imprensa da Prefeitura de Olinda informou que o terreno é de propriedade particular e só vai se pronunciar sobre o caso depois da decisão da Justiça, que está julgando o processo de reintegração de posse impetrado pelos donos do terreno. Segundo a Secretaria de Imprensa, os manifestantes não foram recebidos porque o protesto foi considerado abusivo e com fins eleitoreiros.

A queixa da prefeitura é contra a presença do vereador Pedro Mendes (PSB), partido de oposição de Jacilda Urquiza, que esteve presente na manifestação. O vereador por sua vez, nega qualquer envolvimento com Movimento Urbano dos Trabalhadores Sem Teto (Must). Segundo ele, a sua presença se deu por conta do conflito. “Eu não tenho articulei o movimento porque o Must tem dimensão nacional. Estava de passagem e parei aqui para evitar novos conflitos e tentar abrir um canal de negociação entre prefeitura e Must. O problema é que ela não quer acordo” revidou Pedro Mendes.

Como argumento, ele garantiu que nem mesmo o presidente da Câmara dos Vereadores em exercício, Mauro Fonseca, - aliado de Jacilda Urquiza - conseguiu conversar com os assessores da prefeita e recebeu apenas a resposta de que não haveria negociação.

Sensibilizados com a situação vivida dos trabalhadores sem-teto, vários vereadores doaram paes e leites para os manifestantes que passaram todo o dia de ontem em frente à sede da prefeitura.

O integrantes do Movimento dos Sem Teto voltam a se reunir hoje, às 17h, no acampamento, em Jardim Fragoso, para definir novos passos e estratégias. “Vamos realizar um balanço de nossas ações e quais as posições tomaremos daqui para frente já que a prefeita não pretende negociar”, disse um dos coordenadores do Movimento do Must, Onildo Romão. Os trabalhadores sem-teto estão acampados na área há 18 dias e no local vivem 600 famílias.

### **Protesto em Olinda acaba em pancadaria**

por Sílvio Menezes

Terminou em pancadaria a passeata do Movimento Urbano dos Trabalhadores Sem Teto (Must), realizada ontem pela manhã, em Olinda. Cerca de 300 integrantes do Must, que estão acampados num terreno particular em Jardim Fragoso há 18 dias e ameaçados de despejo, foram à sede da prefeitura exigir apoio do governo municipal nas negociações. Mas, ao chegarem no local encontraram as portas e janelas do prédio fechadas. Os manifestantes tentaram invadir a prefeitura e houve confronto com policiais militares. Resultado: um manifestante acabou sendo preso e outros foram agredidos, inclusive mulheres grávidas.

A passeata partiu de Jardim Fragoso, com carro de som, cartazes e faixas. Em frente à prefeitura, os sem-teto exigiram um encontro com a prefeita Jacilda Urquiza. Um dos coordenadores do Must, Onildo Romão, disse que os manifestantes querem que o governo municipal abra um canal de negociação entre os proprietários da área e o Must. Segundo ele, a dona do terreno - a Imobiliária Averomar - entrou com uma ação de reintegração de posse e ameaça despejar as 600 famílias que vivem no terreno. “Cabe à prefeitura tomar um posição porque os donos da área não pagam impostos há vários anos e, portanto, possuem débito com o governo e com o povo”, explicou.

Depois de aguardarem por um representante da prefeitura durante quinze minutos e receberem a notícia de que não seriam atendidos, os manifestantes tentaram invadir o prédio e foram barrados por guardas municipais e policiais militares que bloqueavam a entrada. Houve agressão mútua. Os sem-teto foram agredidos com golpes de cacetetes e empurrões e revidaram atirando pedras. Equipes de reforço da PM foram acionadas. Cerca de 30 soldados em sete viaturas do Batalhão de Choque e Rádio Patrulha logo chegaram ao local. Os policiais - com revólveres em punho - avançaram contra a multidão.

Durante o tumulto, um dos líderes do Must, o reverendo Marcos Cosmo, foi espancado com golpes de cacetete no braço. O trabalhador Sandro José Cabral também saiu ferido e ficou com hematomas pelo corpo. Nem mesmo as mulheres escaparam da violência. Suely Alves Francisca da Silva, grávida de oito meses, foi agredida com empurrões e chutes na perna. Situação pior enfrentou Roselma Ferreira de Lira, 22, grávida de cinco meses, que precisou ser levada para a maternidade Tricentenário com princípio de aborto.

A menor Fabiana Maria de Lima, 16, foi levada para o Hospital da Restauração com fratura no braço. Todas as vítimas de agressão seguiram até o Instituto de Medicina Legal para realizar exame de corpo delicto. A ação da PM resultou ainda na prisão de um dos líderes do Must, Gian Carlos da Silva, que foi levado pelos policiais para a Delegacia de Olinda por desacato à autoridade. Gian Carlos só foi liberado depois de pagar uma fiança de R\$ 270,00.

Jornal do Commercio  
Recife -  
08.02.2000  
Terça-feira

### **Sem-teto fazem mutirão de limpeza no prédio do INSS**

As famílias dos trabalhadores sem teto acampadas no antigo Prédio do INSS, na avenida Guararapes, iniciaram ontem um mutirão de limpeza no edifício. A faxina se resumiu ao andar térreo do prédio e aconteceu de forma precária porque todo o material usado no trabalho (um litro de água sanitária, um de detergente, uma caixa de sabão e um balde d'água) foi comprado pelos próprios trabalhadores.

A iniciativa dos sem teto é uma tentativa de amenizar a ploriferação de doenças entre as famílias que estão vivendo no prédio. Na última sexta-feira, um laudo da Vigilância Sanitária do Recife constatou que as condições de higiene no local são precárias e oferecem riscos aos moradores do edifício.

A limpeza teve início com a retirada de entulhos, da água suja e de dejetos armazenados no fosso do elevador. Segundo o coordenador do mutirão, Sílvio Santos, todos os moradores do prédio sabem dos riscos que correm, mas pouco podem fazer para solucionar o problema. “Nossa idéia era organizar uma faxina geral. Mas não temos água, nem dinheiro para comprar o material de limpeza. E o pior é que não contamos com apoio de ninguém. Apesar disso, iniciamos o trabalho de faxina para que o problema não seja agravado”, disse Santos.

VISITAS – A Secretaria de Saúde do município informou que vem realizando visitas semanais ao prédio para repassar noções de higiene aos moradores. Segundo a diretora do Departamento de Vigilância à Saúde, Roselene Santos, amanhã os técnicos da vigilância estarão no prédio para avaliar a situação dos doentes e fazer distribuição de hipoclorito de sódio para a desinfecção do reservatório. Ela, no entanto, descartou a possibilidade de fornecer material de limpeza para os sem-teto.

### **Um preso e 6 feridos é o saldo de novo confronto entre sem-teto e polícia**

Onze dias depois do confronto entre policiais militares e integrantes do Movimento Urbano dos Trabalhadores Sem Teto (Must) durante um protesto na Prefeitura de Olinda, eles voltaram a se enfrentar. Dessa vez, o conflito aconteceu em frente ao prédio da Prefeitura da Cidade do Recife (PCR), ontem, durante uma passeata do Must. A confusão resultou numa pessoa presa e seis feridas – cinco manifestantes e um policial.

A briga envolveu parte dos 150 trabalhadores sem teto – representantes das 400 famílias acampadas num terreno da PCR no bairro da Torre – que participavam de uma marcha contra a ação de despejo movida pela prefeitura. O cortejo, que partiu do terreno, percorreu 12 quilômetros pelas principais avenidas do Recife e causou um intenso engarrafamento.

De acordo com um dos coordenadores do Must, Aldemiro Santos, a passeata pretendia buscar apoio da prefeitura e manter os invasores no terreno. “Estamos cansados de promessas. Queremos uma posição definitiva”, desabafou Santos.

Gritando palavras de ordem e exibindo cartazes e faixas com mensagens agressivas ao prefeito, a passeata seguiu pacífica até a sede da PCR. No local, 45 policiais militares e guardas municipais impediram a entrada dos manifestantes e teve início a confusão. Segundo a polícia, ao tentar liberar a pista, o tenente identificado apenas como Vieira de Melo acabou agredido por um grupo de sem-teto. Os policiais do Batalhão de Choque reagiram com golpes de cassetetes, chutes e socos.

No confronto, o menor A. M. L., 12 anos, dois trabalhadores e o advogado do Must, Bernardo Weinstein, ficaram feridos. O manifestante Ezequiel Pereira da Silva acabou preso e levado para a Delegacia de Santo Amaro sob a acusação de agredir o oficial.

O responsável pela operação, capitão Limeira (o mesmo que comandou, em dezembro, a ação de despejo em Engenho Maranguape, quando vários trabalhadores sem teto e uma jornalista do Diário de Pernambuco foram agredidos) disse que a polícia trabalhou sem excessos.

REUNIÃO – Resolvido o impasse, uma comissão formada por cinco pessoas foi recebida pelo secretário de Habitação do Recife, Antônio Luís Neto. Ele criticou a manifestação de ontem e suspendeu as negociações com os invasores. “Só voltaremos a conversar depois que os sem-teto desocuparem o terreno. Não podemos prometer este espaço porque o local será destinado a comunidades da Madalena e Torre, que vinham negociando de forma pacífica”, encerrou. Os trabalhadores sem teto não gostaram da resposta e garantem que vão ficar na área.

### **Justiça adia retirada de sem-teto de terreno da PCR**

A desocupação do terreno da Prefeitura do Recife invadido pelo Movimento Urbano dos Trabalhadores Sem-Teto (Must), na Torre, prevista para o início da manhã de ontem, não aconteceu. O adiamento, que foi motivo de comemoração pelos sem-teto, foi decidido depois que o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), desembargador Nildo Nery, recebeu uma petição, na tarde de domingo, pedindo a suspensão da liminar por conflito de competência. A argumentação dos sem-teto se baseia na necessidade de definir a vara de Justiça que ficará encarregada de julgar o caso. Para a prefeitura, a permanência dos

320 barracos no local compromete projetos habitacionais com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (Bid).

De acordo com a advogada dos sem-teto, Maria José do Amaral, o presidente do TJPE se mostrou bastante sensível à causa”. Segundo ela, além de acatar a petição judicial, Nildo Nery entrou em acordo com o comando da Polícia Militar (PM) para garantir que não fosse feita a desocupação. “Ficou acertado que nenhuma ação será realizada até que o TJPE se pronuncie. O primeiro passo foi a escolha do desembargador José Fernandes de Lemos para atuar como relator do processo e decidir onde ele deve ser julgado”, informou.

Jornal do Commercio  
Recife -  
16.02.2000  
Quarta-feira

### **200 famílias invadem nova área na RMR**

Indiferentes aos conflitos com a polícia nas últimas ocupações, cerca de 200 famílias do Movimento Urbano dos Sem Teto (Must) invadiram ontem um terreno da empresa Minerva, no bairro de Dois Unidos. É a décima área ocupada pelo movimento, que já contabiliza pelo menos 2.800 famílias assentadas em todo o Estado. A proposta, segundo alguns dos líderes do Must, é comemorar os 500 anos do descobrimento do Brasil, em abril deste ano, com 500 ocupações em todo o país. As ações – só este ano foram quatro – estão preocupando o Governo, pois a maioria são feitas em terrenos ou prédios públicos.

A invasão de ontem, num terreno de três hectares, aconteceu pacificamente. Por volta das 6h, as famílias chegaram ao local e começaram a montar os barracos. Havia apenas dois vigilantes da empresa Embalagens Krafti do Nordeste (EKN), que arrendou o terreno do grupo Minerva (falido em 96), em março de 98. “Aproximadamente, 900 funcionários que trabalhavam na Minerva não receberam as indenizações que tinham direito. Por isso, muitos deles resolveram fazer parte da ocupação de hoje”, explicou um dos líderes do Must, reverendo Marcos Cosmo. Famílias que moravam às margens do Rio Morno, em Beberibe, também participaram da invasão.

Para evitar um confronto com os sem-teto, o síndico da Massa Falida Minerva, Fernando Aguiar, deu um prazo até amanhã para que as negociações entre os trabalhadores e a EKN comecem. Mesmo assim, ele garantiu que a empresa deverá entrar na Justiça para pedir a reintegração de posse. “Pois trata-se de uma área privada. Além disso, a firma está produzindo e pagando imposto, o que não justifica a invasão desses trabalhadores”, ressaltou Fernando.

SEM MORADIA – O pai da dona de casa Ivanilda Gonzaga da Silva faleceu, há dois anos, sem receber o dinheiro que a empresa Minerva devia a ele. “Por isso não tenho uma casa própria para morar. Meu pai morreu sem ganhar o que tinha direito. O jeito é invadir o terreno, para pressionar a Justiça”, comentou Ivanilda. “Estava morando na beira do rio, com uma sobrinha. Quando cai qualquer chuva, a gente tem que sair de casa. Pelo menos aqui isso não vai acontecer”.

Segundo Fernando Aguiar, o edital para o leilão de venda da Minerva deverá ser publicado até maio deste ano. Um terço do montante que for arrecadado será usado para pagar as dívidas trabalhistas da empresa. “A EKN, que é do Paraná, já demonstrou interesse em comprar o terreno”.

### **Sem-teto organizam área em Dois Unidos**

Após a invasão do terreno da Indústria Minerva, em Dois Unidos, na última terça-feira, as famílias do Movimento Urbano dos Sem-Teto (Must) passaram o dia, ontem, organizando o local. Foi feito um levantamento com as pessoas que já estavam na área e os novos ocupantes passaram por um cadastramento. Os trabalhadores instalaram gambiarras, que foram puxadas dos postes elétricos, e providenciaram a colocação de banheiros coletivos. Uma comissão, formada por cerca de 15 sem-teto, deverá se reunir ainda esta semana com representantes da empresa Embalagens Krafiti do Nordeste (EKN), que arrendou o terreno, para negociar a ocupação.

De acordo com um dos líderes do movimento, Onildo Romão, apesar da chuva, a primeira noite na área foi tranqüila. “Um funcionário da EKN nos chamou para conversar e disse que poderíamos ficar, desde que não ultrapassássemos o limite que eles estipularam. Pelo menos a empresa está aberta à negociação”. Para evitar que os trabalhadores invadissem ainda mais a área, a EKN contratou quatro seguranças, que estão vigiando o local.

Segundo Romão, o Must está se articulando também para negociar com o Estado o financiamento para a construção de casas populares. “Pois o governo tem sua parcela de culpa e de responsabilidade com as pessoas que estão aqui”, ressaltou. “Estamos ocupando uma área de menos de três hectares, quando a empresa não utiliza nem metade dos 26 hectares que têm todo o terreno. Alguma coisa pode ser feita para manter as famílias na área”.

A doméstica desempregada Maria Rosineide de Santana está no local com o filho de sete anos. “É a chance que temos para conseguir uma lugar decente para morar”, comentou. Com o marido desempregado, a dona de casa Cláudia do Nascimento também resolveu garantir um lote no terreno. “Quem sabe a gente lutando junto não dá algum resultado”.

RESPOSTA – A EKN deverá entrar na Justiça para pedir a reintegração de posse. O síndico da massa falida Minerva, que arrendou o local para a empresa, Fernando Aguiar, foi procurado pela reportagem do JC para falar sobre o assunto, mas recusou-se a dar mais informações.

### **A ação dos sem-teto**

Sabe-se que, no início de seu primeiro mandato, o presidente Fernando Henrique Cardoso mostrou-se bastante irritado quando órgãos e assessorias econômicas do Governo federal não foram capazes de lhe dizer qual era o déficit habitacional do país. A irritação tinha por motivo maior a sua promessa de cinco metas, apregoada nos palanques da campanha eleitoral, entre as quais figurava o item habitação.

Foram citados números que variavam entre cinco e dez milhões de moradias, o que, diga-se de passagem, mais parece um amontoado de palpites do que diferentes tentativas de aproximação estatística, não oferecendo condições para fundamentar qualquer tipo de planejamento. Por muito tempo não se falou mais no assunto, parecendo até que a famosa meta foi esquecida.

Algumas medidas paliativas têm sido anunciadas para o setor, sempre envolvendo negociações através da Caixa Econômica Federal. Entre elas, as complicadas cartas de crédito habitacional, de resultados abaixo do medíocre. Vez por outra, fala-se de algum estudo em andamento sobre formas de financiamento de habitações populares, mas as noites das grandes metrópoles continuam a repetir as imagens fantasmagóricas de famílias inteiras dormindo sob marquises ou viadutos, e construções improvisadas de restos de madeira, barro ou plástico ocupando encostas de morros e terrenos alagados.

Nossos governantes sabem, como toda gente, que o problema habitacional está intimamente ligado à distribuição de renda entre os variados estratos da população, aqui ou em qualquer nação do mundo. Tem a ver com o aumento populacional, a distribuição da terra, o emprego. Ou bem o Estado decide de forma unilateral dar abrigo a todos (e lembramos os regimes totalitários de esquerda, como em Cuba ou na China, e de direita, como ocorreu na Itália fascista) ou estimula o desenvolvimento nacional, para criar novas oportunidades de emprego, e aprova leis mais justas em benefício das camadas consideradas carentes.

No Brasil, em certa época não muito distante, foi criado o Banco Nacional de Habitação, para resolver o problema da moradia. Terminou financiando casas de campo para a classe média, como ocorreu em Aldeia (Grande Recife), em Gravatá, Garanhuns e algumas praias, para citar apenas os casos mais conhecidos de Pernambuco. O BNH nem andou perto de resolver o problema do déficit habitacional, por isso mesmo foi fechado.

Agora, enquanto o Governo vacila, os partidos se digladiam por maiores fatias de poder e os juízes entram em greve para aumentar a distância entre os seus proventos e o salário mínimo do trabalhador, os mais carentes vão realizando aquilo que no linguajar da ciência política se chama de ação direta. Exemplo marcante disso é a atuação do Movimento Urbano dos Sem-Teto, a crescer assustadoramente em todo o país. Pernambuco é um dos estados preferidos do Must.

Reportagem recente deste jornal mostra que, nos últimos meses, ocorreram pelo menos quatro grandes invasões no Recife, e mais três em Igarassu, afora outras em Olinda, Paulista e Gravatá. Ora em terrenos desocupados, ora em construções vazias e até em um prédio público com vários pisos e compartimentos. Seguindo a linha dos que lutam para apressar a reforma agrária, os sem-teto obedecem a uma estratégia orientada para obrigar os dirigentes do país, dos estados e dos municípios a decretar também uma reforma urbana.

Nem sempre os métodos utilizados são totalmente legais, como não é propriamente legal, também, a propriedade de terras, ou edificações, sem uso social, conforme já dizia São Tomás de Aquino e admitem alguns padres e pastores de diferentes seitas. As sentenças judiciais de desocupação dos imóveis invadidos dependem menos das inúmeras leis que tornam difícil uma compreensão inequívoca do assunto, do que da formação intelectual e ideológica dos juízes encarregados de interpretá-las. E a Polícia Militar, convocada para fazer cumprir tais decisões provisórias, vê-se no dilema terrível de usar a força ou contemporizar com os ocupantes. É alvo de crítica e punição quando não executa a sentença judiciária e, mais ainda, quando se utiliza da força para conseguir esse objetivo. Não é fácil sua missão.

Alguma coisa tem de ser feita para resolver a situação das populações que, não possuindo terra no campo, migraram para as cidades, tornando-se assim as novas e perigosas massas dos sem-teto.

Jornal do  
Commercio  
Recife -  
24.02.2000  
Quinta-feira

### **Sem-teto vão ao prefeito mostrar a posse da terra**

As famílias que ocuparam um terreno de dois hectares, na Torre, pertencente à Prefeitura da Cidade do Recife (PCR), no último dia 28 de janeiro, realizarão uma caminhada até a sede do Poder Municipal, no Cais do Apolo, hoje, às 8h. Eles vão entregar ao prefeito Roberto Magalhães a carta intimatória que

comunica a decisão do juiz da Vara da Assistência Judiciária da Capital, Dorgival Soares, de manter a posse do terreno com as famílias que estão no local.

>Segundo a advogada do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), Maria José do Amaral, o movimento também conseguiu liminar do Tribunal de Justiça suspendendo o mandado de reintegração de posse que beneficiava a PCR. A decisão foi assinada pelo desembargador Néelson Santiago Reis. O secretário de Assuntos Jurídicos da prefeitura, Geraldo Neves, disse que desconhecia qualquer decisão desfavorável à PCR.

Maria José informou que após a confirmação da manutenção da posse, os sem-teto iniciaram os preparativos para a construção das casas de alvenaria. “Muitos moradores da Torre fizeram doações de material de construção quando souberam que vamos ficar aqui”. Ontem, eles participaram de um culto em ação de graças, celebrado pelo reverendo anglicano Marcos Cosmo, que elogiou a postura dos setores do Poder Judiciário.

Neves preferiu não acreditar na informação e disse que as ocupações são coordenadas por “exploradores da miséria”. “Isto é boato. Mas se for verdade, quero receber a carta e dizer que o juiz que a assinou cometeu um erro grave. Estão dando razão a aventureiros. Das 400 famílias cadastradas para aquela área, só 60 estão lá”.

**REINTEGRAÇÃO** – Em Igarassu, as 630 famílias que ocupavam o Engenho Pasmado, propriedade da Agroindústria Tiúma, deixaram o local pacificamente após a intervenção da Polícia Militar. Esta foi a terceira vez que a Justiça determinou a reintegração de posse. A empresa foi aconselhada a cercar a área e contratar vigilantes para impedir novas invasões.

Jornal do  
Commercio  
Recife -  
25.02.2000  
Sexta-feira

### **Sem-teto fazem caminhada para entregar decisão judicial à PCR**

Cerca de 300 sem-teto que ocuparam no dia 28 de janeiro um terreno de três hectares na localidade de Bueirão, no bairro da Torre, fizeram uma passeata daquela comunidade até a Prefeitura do Recife, ontem pela manhã, para entregar a carta intimatória expedida pelo juiz Dorgival Soares, que mantinha a posse do terreno com as famílias. O grupo estava determinado a entregar o documento ao prefeito Roberto Magalhães, mas foi recebido pelo secretário de Habitação, Antônio Luís Neto e o secretário-adjunto de Assuntos Jurídicos, Emílio D’Almeida. Os secretários disseram que só poderiam receber a carta das mãos de um oficial de justiça e foram orientados pelo prefeito a só abrir negociação quando a área for desocupada.

A advogada dos sem-teto, Maria José do Amaral, considerou de má vontade a atitude dos secretários em não receber a documentação. Ela dispensou os serviços do oficial de justiça, acreditando que ao entregar pessoalmente a carta aceleraria o processo, mas não obteve sucesso. Mesmo sem ter despachado o documento, Maria José assegurou que os sem-teto já ganharam a primeira batalha na Justiça pela terra e vão permanecer no local até uma decisão final sobre o caso. “Vamos ao Tribunal de Justiça do Estado, ao Superior Tribunal de Justiça e até ao Supremo para garantir o direito à moradia dessas famílias”, sentenciou a advogada.

O secretário-adjunto de Assuntos Jurídicos da Prefeitura, Emílio D’Almeida, justificou o fato de não poder receber a documentação trazida pela advogada dos sem-teto, porque, de acordo com o protocolo, a carta precisaria ser entregue por um oficial de justiça. “Não tenho legitimidade para receber a documentação dessa forma, mas estamos aqui para manter o diálogo com os manifestantes”, disse o secretário-adjunto.

Já o secretário de Habitação da Prefeitura do Recife, Antônio Luís Neto, explicou que só entraria em acordo com os manifestantes, caso estes desocupassem o terreno na Torre. Segundo o secretário, a área ocupada pelos sem-teto será destinada a um conjunto habitacional com 420 unidades, financiadas pelo Banco Mundial (Bird), ao custo de R\$ 22 milhões. O conjunto vai beneficiar os moradores de palafitas e sem-teto dos bairros da Torre e Madalena.

“A Prefeitura já se comprometeu e cadastrou as famílias que não podem ser prejudicadas porque estão agindo ordeiramente e não ocupando o terreno”, salientou Antônio Luís Neto, sem, no entanto, dar um prazo para o início da construção do conjunto habitacional.

Conforme a coordenação do Must, na ocupação da Torre existem 320 famílias, das quais 90% não possuem qualquer fonte de renda e a maioria dos que trabalham pertencem à economia informal. O Must quer a doação da terra e o fornecimento de kits de construção para erguer as casas em regime de cooperativa.

Jornal do  
Commercio  
Recife -  
29.02.2000  
Terça-feira

### **Os juízes e o Must**

Com certeza agora ficou mais complicado para qualquer prefeito, governador e procuradores de órgãos e autarquias federais pedir reintegração de posse de terrenos urbanos ocupados pelo radicais do Movimento Urbano dos Sem-Teto (Must), porque agora juiz vai ter auxílio-moradia. E diante disso, fica mais difícil obter da Justiça um posicionamento imparcial se agora os magistrados conseguem aprovar justamente a fixação de um auxílio-moradia.

Dá para confrontar o pessoal do Must, por exemplo, que está brigando para ocupar terreno vazio do município, do Estado ou da União, para grupos de desesperados construírem barracos? Com que argumento, depois de uma decisão tão casuística como a de abono residencial?

Não se trata de achar que os senhores juízes não têm direito a um aumento. Juiz tem que ganhar bem, mesmo. Tem que ter instalação adequada para trabalhar, auxiliar competente para fazer processo andar, e ser exemplo de comportamento na sociedade. O País precisa proteger a Justiça. Até porque diante das arbitrariedades dos poderosos o cidadão só pode buscar guarida mesmo no Judiciário. Mas com auxílio-moradia fica mais difícil.

Juiz pode fazer greve? Pode! Juiz pode ir para o confronto com o Executivo? Pode! Agora, tem que fazer a coisa de forma certa. Tem que ter aumento dado de forma clara. É claro que isso terá repercussão nas contas públicas e a sociedade vai pagar por isso. Vai custar caro ao contribuinte, inclusive, repercutir no cálculo da inflação. Mas é preciso que tudo seja assumido de forma direta para com a sociedade.

O que não pode é esse tipo de arranjo. Porque ajuda ao senador ACM a ganhar palanque contra o Judiciário, ajuda ao Must agendar um cronograma de invasões e cria-se toda uma onda de desconfiança para com a capacidade de atuação de nosso Poder Judiciário. E dá força aos espertalhões de plantão. Para um país que já viveu longos períodos de arbítrio, a última coisa que se deseja é um Judiciário em que o cidadão, que já não confia no Executivo e no Legislativo, simplesmente não possa ter certeza de um julgamento justo, claro e isento.